



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E POLÍTICA  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

GUILHERMO SILVEIRA BRAGA VILAS BOAS

**NAVEGANDO NO LAGO PARANOÁ:  
BRASÍLIA E SEUS MORADORES**

BRASÍLIA  
DEZEMBRO/2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E POLÍTICA  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

GUILHERMO SILVEIRA BRAGA VILAS BOAS

**NAVEGANDO NO LAGO PARANOÁ:  
BRASÍLIA E SEUS MORADORES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em História, Linha de Pesquisa: História Cultural, Memórias e Identidades.

Orientadora: Dra. Eloísa Pereira Barroso

BRASÍLIA  
DEZEMBRO/2016

GUILHERMO SILVEIRA BRAGA VILAS BOAS

**NAVEGANDO NO LAGO PARANOÁ:  
BRASÍLIA E SEUS MORADORES**

Brasília, 13 de dezembro de 2016

BANCA EXAMINADORA:

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Eloísa Pereira Barroso – PPGHIS UnB**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Diva do Couto Gontijo Muniz – PPGHIS UnB**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Salete Kern Machado – PPGSOL UnB**

---

**Prof. Dr. Glauco Vaz Feijó – PPGHIS UnB  
(Suplente)**

*À Professora Cléria Botelho da Costa,  
Meu eterno agradecimento.*

## AGRADECIMENTOS

A trajetória em torno de uma pesquisa como esta é rápida, porém intensa. Dois anos que são divididos entre disciplinas, provas, artigos, seminários, leituras (muitas), orientações, pesquisa e redação da dissertação. Além das tarefas de âmbito acadêmico e ligadas à pesquisa (direta ou indiretamente), também existem aquelas que fazemos e outras tantas que deixamos de fazer com pessoas que estão ao nosso lado, conduzindo, ajudando, orientando, brigando (no bom sentido) e torcendo por nós. E, no meu caso, não são poucas as que me incentivaram, desde o primeiro momento desta caminhada, e que preciso registrar minhas palavras de agradecimento.

Primeiramente, preciso agradecer à Professora Cléria Botelho da Costa (*in memoriam*) pelo afetuoso acolhimento, e por tantas conversas e orientações recebidas, cujas palavras de direcionamento puderam me ajudar a trilhar um caminho que pôde quebrar tantos silenciamentos e muros que insistem em se impor diante de nossos objetivos.

À minha orientadora, Eloísa Barroso, que por inúmeras vezes soube interpretar as minhas ideias, questionamentos e pensamentos, conseguindo ler as minhas palavras de maneira elucidativa, direcionando a execução deste trabalho de forma brilhante e didática, cuja contribuição fora decisiva para um bom andamento e conclusões alcançadas.

Meus queridos pais, Tom e Irani, por desde cedo me guiarem no caminho da leitura e dos estudos; mostrando que a paciência, perseverança e disciplina podem alcançar e transpor qualquer obstáculo que insistir em se colocar à frente; sem vocês, essa jornada não teria começado e muito menos terminado. Meus irmãos, Caio e Guadalupe, pelo carinho e afeto intensos em todos os momentos!

Meus primos e primas (Luena, Emanuel, Paulinha, Hery, Renner, Pedro, Kora, Anfrisio, Lucas, Licéia, Miriam, Arlindson “Papy”... são muitos!), tios e tias das famílias Braga e Vilas Boas, pelo companheirismo e pela amizade construída e fortificada ao longo dos anos; à minha avó Dona Rita (“Mainha”) pelo abraço e olhar sempre cuidadoso e atencioso.

Lembro também da família Machado Drumond pela força e incentivo incessante: meus sogros, José Drumond e Carla Machado, meus cunhados Luna e Iago, além do “cuncunhado” Estevão Santos.

Aos amigos e irmãos Luiz Mendes, Leonardo Faro e Hemar Godinho, pelas orações e intercessões por este trabalho; aos amigos e colegas do IBGE e CNPq, pela compreensão e por

tantos votos de incentivo e sucesso por esta pesquisa. Aos amigos e colegas de pós-graduação, Fabrício, Silvia e Paula, por tantas conversas esclarecedoras, trocas e amadurecimentos de ideias e tantos pensamentos que puderam contribuir significativamente para o andamento deste trabalho, além de todo suporte prestado na pesquisa. Ainda, aos professores André Araújo, André Lopes e Estevão Martins, pelos ótimos momentos em sala de aula.

À minha esposa, Yana Drumond, companheira, motivadora, batalhadora, torcedora e maior incentivadora, desde o início, para que eu me aventurasse a navegar por estas águas e que, por tantas vezes, reforçou a minha autoestima e soube me levantar nos momentos de fraqueza; por sempre se por ao meu lado e abrir mão de tantos outros momentos de relaxamento e descanso para me fazer companhia ao longo destes dois anos de trabalho árduo e persistente, que tomaram tantos fins de semana, feriados e noites de nossas vidas; sem você, jamais teria conseguido!

Por último, e não menos importante, a Deus, na figura do senhor e salvador Jesus Cristo, por ter me dado esta oportunidade e me capacitado para concluí-la, renovando em mim, dia-a-dia, a fé e a esperança de dias melhores, me alimentando e me fortalecendo com suas palavras.

## **RESUMO**

A cidade de Brasília traz consigo grande carga simbólica e expressiva diante da sociedade brasileira, onde o panorama surgido em torno da sua materialização ultrapassa os princípios modernistas que ditaram a sua concepção. Com o crescimento e consolidação da cidade, houve a criação e o estabelecimento de variados espaços de convivência e inter-relacionamento entre os grupos responsáveis por dar vida à nova capital; verificar e entender como os lugares e elementos citadinos foram apreendidos e percebidos pelos moradores de Brasília torna-se tarefa relevante para entender a constituição da própria cidade, através de quem a vivenciou, de fato. Partindo-se da hipótese de que as apropriações do Lago Paranoá pelos moradores da cidade contribuíram para a construção/reconstrução do sentimento de pertença à cidade, esta pesquisa procurou trabalhar o Lago Paranoá como um agente propiciador de embates e disputas em torno dos espaços originados a partir da sua presença e ausência no dia-dia dos moradores de Brasília. A partir de depoimentos que permitiram compor a história do Lago Paranoá, em diferentes temporalidades, são apresentados narradores e narradoras cujos discursos são entremeados por elementos do seu cotidiano, através de memórias que são articuladas de modo a explicar o mundo que os rodeia, onde silenciamentos e processos de exclusão são explicitados e quebrados, configurando interpretações e visões para a cidade, que é sentida e percebida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lago Paranoá; Brasília; moradores; Memória; Narrativas; História-oral.

## **ABSTRACT**

Brasília carries great symbolic and expressive relevance to Brazilian society, where its background and appearance are beyond the modern principles that led to its conception. During its growing and entrenchment, many living and inter-relationship spaces among the groups are responsible for giving life to the new capital; to verify and understand how places and city elements were understood and perceived by residents of Brasília, it has become an important task to figure out the constitution of the city by its own, through the ones which have experienced it for real. Assuming that appropriation of Paranoá Lake by residents of Brasília has contributed to build/rebuilt a feeling of belonging, this research aimed to work Paranoá Lake as a foster element of struggling and conflicts around spaces originated by its presence and absence in residents' diary routine. From testimonies and statements which were able to tell about Paranoá Lake's history, there were presented narrators and storytellers whose speeches are interspersed by day-by-day elements, through articulated memories that try to explain the world around them, where silencing and exclusion processes are clarified and broken, which enhance new interpretations and visions about the city that is sensed and perceived.

**KEYWORDS:** Paranoá Lake; Brasília; residents; Memory; Narratives; Oral history



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 LAGO PARANOÁ, IRMÃO E FILHO DE BRASÍLIA .....</b>	<b>20</b>
1.1 As concepções de um lago para a nova capital .....	20
1.2 Memórias e experiências em articulação .....	36
1.3 Invasão do cerrado e da vida sertaneja .....	45
<b>2 NASCE O LAGO.....</b>	<b>52</b>
2.1 A barragem.....	52
2.2 Lago “desmatado”? .....	61
2.3 As vilas em duas vias: Amaury e Paranoá .....	69
<b>3 LAGO PARANOÁ: PRESENCAS E AUSÊNCIAS .....</b>	<b>85</b>
3.1 Lago de perto.....	94
3.2 Lago de longe .....	105
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>123</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>130</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>134</b>

## INTRODUÇÃO

“Brasília é única”. “Brasília é uma dádiva”. Quão grande é a frequência com que escuto frases do tipo, mesmo antes de vir a residir na cidade em questão. Desde antes da mudança da minha família (pais e irmãos), Brasília já habitava a minha mente e a minha vida, por conta de tantos primos e tias que moravam no Planalto Central, fruto e reflexo do intenso movimento migratório em que se transformou a nova capital federal. Para nós, baianos da sub-região do oeste, Brasília<sup>1</sup> tornou-se o principal centro urbano e atraindo, ano após ano, levadas crescentes de indivíduos em busca de oportunidades de estudo, trabalho, sonhos: quase uma “redenção terrenal”, uma espécie de alternativa aos meios originais os quais nascemos e nos criamos, sendo rapidamente absorvida em nossas rotinas e integrada aos nossos sentimentos.

O estranhamento inicial para mim, como novo morador da cidade, surgiu de várias maneiras e em vários momentos distintos. O desconforto é resultado de conflitos que são naturais em uma nova etapa, e que somente hoje posso perceber e concluir sobre estes desígnios com mais clareza. Taguatinga foi a cidade escolhida para a saga de conquista do Planalto e responsável por nos acolher, pois buscávamos rostos conhecidos e traços similares ao que era, para nós, comum: a convivência familiar e as aparências de uma cidade normal, pois o Plano Piloto era “frio, distante e caro”, sendo evitado para não causar ainda maiores traumas ao grupo familiar.

Somente com o passar do tempo e com as vivências expandidas fui tomando conhecimento e enxergando Brasília como a entendo nos dias de hoje: uma espécie de “mosaico amostral” da sociedade brasileira, com todos os aspectos possíveis em torno da heterogeneidade. Os meus anos de estudo na Universidade de Brasília (graduação em História) contribuíram significativamente para ampliar minhas percepções e interações em diferentes círculos em que estava comumente familiarizado. Posteriormente, fui servidor lotado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por seis anos. O trabalho desempenhado neste órgão, como a execução de diversas pesquisas domiciliares de caráter sócio-econômico, me proporcionou contato e conhecimento de lugares e pessoas que dificilmente encontraria nas rotinas burocráticas do dia-

---

<sup>1</sup> Parto do pressuposto de que Brasília é toda a extensão territorial do Distrito Federal, constituída através do polinucleamento urbano, resultado do seu processo de estruturação e formação; segundo Paviani (2010, p 228), “O polinucleamento se deu com a centralização de funções econômicas, das oportunidades de trabalho e desconcentração da atividade residencial, o que redundou em desemprego estrutural e nos núcleos periféricos”.

dia. Tal ampliação do campo de visão sobre a cidade imprimira a vontade de conhecer cada vez seus moradores e as impressões que tinham de si mesmos e em relação a Brasília. Era bastante comum, durante as visitas por conta dos questionários, encontrar e escutar experiências sobre histórias de vida tão diversificadas e marcantes, que provavelmente nunca romperiam as barreiras do lar se não chegássemos ali.

Após o IBGE, entrei para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que acabou proporcionando-me um pouco mais de “calmaria” e atenções voltadas ao mundo da burocracia em torno da pesquisa e fomento científico. Entretanto, foi devido à sua localização (região administrativo do Lago Sul, próximo ao aeroporto) e uma nova rotina visual e paisagística ante a cidade que o Lago Paranoá se mostrou como um elemento “inconclusivo” para mim, surgindo questionamentos internos do tipo “como um personagem tão (fisicamente) grandioso é tão pouco comentado pelos moradores de Brasília?”, “Quantas pessoas do meu dia-dia têm o Lago Paranoá como item importante de suas vidas?” e, ainda, “De onde veio e para que serve o Lago Paranoá em Brasília?”, fazendo com que houvesse um inquietamento constante em relação ao mesmo.

Eis algumas informações. Segundo a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal (SEMARH/DF), a área do Distrito Federal é banhada por cinco bacias hidrográficas distintas: a Bacia do Lago Paranoá, a Bacia do Rio Maranhão, a Bacia do Rio São Bartolomeu, a Bacia do Rio Corumbá e a Bacia do Rio Descoberto. A bacia do Lago Paranoá está situada na área central do Distrito Federal, sendo a mais densamente povoada de todas existentes no Distrito Federal, encontrando-se na mesma as regiões administrativas de Brasília, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Candangolândia, Cruzeiro e Guará, e uma parte da região administrativa de Taguatinga. Seus principais córregos e rios são o Riacho Fundo e os ribeirões do Gama, Bananal e Torto, que formavam o Rio Paranoá. A Usina Hidrelétrica, um dos objetivos que pautaram a formação do Lago no projeto para Brasília, abastece parcialmente a cidade, com um potencial gerador de 30 MW, ou menos de 5% da demanda atual da cidade. Conforme apresentado pelo Comitê da Bacia do Rio Paranoá<sup>2</sup>, o volume de água do Lago é de aproximadamente 510 milhões de m<sup>3</sup>, constituindo um espelho d’água de aproximadamente 38 km<sup>2</sup>; possui como profundidade máxima 40 m e média igual a 13m. Seus “dotes” físicos o tornam um candidato frequente a elemento central na paisagem urbana da cidade.

---

<sup>2</sup> COMITÊ DA BACIA DO RIO PARANOÁ. Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá. 1999. Disponível em: <[http://www.recursoshidricos.df.gov.br/cbh\\_paranoa/bacia\\_paranoa.asp](http://www.recursoshidricos.df.gov.br/cbh_paranoa/bacia_paranoa.asp)>. Acesso em: 21 out 2015.

Ainda, de forma resumida, a ocupação de suas margens se deu, sobretudo, através da presença de clubes esportivos/náuticos, restaurantes e centros de lazer do lado do Plano Piloto (Asas Sul e Norte) e com grande presença de habitações e setores residenciais em duas regiões administrativas de alto poder aquisitivo e baixa taxa de densidade demográfica: Lago Sul e Lago Norte. De forma menos representativa territorialmente, ocorreram as ocupações da Vila do Paranoá (resultando, posteriormente, na região administrativa do Paranoá, abordada no segundo capítulo deste trabalho), Vila Planalto e Vila Telebrasil, remanescentes de resistência e fixação de antigos acampamentos de trabalhadores da construção civil após a inauguração de Brasília (uma vez que não estavam previstas na proposta inicial de Lúcio Costa e nem autorizadas por alterações subsequentes a este plano feitas pela NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital).

Perguntava-me porque em tantas narrativas que já tivera contato, com tantos indivíduos e posições de fala distintos, o Lago era pouco abordado. Seria insignificante para a maioria das pessoas ou somente negligenciado? Haveria disputas e silenciamentos engendrados em relação à sua constituição e formação dos espaços próximos a suas margens? À medida que ia conversando com outros indivíduos sobre vários destes questionamentos, pude perceber que os mesmos não tinham informações em que julgavam confiar, apesar de existirem diversas opiniões e discursos sobre o Lago: como ele foi, e como ele é... Opiniões estas apresentadas de maneira sempre segura e entrelaçadas a experiências pessoais de proximidade ou distanciamento com o Lago Paranoá.

Tais contatos, com falas e posições diversas sobre este elemento da cidade se tornaram a força-motriz inicial deste trabalho. A vontade de conhecer mais as origens do Lago Paranoá e como se dera a trajetória do mesmo em relação aos moradores de Brasília me impulsionou a tentar esquematizar vários dos pensamentos e questionamentos de então de modo a trabalhá-los de maneira organizada e mais aprofundada, cujos resultados originaram esta pesquisa, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade de Brasília, sendo este texto a tentativa de arranjo produtivo em torno das informações obtidas e conclusões extraídas.

Abordar um tema tão próximo, física e temporalmente, leva a um estado mental que desperta relevante interesse e, ao mesmo tempo, grande cuidado no tratamento das informações no que diz respeito ao labor historiográfico. Para conseguir destrinchar e alcançar as nuances em torno dos moradores de Brasília e o Lago Paranoá, tive que me debruçar sobre os testemunhos e

narrativas de diversos sujeitos, olhares variados sobre o desenrolar de uma relação que se desenhou de várias formas, através da atuação de diversas forças e disputas. Por isso, entender o papel do indivíduo é situá-lo numa posição onde o mesmo se torna capaz de ser ouvido, tornando sua história de vida acessível e audível para além do seu círculo pessoal.

Nesta seara, trabalhar com as oralidades torna-se um instrumento definitivo para se analisar e discorrer sobre temas relacionados à História do tempo presente. Esta se constitui, sobretudo, pela presença de testemunhos vivos e, mais que isso, onde estes se mostram como voz ativa, produzindo relações e interações que impactam diretamente na tarefa do historiador em sua busca de relacionar o passado e o presente através de uma explicação. Trabalhar com a contemporaneidade traz uma série de lembretes que se deve ter ao lidar com questões ainda atuantes no momento, pois, como lembrado por Lucília Delgado e Marieta Ferreira, ao citar Eric Hobsbawn:

O tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, olhar em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação.<sup>3</sup>

Com esse lembrete em mente, pude desenvolver este trabalho com a perspectiva não de um saber e conclusões definitivas, mas integrantes de um processo maior de construção do conhecimento em torno das histórias e apreensões dos indivíduos que, de fato, são os responsáveis pela constituição da cidade onde vivem.

Utilizando como base conceitual e metodológica os preceitos da história oral, pude adentrar e me aprofundar no campo de pesquisa. Mas, qual o norte, em que se baseia exatamente a chamada “História Oral”? Muitas vezes tida também como disciplina, trata-se, na verdade, de um *modus-operandi* historiográfico com especificidades e técnicas próprias de investigação e sínteses a partir dos testemunhos e impressões passadas diretamente pelas “fontes vivas”, os indivíduos os quais interagimos, procurando extrair de suas narrativas e impressões o mundo em que vivem e reproduzem; sendo também agentes e produtos de um processo histórico de formação dos mesmos.

E justamente por abordar e lidar com “testemunhos vivos” a história oral é também uma história do tempo presente, devido à proximidade temporal dos fatos e acontecimentos que são

---

<sup>3</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013. p. 5.

passíveis e que possuem maior capacidade de serem apreendidos e externalizados pelas narrativas e explicações dos grupos e sujeitos interpelados ao longo da pesquisa. No caso específico desta pesquisa, a trajetória temporal de Brasília e do Lago Paranoá (qual seja, fins da década de 1950 aos dias de hoje) possui ampla disponibilidade de informações que brotaram das vivências e experiências de uma parcela substancial da população que compõe atualmente a cidade.

Assim, a metodologia basilar da história oral possui como ferramenta elaborar, entender, jogar um pouco mais de luz ao passado recente dos grupos e sociedades. Este passado recente e, sobretudo, ainda em transformação, faz com que a memória das pessoas e das várias agregações sociais e culturais seja elemento central para o historiador que se ocupa do tema, onde o processo de construção e compartilhamento da mesma é tão importante quanto aquilo que ela apresenta e externaliza.

Não se trata aqui de desconsiderar as demais fontes documentais em detrimento das visões e vozes dos indivíduos sobre a sua trajetória, mas sim de agregar ao rol dos demais documentos (sobretudo escritos) a especificidade de uma fonte baseada no testemunho direto e, mais que isso, trabalhar em cima da sua suposta “subjetividade”, de forma que a memória articulada através da narrativa apresente uma constituição de sentido para o mundo aparente: “A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente”<sup>4</sup>.

Por isso, para compreender como os espaços formados sobre o Lago Paranoá agiram sobre a formação dos moradores de Brasília, constituindo um dos seus vetores identitários, se tornou imperiosa a vazão de tantas e diversas narrativas e interpretações de mundo, onde as mesmas se mostraram como combustível e força-motriz desta pesquisa. As representações originadas deste exercício rememorativo são responsáveis por evocar novamente a autoridade (já constituída e às vezes esquecida) destes indivíduos sobre suas vidas, colocando-os novamente como agentes que determinam as suas ações, dialogando, assim, com os seus feitos no presente e no passado. Acredito que os elementos constantes na oralidade tornam-se um privilégio para a compreensão de um mundo localizado num passado ainda recente e, na maioria das vezes, ainda

---

<sup>4</sup> REDE, Marcelo. História e Cultura Material, p. 175. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

em transformação, permitindo com mais vigor a pluralidade de locais de fala e de interpretações sobre fatos e acontecimentos de um mesmo período cronológico<sup>5</sup>.

Trata-se, assim, de trazer novamente o indivíduo para o seu papel de fomentador do meio e espaço social, sendo que por meio das oralidades tal tarefa mostra-se mais acessível e exequível, ultrapassando e fornecendo subsídios decisivos para a interpretação de outros registros, de caráter escrito, pois conforme bem ressaltado por Marieta Ferreira, a história oral “como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades”.<sup>6</sup>

Desta forma, os itens documentais escolhidos para a consecução desta pesquisa estão reunidos sob a mescla de documentos escritos e registros orais, tendo uma maior predominância (temática e quantitativa) destes últimos, devido ao tipo de análise pretendida. Aliado aos documentos escritos e fontes orais, também pude realizar revisão da bibliografia sociohistoriográfica sobre os temas que envolvessem: Lago Paranoá, Brasília e seus moradores. Destaca-se, contudo, a pouca quantidade de registros disponíveis sobre alguma correlação entre o primeiro e o último dos itens listados, sendo um dos poucos trabalhos que tive contato o de Lúcia Cony F. Cidade, sobre a sacionatureza do Lago Paranoá<sup>7</sup>.

Neste, foram abordadas as relações entre produção do espaço e uso da ideologia no reforço a práticas de dominação, como a segregação socioespacial, tomando como ilustração o Lago Paranoá e sua inserção na cidade e como esta é percebida pela população. Uma das conclusões centrais do trabalho diz respeito ao Lago como um grande atrativo e elemento central na paisagem da cidade, porém com um forte componente seletivo percebido pela população, recepcionados por ambiguidade marcante das esferas governamentais. Embora fornecesse alguns indícios sobre as percepções e impressões do Lago Paranoá ante a população de Brasília, a pesquisa em questão não pôde responder a algumas questões colocadas sob o prisma do processo histórico de formação dessa relação, tendo como ponto de partida as memórias trabalhadas e constituídas e narrativas de moradores de Brasília e os sentimentos em relação à cidade e da

<sup>5</sup> Tal expressão refere-se a um recorte cronológico de referência, e com respeito às temporalidades.

<sup>6</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Revista Topoi** (online). Rio de Janeiro: 2002, vol.3, n.5, p. 330.

<sup>7</sup> Professora e pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB), na área de Planejamento Urbano e Regional e Desenvolvimento Sustentável (gestão do território, produção do espaço e imagem ambiental). Refiro-me a artigo publicado pela coleção *Brasília 50 anos, da capital à metrópole*, organizado por Aldo Paviani, e lançado em 2010 pela Editora UnB.

presença/ausência do Lago Paranoá como elemento agregador aos processos de formação do indivíduo.

A perspectiva central deste trabalho adentrou o campo de pesquisa com a hipótese de que para os moradores de Brasília a apropriação dos espaços do Lago Paranoá contribuiu para a construção/reconstrução do sentimento de pertença à cidade, onde estão envolvidos elementos do local (círculos de convivência, cotidiano) juntamente com os referenciais visuais da paisagem, resultando em espaços continuamente operados e trabalhados pelos sujeitos e suas interações. A cidade é vivida (e torna-se vívida) na medida em que as experiências dos cidadãos são trabalhadas e externalizadas com os olhos do presente narrativo, fornecendo interpretações sobre as suas trajetórias e a história da cidade. Por isso a opção para não citar diretamente no título o recorte cronológico deste trabalho, pois o mesmo não se constituiu de maneira rígida, justamente devido à fluidez das experiências e memórias com relação ao tempo articulado pelos testemunhos registrados; a presentificação de vivências e experiências se tornou uma constante nesta pesquisa, trazendo as impressões e percepções até os dias atuais, impossibilitando, assim, o estabelecimento de limites e pontos de inflexão cronológicos estanques. Entretanto, registro desde acontecimentos de fins do século XIX (*Missão Cruls, 1892-1894*) até os dias de hoje (ações de desobstrução da orla do Lago Paranoá, em 2014, 2015 e 2016) marcaram presença e foram utilizados como pontos de referência na pesquisa.

As fontes escritas utilizadas para a execução deste trabalho foram, sobretudo, as seguintes: *Editais do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital* (1956); *Relatório do Plano Piloto de Brasília* (Lúcio Costa, 1956); *Apreciação do Júri sobre o Relatório de Lúcio Costa* (1956); *Por que construí Brasília* (do ex-presidente Juscelino Kubitschek, 1975); Carta de Atenas (Manifesto do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, 1933), abordadas e trabalhadas, principalmente, no primeiro capítulo desta dissertação. Quanto aos registros orais, utilizei duas fontes distintas: entrevistas realizadas e disponibilizadas através do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), coletadas e organizadas no início da década de 1990, e entrevistas realizadas diretamente pelo autor em 2016. Assim, os relatos e testemunhos problematizados nesta pesquisa sobre as experiências das localidades da Vila do Paranoá e da Vila Amaury (reunidas, sobretudo, no segundo capítulo) dizem respeito a informações apresentadas em outros trabalhos acadêmicos e a entrevistas disponibilizados no



ArPDF, quando foram extraídas dos mesmos as lembranças em torno de uma rotina próxima ao Lago.

Em relação às entrevistas por mim realizadas, é preciso destacar que alguns critérios foram utilizados como recorte e seleção das mesmas. Foram contatados e selecionados indivíduos que tivessem ao menos quarenta anos de idade e que morassem em Brasília há pelo menos trinta e cinco anos, de forma que boa parte da trajetória temporal da cidade estivesse preenchida nas experiências de moradia de tais pessoas. Também tentei separar estes moradores e moradoras em dois grupos distintos em relação ao Lago Paranoá: os que moram/moravam nas áreas centrais (por consequência mais próximos ao lago – Asa Sul e Asa Norte, Lago Sul e Lago Norte) e os que moram/moravam em concentrações urbanas mais distantes da área central de Brasília, onde estão inscritas a maior parte das regiões administrativas (RA's) do Distrito Federal, tais como Taguatinga, Ceilândia e Planaltina. Foram realizadas doze entrevistas ao todo, sendo que nove delas concentraram os substratos mais importantes e acabaram por constituir o grupo utilizado para as análises contidas neste trabalho.

Importante também registrar que o grupo dos entrevistados foi surgindo de maneira aleatória e quase que automática, pois na medida em que conversava e contatava as pessoas, outras mais surgiam e se colocavam à minha disposição para o “bate-papo”, acabando por se configurar em uma das tarefas mais agradáveis ao longo desta pesquisa. Por último, mais um lembrete de caráter metodológico: para preservar a autonomia e privacidade dos entrevistados reunidos no terceiro capítulo, optei por apresentar as suas falas e histórias pessoais através de pseudônimos sem, no entanto, alterar ou modificar a maneira em que foram externalizadas, de forma a preservar o máximo possível das suas expressões e impressões nos temas abordados.

Ainda, uma observação em relação aos moradores selecionados para a pesquisa. Não foi possível, dentro do prazo disponível, o contato direto e realização de entrevistas com moradores da região administrativa do Paranoá, apesar de diversas tentativas frustradas de encontro e arranjos de agenda<sup>8</sup>, impossibilitando agregar, como fonte primária, as narrativas desse grupo de moradores.

---

<sup>8</sup> Consegui realizar apenas uma entrevista com morador da área, dono da Churrascaria da Barragem. Embora tenha sido extremamente relevante para o fornecimento de informações referentes à construção da barragem e formação do Lago, não foi possível trabalhar a narrativa enquanto um viés constitutivo da vivência da Região administrativa do Paranoá ou da antiga Vila do Paranoá.

Assim, espero com este trabalho ter contribuído para uma compreensão mais completa e abrangente de uma relação marcada por aproximações e distanciamentos em relação ao Lago Paranoá pela população de Brasília ao longo das suas seis décadas de existência, podendo, de tal forma, construir outra narrativa que integra ao processo histórico personagens por tantas vezes esquecidos e silenciados pelas memórias predominantes e centrais na história da cidade.

O texto estrutura-se em três capítulos: o primeiro apresenta e discute as ideias em torno da criação de um Lago artificial para a nova capital, conceito existente desde a última década do século XIX através do relatório produzido pela Missão Cruls. Foram registradas as diferentes visões e funções de um Lago a ser criado para Brasília, tendo como pontos de análise as concepções e justificativas de Glaziou, as demandas da Comissão da Nova Capital e, sobretudo, como Lúcio Costa imaginou os espaços da “Lagoa” artificial para a cidade, situando-a em consonância com os ditames arquitetônicos e urbanistas do início do século XX, clarificados através da Carta de Atenas<sup>9</sup>. Ainda neste capítulo pude discutir e iniciar o olhar conceitual da pesquisa em torno dos termos “memória” e “experiência” como agentes definidores e alimentadores das “narrativas”, substrato principal deste trabalho. Tendo como prisma principal a concepção benjaminiana<sup>10</sup>, onde a formação da memória é ditada e influenciada pelas demandas do presente e a rememoração tendo como base a experiência; onde a memória atua como um vetor de compreensão do passado através da construção e articulação de narrativas históricas, capazes de se traduzirem em ações ativas no presente. No âmbito destas perspectivas, adentrei o mundo em que viviam os sertanejos goianos das áreas e proximidades de onde iria se instalar o futuro lago artificial, vendo em que medida apropriavam o meio e os recursos hídricos disponíveis (no caso, o Rio Paranoá) como elementos do seu dia-dia, fornecendo importantes subsídios para a constituição de suas memórias e identidades, antes e depois da chegada de Brasília em suas vidas.

No segundo capítulo foi abordado o processo de formação do Lago, tendo como ponto de partida as vivências em torno da barragem sobre o Rio Paranoá, onde as memórias e lembranças de diversos atores foram discutidas tendo como pano de fundo os novos moradores daquela

---

<sup>9</sup> Declaração urbanística produto do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), ocorrido no ano de 1933 na cidade de Atenas, Grécia. Segundo tal documento, a cidade era tida como uma parcela decisiva de um todo econômico, social e político que constitui a região; esperavam, sobretudo, alterar a sociedade através do reordenamento do espaço urbano, oferecendo um novo padrão ao indivíduo em relação aos seus itens de habitação, trabalho e uma nova relação homem-natureza.

<sup>10</sup> Walter Benjamin, filósofo, sociólogo, crítico literário e tradutor alemão da primeira metade do século XX, associado à Escola de Frankfurt.

região. Assim, com o advento do Lago ocorre substancial alteração territorial e a produção de novos espaços ante a capital nascente, com desdobramentos sociais e culturais para um grande quantitativo de moradores das suas margens. O surgimento do Lago, e a maneira em que o mesmo invadiu a paisagem de Brasília, desencadeou uma série de imagens sobre a invasão das águas e como a mesma alterou o ritmo de vida de vários grupos já instalados na cidade, mesmo antes de sua inauguração. Além de invadir a vida dos moradores, também invadiu o cerrado; ou teria sido o cerrado retirado para dar lugar ao Lago Paranoá? Esta discussão sobre o “desmatamento” do Lago esteve presente em várias narrativas sobre o nascimento do mesmo, fornecendo os subsídios iniciais em torno do imaginário sobre o Lago Paranoá.

Ainda neste capítulo, a trajetória da Vila Amaury fora presentificada através dos testemunhos de indivíduos que os articularam em torno de uma narrativa marcada pela tragicidade e pelo binômio “opressão-repressão” das águas e autoridades públicas que batiam às suas portas e encerravam seu tempo naquele lugar. Também foi discutida a sobrevivência da Vila do Paranoá (antigo acampamento surgido em decorrência da construção da barragem) e da relação dos moradores da antiga vila e do novo Paranoá (atual região administrativa) com o Lago, e de como a luta por espaços junto às margens permitira o fortalecimento do sentimento de pertença à terra.

No terceiro e último capítulo apresento as narrativas e apreensões dos moradores de Brasília sobre a cidade e o Lago Paranoá; como as trajetórias e experiências de cada um destes indivíduos puderam constituir uma memória sobre a cidade e de como as suas impressões e contatos com o Lago Paranoá determinaram e/ou influenciaram nos seus sentimentos cívicos, dialogando com o conjunto de elementos capazes de formatar as suas identidades e visões sobre a cidade. Assim, com a análise separada em dois grupos (moradores das áreas centrais e próximas ao Lago e moradores de regiões administrativas distantes do Lago Paranoá) verifico em que medida os espaços criados pelo espelho d’água foram trabalhados e internalizados pelas diferentes populações de Brasília e como, devido às diferentes distâncias em relação ao Lago na rotina dos moradores, as percepções foram “experienciadas” coletivamente e compartilhadas entre os grupos e indivíduos da cidade. Foram contatadas pessoas que habitam (independentemente de terem nascido ou não) em Brasília de forma que as suas experiências e narrativas tivessem maior diluição temporal representativa sobre as suas vivências nos diversos

espaços que constituem a cidade e de maneira que boa parte do recorte cronológico de existência do Lago Paranoá estivesse preenchida.

Por fim, espero que a leitura deste trabalho seja tão prazerosa ao leitor quanto a pesquisa e confecção foram ao autor; também acredito que os temas e informações tratados neste texto possam contribuir para as discussões em torno do papel e da presença do Lago Paranoá para as populações *intra* e *extra* Brasília, com sincera esperança de que mais vozes sejam agregadas aos círculos de conhecimento, responsáveis por extrapolar os meios de pesquisa acadêmicos e universitários, de forma que a relação morador-espaço-natureza-identidade possa também ser pensada e analisada a partir do ponto de vista daqueles que vivenciam e vivenciaram, de fato, a cidade.

# 1 LAGO PARANOÁ, IRMÃO E FILHO DE BRASÍLIA

## 1.1 As concepções de um lago para a nova capital

Para entender a concepção do Lago Paranoá e o seu papel junto à cidade de Brasília julgo procedente atravessar e visualizar, panoramicamente, a própria concepção da nova capital. Nesta temática, também intento “pincelar” como alguns itens do ideário mudancista foram vistos por determinados atores, sobretudo as populações sertanejas que, posteriormente, receberiam em seu território do Planalto Central as obras da nova capital.

Um simples e rápido levantamento sobre a interiorização da capital político-administrativa do País permite verificar que tal pensamento perpassou diferentes atores, épocas, situações e contextos dos altos círculos administrativos e políticos da sociedade, sobretudo os que se debruçavam sobre questões ligadas à integração das populações e áreas interioranas brasileiras, além de discussões relacionadas à defesa da capital contra eventuais invasões estrangeiras.

Desde o século XVIII, a noção de transferir a capital para o interior do território permeia os ideários de variados projetos de nação. Os períodos monárquicos encontraram eco nessa questão através dos escritos de José Bonifácio e Varnhagen; posteriormente, a primeira constituição republicana inserira um dispositivo especial prevendo a transferência da capital para o interior, chegando, inclusive, a encomendar trabalhos técnicos que permitissem indicar uma área propícia para a futura capital, a denominada “Comissão Cruls”.

Abordando um pouco mais a questão nacional, ressalto a urbanização da primeira metade do século XX (mesmo que ainda concentrada no centro-sul) como uma variável relevante para o estabelecimento de novas formas de organização do meio social, criando e estabelecendo novas relações de trabalho, moradia, familiares, culturais e políticas, mesmo que em ondas que se faziam sentir diferentes de acordo com a região e com o tempo. Brasília, em si mesma, iria sentir os reflexos de tal configuração nas décadas seguintes.

Nesse panorama, a região Centro-Oeste brasileira, em meados da década de 1950, apresentava características de ocupação territorial próprias, com pouca densidade demográfica em grandes áreas de campos e cerrado. O fato de que grande parte da população brasileira de então estivesse concentrada nas zonas mais próximas ao litoral se mostrou como uma

possibilidade para a formulação de discursos que preconizavam desbravar o interior do território brasileiro e de ocupar áreas tidas como “vazios populacionais”, permitindo, assim, a criação de projetos estatais que tivessem os olhos voltados para aquelas regiões.

A *Marcha para o Oeste*, formulada e levada adiante pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), se mostrou como um projeto de cunho estatal-nacional que se pretendia racional e planejado, voltado para a ocupação de grandes porções do território, entrelaçando-se ao projeto de nação que preconizava. Era preciso ocupar os vazios territoriais do oeste e explorar as riquezas naturais disponíveis em abundância naquelas regiões. Tais ideias vinham recheiar o discurso centralizador e intervencionista do projeto nacionalista homogeneizador do Estado Novo.

O projeto de nação do governo JK (1955-1960), executado aproximadamente duas décadas após a marcha varguista e sob o cunho do nacional-desenvolvimentismo, se revestira da ideia de integrar todas as regiões do Brasil, através do progresso e rompimento de isolamentos em que se consideravam estar aquelas áreas e populações. Embora estivesse assentado em bases e discursos políticos diversos em relação aos do Estado Novo, chama a atenção o fato de que os olhares se voltaram novamente ao sertão cerratense como uma área estratégica para questões territoriais nacionais e que não poderia, e nem deveria, estar “abandonada”. Este é, na verdade, o grande ponto de contato entre as duas ideologias territoriais da primeira metade do século XX em relação à região do Planalto Central brasileiro: um grande vazio populacional que seria preciso preencher.

Entretanto, mesmo a pouca densidade demográfica não impedira o desenvolvimento e o estabelecimento de pequenas cidades e núcleos de atividade sertanejas no planalto central antes do advento da nova capital do País. E mais: tampouco fora motivo impeditivo para as elites regionais se apropriarem das ideias mudancistas e as trabalharem e estimularem em seus domínios.

De qualquer forma, importante mencionar que questões ligadas à transferência da capital através da criação de uma nova cidade no interior brasileiro surgiam nos círculos políticos com a mesma velocidade com que desapareciam, sobretudo durante a primeira metade do século XX. Eram muitas vezes retomadas por setores específicos para encampar discursos momentâneos e superficiais que permitissem alguns minutos de fama e uma certa dose de “holofotes” para

alguns, enquanto o tema era, sobremaneira, menosprezado por outros. Márcio Oliveira<sup>11</sup> indica que havia uma série diversa de grupos preocupados e ocupados em relação ao tema mudancista que de tempos em tempos agiam em prol da ideia, mesmo que os objetivos de cada um deles fossem relativamente distintos.

Oliveira revela que lideranças ligadas às elites goianas apropriaram-se e reforçaram o discurso de transferência do centro do poder do Rio de Janeiro para o Planalto Central goiano. Chama a atenção, principalmente, a criação da revista *Informação Goyana*, que circulara de 1917 a 1935, cujas palavras defendiam fortemente os potenciais do Brasil sertanejo e sua vocação para a integração nacional. Mesmo com restrita circulação regional, tal veículo se traduz numa tentativa de solidificar um pensamento voltado à ligação do local com o nacional, discurso que, de alguma forma, buscava também quebrar o isolamento daquelas populações em relação ao resto do Brasil, sobretudo o centro-sul litorâneo.

Acredito que a penetração e paulatina divulgação de tais projetos junto à população sertaneja (em especial a goiana) permitiu uma espécie de adoção desta causa por alguns e certamente fornecera subsídios para a discussão e internalização popular da ideia mudancista. Somente a consciência de parte da população sertaneja interiorana sobre o tema poderia explicar a decisão de um popular quanto a interpelar o então candidato à presidência da República, Juscelino Kubitschek, em seu famoso discurso na cidade de Jataí, Goiás, sobre a transferência e interiorização da capital do Brasil.

Este ideário e expectativa, paulatinamente criado pela população sertaneja do Planalto central goiano, sobre a mudança da capital também foi alimentado por sucessivas ações e imersões do governo federal sobre o planejamento da nova capital:

- Dispositivo registrado na constituição de 1891 sobre área no planalto central destinada à nova capital;
- Realização da Expedição Cruls no Planalto Central, executada em duas etapas, de 1892 a 1894, com a missão de efetuar o reconhecimento e estudo do território;
- Lançamento da Pedra Fundamental, em 1922, da nova capital nos arredores de Planaltina, (outrora Goiás, posteriormente no Distrito Federal);

---

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília**: o mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005. (Biblioteca Brasília, 1).

- Constituições Federais de 1934 e 1946 determinando a transferência da capital para o planalto central do País;
- Criação de Comissões de estudos sobre a localização da nova capital em administrações distintas, em 1946 e 1953.

Esta série de atos indica dois pontos curiosos: se o tema nunca era de fato esquecido, havia uma notável falta de vontade e adiamento recorrente em relação a ações mais concretas para a efetiva criação e instalação de uma nova cidade para ser a nova capital administrativa do Brasil. Entretanto, o vaivém recorrente de equipes, discursos e notícias incidiam, direta ou indiretamente, no horizonte das populações sertanejas do Planalto Central.

A Missão Cruls, sendo uma das primeiras e mais extensas incursões no cerrado do planalto, foi um dos itens que certamente mais contribuíram para alimentar o sonho sertanejo de receber, um dia, a capital nacional em suas terras. Esta foi assim denominada em justificativa do astrônomo e geógrafo belga Louis Ferdinand Cruls, líder da expedição. A equipe de pesquisadores, composta por 21 pessoas e majoritariamente europeus, percorreu o planalto central goiano em duas etapas, realizando os mais diversos estudos relativos ao solo, vegetação, relevo, hidrografia, clima, recursos naturais, etc. Foi realizado todo um levantamento dos aspectos físicos e naturais da região, sendo no final demarcada uma área de 14,4 mil quilômetros quadrados, que foi julgada apta para a execução do projeto de interiorização da capital.

E foi justamente através dos estudos técnicos da expedição Cruls que a questão em torno da formação de um lago para a nova cidade surge, através de sugestão do botânico Auguste François Marie Glaziou, um dos que compôs a equipe. Segundo o relato:

Entre os dois chapadões, conhecidos na localidade pelos nomes de Gama e Paranoá, existe imensa planície em parte sujeita a ser coberta pelas águas da estação chuvosa; outrora era um lago devido à junção de diferentes cursos de água formando o rio Paranaúá; o excedente desse lago, atravessando uma depressão do chapadão, acabou, com o carear dos saibros e mesmo das pedras grossas, por abrir nesse ponto uma brecha funda, de paredes quase verticais pela qual se precipitam hoje todas as águas dessas alturas. É fácil compreender que, fechando essa brecha com uma obra de arte (dique ou tapagem provida de chapeletas cujo comprimento não excede de 500 a 600 metros, nem a elevação de 20 a 25 metros) forçosamente a água tornará ao seu lugar primitivo e formará um lago navegável em todos os sentidos, num comprimento de 20 a 25 quilômetros sobre uma largura de 16 a 18. Além da utilidade da navegação, a abundância de peixe, que não é de somenos importância, o cunho de aformoseamento



que essas belas águas correntes haviam de dar à nova capital despertariam certamente a admiração de todas as nações.<sup>12</sup>

Mesmo com a indicação de uma criação relativamente “fácil” de um lago artificial, os estudos e levantamentos realizados nas décadas seguintes (por outras administrações federais) não trouxeram maiores informações relacionadas ao lago e à nova capital e indicavam, somente, a abundância de recursos hídricos e a importância vital do mesmo para a empreitada. Somente com a formação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), no início do governo JK, em 1956, a Subcomissão de Planejamento Urbanístico insere definitivamente o projeto do lago artificial nos planos relacionados à edificação de Brasília, mesmo que os contornos urbanísticos ainda não estivessem totalmente definidos.

Chama a atenção, entretanto, o fato de que o Edital para o concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, lançado em 19 de setembro de 1956, pela Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, não dá destaque e nem grandes indicações com relação à inserção física e o papel do lago na nova capital, ficando a cargo dos concorrentes situarem os seus projetos (Planos de cidade) seguindo unicamente as condições do relevo e da bacia hidrográfica registrados em esquemas cartográficos, mapas de drenagem, geologia e de solos de toda a área reservada para o Distrito Federal.

O edital foi composto por 24 itens que prescreviam os mais variados detalhes, tais como sobre as qualificações para inscrição no concurso, especificações de ordem técnica (urbanística) gerais, composição do júri de avaliação dos projetos, premiações, prazos, etc.

O item 3, mais especificamente, fornece detalhes acerca do que o Plano Piloto deveria abranger, tais como “traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, a localização e interligação dos diversos setores, centros, instalações e serviços, distribuição dos espaços livres e vias de comunicação (escala 1:25.000)”<sup>13</sup>, ficando o item 4 com a exigência quanto ao cálculo e planejamento logístico de abastecimento elétrico, água, transporte, áreas de desenvolvimento e expansão da cidade, e utilização do solo e recursos naturais disponíveis na região e disponibilidade dos mesmos na nova cidade.

---

<sup>12</sup> MENEZES JÚNIOR, Antonio; SINOTI, Marta L.; SARAIVA, Regina C. F. Histórico. In: FONSECA, Fernando Oliveira (Org.). **Olhares sobre o Lago Paranoá**. Brasília: SEMARH, 2001. p. 27.

<sup>13</sup> EDITAL do concurso nacional do Plano Piloto da nova capital do Brasil. In: COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1991. p. 13.

Apenas um mês depois de lançado o edital de construção da nova capital, a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal achou por bem disponibilizar uma espécie de “adendo” do edital em resposta ao público interessado e direcionado (mais especificamente, aos Diretores e Representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil) contendo informações complementares e notadamente essenciais para a elaboração de um projeto de tal magnitude, que haviam então sido omitidas na edição primeira.

Somente nesta edição complementar o lago tivera alguma menção mais específica, porém nada muito chamativo ou que o colocasse em uma posição de destaque. O item 4 das “Informações Complementares”, ao abordar os itens “Represa”, “Hotel”, “Palácio Residencial” e “Aeroporto” preconiza que:

A represa (cujo nível corresponderá à cota 997), o hotel e o palácio residencial ficarão situados de acordo com a planta já fixada e à disposição dos concorrentes. O palácio do Governo projetado aguardará fixação do Plano Piloto. Nessa planta se acha também localizado o aeroporto definitivo, já em construção.<sup>14</sup>

Assim, as informações quanto às especificações do Lago mais incisivas mencionam apenas a correspondência desejada quanto à cota 997 (altitude em relação ao nível do mar, posteriormente alterada para cota 1000). O fato é que o edital para a construção de Brasília, juntamente com o adendo complementar, não indica um uso específico e/ou exclusivo para o lago artificial encomendado. Havia, sobremaneira, uma preocupação em se estabelecer uma fonte de recursos hídricos e energia para a cidade através da instalação de uma usina de energia na sua represa.

A questão sobre como o lago seria utilizado (ou não) pela população, qual a previsão de uso do mesmo em relação ao dia-dia da futura cidade, não são debatidos ou cobrados pela Comissão nos planos pilotos das propostas a serem submetidas. Entende-se que, se mantidas somente algumas idéias trazidas por Glaziou no relatório Cruls em relação a conceber um lago na nova capital, haveria a preocupação com o caráter ornamental da cidade através de um gigantesco espelho d’água. Entretanto, é possível depreender que total liberdade foi dada aos propositores quanto ao que o Lago deveria ser para a população, assim como os espaços que o mesmo poderia proporcionar aos moradores, visitantes e transeuntes de Brasília.

---

<sup>14</sup> EDITAL do concurso nacional do Plano Piloto da nova capital do Brasil. In: COSTA, Lúcio. 1991. p. 14.

Em seu Relatório do Plano Piloto de Brasília (que foi agraciado como vencedor), Lúcio Costa estrutura seu raciocínio em vinte e três pontos, tocando e discutindo os itens que considera verdadeiramente relevantes em sua concepção urbanística que “surgiu, assim por dizer, já pronta”<sup>15</sup>. O urbanista traz seus apontamentos técnicos permeados por uma grande ideia do que Brasília deveria ser e suas funções enquanto agente desbravadora da região e simbolizando, enfim, a posse do território (alinhando-se e fazendo eco, de certa forma, ao discurso legitimador de Brasília do presidente JK) acabando por extrapolar os direcionamentos e anotações puramente técnicas solicitados no edital. A nova capital, em suas palavras, deveria ser uma

cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao desvanio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além do centro do governo e da administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.<sup>16</sup>

A proposta de Lúcio Costa para uma nova capital foi marcada, sobretudo, por ser uma gênese, um ponto inicial que poderia ser desenvolvido e trabalhado, sendo o seu pensamento apenas um impulso necessário para uma nova maneira de ocupar o território, criar espaços e, por consequência, se estabelecerem novos parâmetros e diretrizes de uma vida urbana e cidadã, representantes de uma nova etapa do Brasil enquanto sociedade e nação.

Vários dos princípios que regiam a arquitetura moderna através da Carta de Atenas dialogavam abertamente com aspectos e questões da área social e política, tendo sempre as transformações e reorganizações da vida do cidadão no horizonte. Ao considerar que “a cidade é só uma parte de um conjunto econômico, social e político que constitui a região”, os novos ideais da arquitetura do início do século XX tinham em mente transformar a sociedade através do reordenamento territorial, formando um novo espaço de e para atuação a partir do indivíduo e da habitação, e, em especial, uma nova relação homem-natureza:

Quanto mais a cidade cresce, menos as ‘condições naturais’ são nela respeitadas. Por ‘condições naturais’ entende-se a presença, em proporção suficiente, de certos elementos indispensáveis aos seres vivos: sol, espaço, vegetação. Uma expansão sem controle privou as cidades desses alimentos fundamentais, de ordem tanto psicológica quanto fisiológica. O indivíduo que perde o contato com a natureza é diminuído e paga caro, com a doença e a decadência, uma ruptura que enfraquece o seu corpo e arruína a sua sensibilidade, corrompida pelas alegrias ilusórias da cidade. Nessa ordem de idéias, a

<sup>15</sup> COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1991. p. 18.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 20.

medida foi ultrapassada no decorrer dos últimos cem anos, e essa não é a menor causa da penúria pela qual o mundo se encontra presentemente oprimido.<sup>17</sup>

A Carta de Atenas partia de um diagnóstico altamente problemático sobre a não-natureza nas cidades de então, onde a ausência de elementos naturais seria responsável por vários motivos do caos nas grandes cidades. Os centros urbanos estariam assoberbados, onde a gigantesca concentração humana, em contraste com a “falta de superfícies verdes”, vinha agravar um modo de vida que era nocivo à sociedade, resultando em altos níveis de mortalidade.

O manifesto arquitetônico em questão reforçava a substancialidade da questão sócio-econômica na distribuição espacial das cidades e como a mesma era responsável pela situação de penúria da maioria dos habitantes, pois “as construções arejadas (habitações ricas) ocupam as zonas favorecidas, ao abrigo dos ventos hostis, com vista e espaços graciosos dando para perspectivas paisagísticas, lagos, mar, montes, etc.”<sup>18</sup>. O contato com a natureza, seja numa via direta ou apenas em perspectiva, seria algo majoritariamente desfrutado pelos grupos dominantes nas cidades, mas, concomitantemente, também eram tidos pela Carta como algo diferencial para a qualidade de vida da população como um todo. Era preciso, então, coletivizar e disponibilizar tais elementos à toda população, uma vez que o documento observava que “a cidade deve assegurar, nos planos espiritual e material, a liberdade individual e o benefício da ação coletiva”. A chave para a reorganização do território das cidades e o espaço urbano seria, então, o zoneamento. Através deste seriam estabelecidas as funções-chave do funcionamento das cidades: “habitar, trabalhar, e recrear-se”; sendo considerada uma quarta função, a circulação só existiria para fazer valer as outras três citadas, consideradas primordiais.

Era sobremaneira marcante na Carta de Atenas a crença na possibilidade de restaurar o homem e melhorar a sua situação através da mudança do meio em que ele vivia. Alteram-se suas condições, melhora-se sua saúde, biológica e psicologicamente. Embora não utilize tal expressão, trata-se, então, de uma preocupação central com a qualidade de vida dos cidadãos, tendo os elementos naturais uma função fundamental para essa transformação, pois ao abordar a

---

<sup>17</sup> CARTA de Atenas, de novembro de 1933, Assembleia do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Brasil. Ministério da Cultura. IPHAN. Segunda Parte, item C. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 10 ago 2016.

<sup>18</sup> Ibidem, item F.

problemática da individualização extrema nas vivências das cidades analisadas<sup>19</sup>, e todo o seu conjunto de malefícios, registrou-se que as:

Constantes psicológicas e biológicas sofrerão a influência do meio: situação geográfica e topográfica, situação econômica e política. Primeiramente da situação geográfica e topográfica, o caráter dos elementos água e terra, da natureza, do solo, do clima.<sup>20</sup>

Oscar Niemeyer e Lúcio Costa foram diretamente influenciados por tais ditames ao rascunhar nas pranchetas o ideário de uma nova cidade que extrapolava o caráter técnico, aliando o profissional e estética à expectativa de transformação social através do reordenamento territorial. Através dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), pregava-se que as novas cidades deveriam possuir as suas vivências planejadas e direcionadas, onde as atividades do dia-dia fossem ditadas de acordo com esquemas pré-configurados e preestabelecidos, pois não era mais concebível largar à própria sorte do crescimento “natural”, como até então ocorriam com as cidades fruto do desigual liberalismo capitalista.

No todo, ao se tomar o conjunto do seu relatório do Plano Piloto de Brasília, Lúcio Costa não dedicou maiores atenções ao Lago. O seu “projeto” detém-se, sim, de maneira mais detalhada e um pouco mais aprofundada em questões ligadas ao fluxo de veículos, organizando, distribuindo e direcionando as vias de maneira setorial, de sorte que as diferentes áreas da cidade sejam rápida e facilmente alcançadas através do modo rodoviário. Também se detém a explicar a distribuição dos setores administrativos, de diversões e residenciais, trazendo conceitos de integração, fluidez e convivência entre os habitantes e diversos itens de paisagismo naquilo que denominou como “Super-quadra”.

Somente no item 20, o urbanista se debruça sobre pontos em que a localização e/ou utilização do Lago são considerados:

Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la intata, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d’água. O clube de Golf situou-se na extremidade leste, contíguo à Residência e ao hotel, ambos em construção, e o Yatch club na enseada vizinha, entremeados por denso bosque que se estende até a margem da represa, bordejada nesse trecho pela alameda de

<sup>19</sup> CARTA de Atenas, de novembro de 1933, Assembleia do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Brasil. Ministério da Cultura. IPHAN. Terceira parte, “Pontos de Doutrina”. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 10 ago 2016.

<sup>20</sup> Ibidem, Primeira Parte, item C – Generalidades.

contorno que intermitentemente se desprende da sua orla para embrenhar-se pelo campo que se pretende eventualmente florido e manchado de arvoredos. Essa estrada se articula ao eixo rodoviário e também à pista autônoma de acesso direto do aeroporto ao centro cívico, por onde entrarão na cidade os visitantes ilustres, podendo a respectiva saída processar-se, com vantagem, pelo próprio eixo rodoviário-residencial. Propõe-se, ainda, a localização do aeroporto definitivo na área interna da represa, a fim de evitar-lhe a travessia ou o contorno.<sup>21</sup>

Seguindo os ditames arquitetônicos modernistas preconizados pela Carta de Atenas, o trabalho de Lúcio Costa em relação à presença do Lago na nova capital é feito através da concepção de uma perspectiva em que o mesmo é alheio à presença humana pulsante e intensa das grandes cidades e centros urbanos. O uso imaginado por Lúcio Costa para o lago se daria através das atividades de lazer e recreação; as construções concebidas para a orla do lago seriam destinadas justamente para facilitar tais usos: clubes para esportes aquáticos, caminhadas, restaurantes e outros espaços que propiciassem acesso direto da população da nova cidade, mas evitando a presença de conglomerados residenciais, exceção feita à possibilidade de “casas individuais” e espaçadas em grandes ruas relativamente próximas ao Lago.<sup>22</sup>

Eloisa Barroso indica que:

Ao conceber a cidade como máquina, a arquitetura moderna redefine, radicalmente, base social de cada função. Isso, segundo as pré-noções de sua inovação arquitetônica, transformaria a sociedade permitindo novas práticas para o progresso social. Portanto, um novo estilo de vida seria dado por uma arquitetura que recusa acomodar as condições sociais urbanas nefastas. Isso posto, está colocada uma ruptura total com o passado, a estratégia é, pois, a desfamiliarização.<sup>23</sup>

A experiência da até então capital brasileira, Rio de Janeiro, era a própria expressão do que a Carta de Atenas desejava combater nas novas cidades: crescimento desordenado e sem planejamento, com as facetas da desordem liberal capitalista representadas nos traços urbanos visíveis e na arquitetura altamente autogerida e, por vezes, caótica.

---

<sup>21</sup> COSTA, 1991. p. 30.

<sup>22</sup> Embora Lúcio Costa não afirme categoricamente a questão ambiental, considero que o mesmo possuía, dentro da sua concepção urbanística, preocupação com questões de tal ordem quanto à área ao redor do lago, pois as suas visões quanto à escala bucólica e de Brasília como cidade parque trazem vários pontos de contato entre as idéias de preservação ambiental que iriam se fortalecer nas décadas seguintes.

<sup>23</sup> BARROSO, Eloisa Pereira. **Brasília**: as controvérsias da utopia modernista na cidade das palavras. 2004. 2008. 237 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2008, página 39.

A experiência bucólica quanto ao usufruto e ocupação das orlas e cursos d'água no Rio de Janeiro e tantas outras capitais brasileiras<sup>24</sup> não fugia à regra dos demais aspectos urbanos que se desejava combater através dos CIAM's e da Carta de Atenas. Faixas litorâneas intensamente povoadas ao longo do tempo traziam também a lembrança de algo que não dera certo, causando desconforto visual e ambiental, sendo também considerado algo a ser repensado nas novas concepções de cidade. O Rio de Janeiro, em especial, já contava com um adensamento e concentração populacional de grande porte na primeira metade do século XX, e locais como a Lagoa Rodrigo de Freitas já eram tomados pela urbanização e ocupação desmedidas. Na futura capital, havia o pré-requisito de se pensar uma cidade de grande porte e, junto com ela, a existência de um lago. Como isso então ocorreria?

Marcos dos Santos<sup>25</sup> afirma que Lúcio Costa concebera uma organização do território de modo que fossem consideradas a morfologia do sítio escolhido e a forma do Lago, mas de maneira diferenciada das outras propostas concorrentes. Segundo o autor, o Lago visto pelo urbanista seria uma oportunidade de reeducação do homem frente às intempéries e problemas gerados pela intensa e agitada vida cotidiana dos grandes centros, assim como preconizava os ditames arquitetônicos e modernistas da primeira metade do Século XX.

O interessante é que, se o edital para as propostas do Plano de Piloto para a construção de Brasília não fizeram exigências específicas sobre questões relacionadas ao lago, o mesmo não se pode dizer da apreciação do júri constituído pela Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil sobre o projeto vencedor. A maneira como Lúcio Costa localizou a cidade em relação ao lago e como as margens do mesmo seriam ocupadas não passaram despercebidas pela comissão.

Da apreciação do júri sobre a proposta vencedora (a de número 22, de Lúcio Costa), foram enumeradas quatro críticas e oito vantagens. Das quatro críticas listadas sobre o Plano Piloto de Lúcio Costa, duas dizem respeito à localização do Lago e sua ocupação:

Críticas:

1. Demasiada quantidade indiscriminada de terra entre o centro governamental e o lago.
2. O aeroporto talvez tenha de ser mais afastado.
3. A parte mais longínqua do lago e as penínsulas não são utilizadas para habitações.

<sup>24</sup> Quase a totalidade das capitais de estado brasileiras e São Paulo, com o Rio Tietê. Neste momento, talvez alguma exceção fosse registrada quanto à Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte, com pouco mais de cinquenta anos de formação.

<sup>25</sup> SANTOS, Marcos Antonio dos. **Brasília, o lago Paranoá e o tombamento**: natureza e especulação na cidade modernista. 2008. 259 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos - USP, São Carlos, 2008. p. 17.

4. Não especificação do tipo de estradas regionais, especialmente com relação a possíveis cidades satélites.<sup>26</sup>

Primeiramente, criticou-se a faixa de terra existente entre o centro administrativo e o Lago, sendo considerada demasiadamente extensa; posteriormente, a não existência de moradias nas margens mais distantes em relação às áreas das futuras Asa Sul e Asa Norte. Nota-se que as intenções e determinações em torno da utilização e ocupação das margens do Lago Paranoá já apresentavam certas discordâncias desde a concepção de Lúcio Costa até o que fora considerado como opção mais plausível pela comissão julgadora. Existiria, assim, um grande descompasso em relação ao lago entre o que fora idealizado pelo projeto vencedor e a concepção dos que efetivamente ergueriam a cidade?

Aparentemente, a cidade idealizada pelo urbanista vencedor como um parque, repleta de árvores e permeada por elementos naturais, fora muito bem apreendida e interpretada pelos avaliadores. A praticidade e, ao mesmo tempo, simplicidade do projeto escolhido em detrimento dos demais é ressaltado como um ponto positivo e vantajoso (“Tem o espírito do século XX: é novo; é livre e aberto; é disciplinado sem ser rígido”<sup>27</sup>). Entretanto, até que ponto o Lago se mostrou como um elemento realmente importante na escala bucólica sugerida por Lúcio Costa e (teoricamente) aprovada pela Comissão estabelecida pela NOVACAP?

Enquanto Lúcio Costa imaginava para o futuro Lago espaços de convivência com atividades específicas e usos direcionados, não discutindo de maneira aprofundada como se daria o seu acesso, os executores de Brasília tinham planos em relação ao lago que não se limitavam às sugestões e direções registradas no projeto. As margens do lago foram tratadas, desde o início, como áreas em que seria necessário povoar e ocupar, não resguardando ao mesmo apenas o caráter ornamental, paisagístico e de lazer originalmente concebido. Tal fato mostra uma relação curiosa, uma vez que o edital para o Plano Piloto de Brasília não previa usos específicos para estas áreas e tampouco uma distância mínima (ou máxima) para a instalação da cidade em relação ao Lago.

Mesmo se levando em conta o pensamento de Lúcio Costa quanto ao seu projeto como sendo apenas uma sugestão de como a cidade deveria se iniciar, as tratativas dadas às áreas

<sup>26</sup> APRECIACÃO do Júri. In: COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1991. p. 35.

<sup>27</sup> Ibidem, loc. cit.



próximas ao lago foram as mais diversas nas décadas seguintes, sobretudo ao lembrarmos que a superfície do espelho d'água possui quase 40km<sup>2</sup> de extensão. As margens do lago próximas às duas “asas do avião”<sup>28</sup> (Asa Sul e Asa Norte), as únicas com alguma discussão prévia à instalação da cidade, foram direcionadas aos clubes esportivos e náuticos e setores reservados a embaixadas e representações diplomáticas. As margens das penínsulas sul e norte seriam direcionadas para moradias com grandes lotes e extensas propriedades residenciais, resultando num processo de ocupação de alta renda oficialmente incentivado pelas instâncias públicas (ocasionando no surgimento, posterior, das Regiões administrativas do Lago Sul e Lago Norte).

Ainda sobre a questão das ocupações em torno das diversas faixas territoriais próximas ao Lago Paranoá: várias das comunidades que viriam a se instalar nas suas proximidades e margens durante a construção e após a inauguração oficial de Brasília, em 1960, tampouco foram previstas no projeto de Lúcio Costa, autorizadas ou incentivadas pelos diretores e administradores da nova cidade, sendo a sua fixação e apropriação do território o resultado de longos processos de luta, conflitos e disputas de poder entre grupos de moradores (organizados ou não) e o Estado<sup>29</sup>.

O lago passaria, até aqui, por três momentos distintos quanto à sua concepção: o que Glaziou registrara no relatório apresentado como resultado das expedições Cruls, em fins do século XIX; a *lagoa* (lago) pensada por Lúcio Costa como elemento bucólico importante e de lazer para a população da nova cidade, e, por último, a possibilidade de instalação de grandes áreas residenciais nas margens e nas penínsulas da margem oposta, levadas adiante pela NOVACAP após a escolha do projeto vencedor. Assim, posso destacar as seguintes temáticas que perpassavam as três concepções: o lago como uma fonte de abastecimento hídrico, o espelho d'água para compor efeito de embelezamento da cidade e, por último, a opção de se oferecer atividades de lazer, trazendo um mínimo de qualidade de vida aos novos moradores.

Duas questões sobre o lago não foram abertamente declaradas e/ou debatidas pelos três atores acima mencionados. A primeira diz respeito à intenção (ou não) de se influenciar, de alguma forma, o microclima de Brasília com a presença de um espelho d'água dessa magnitude. A área do cerrado onde se localiza o Planalto Central é largamente conhecida na atualidade pelo seu período de seca intensa, que traz reflexos diversos para o ritmo de vida das populações do DF

<sup>28</sup> O Plano Piloto de Brasília de Lúcio Costa ficou conhecido posteriormente como um formato de um avião, em que os setores Sul e Norte foram designados como “Asa Sul” e “Asa Norte”.

<sup>29</sup> Refiro-me à Vila Amaury e Vila do Paranoá (hoje Cidade do Paranoá), cujas trajetórias serão abordadas mais à frente neste trabalho.

e região. O fato é que existe a noção popularmente difundida de que um dos motivos da criação de um lago artificial para Brasília seria o de amenizar a baixa umidade dos meses de seca e as altas temperaturas da cidade nos períodos mais quentes, proporcionando um micro-clima mais ameno e agradável aos moradores.

Embora a secura da região fosse conhecida, não havia, entretanto, qualquer menção quanto a esta questão quando se discutiu a formação do Lago Paranoá, ao menos não de maneira oficial e aberta. Mesmo os instrumentos que permitiram a confecção de relatórios técnicos detalhados até a década de 1950<sup>30</sup> sobre as características físicas do cerrado (incluindo-se aí os índices pluviométricos e umidade relativa do ar) não forneceram combustível necessário para que este constituísse um motivo de formação de um lago artificial (mesmo que, posteriormente, com a formação e consolidação da cidade, fossem verificados, embora minimamente, estes atributos).

O segundo ponto diz respeito à abordagem dos elementos naturais da área escolhida para a edificação de Brasília e, sobretudo, a sua relação com o futuro lago. O cerrado era visto como não mais que um deserto. Escassez, de uma maneira geral, era o desdobramento semântico mais apropriado para explicar como aquela região era vista pelos “desbravadores”:

Brasília não iria se situar em local "imediate às cabeceiras dos grandes rios", mas bem no coração do Planalto Central, o qual, por sua vez, é o coração do Brasil. (...) De tudo isso, porém, só existia mesmo naquela região a planura do deserto e, comunicando certa vida à paisagem de desolação, estendia-se até os sem-fins do horizonte o cerrado - um mar de árvores raquíticas, retorcidas e quase órfãs de folhas —, que era o lado oposto, em feição agreste, do céu, que é um dos mais belos do mundo.<sup>31</sup>

Pouca vegetação. Poucos rios. Rara fauna. Rara gente. Desolação. O sentimento comum era o de erguer uma civilização em cima e a partir do nada. Na mente dos idealizadores da nova capital não foi construída necessariamente uma dicotomia entre o antigo e o novo no que diz respeito ao território porque este não apresentava elementos passíveis de uma transposição. A conquista se daria por meio da construção e ocupação, sem resistências do natural ou “dos naturais” da terra. Não ocorria, em seus discursos, a oposição entre o antigo e o novo para a região, simplesmente porque o antigo não existia.

A tentativa de se ignorar, solapar, negligenciar referenciais da terra anteriores à empreitada mudancista foi, até certo ponto, bem sucedida. Brasília, cujo projeto simbolizava a

<sup>30</sup> Relatório da Missão Cruls e as Comissões de Localização da Nova Capital, realizadas em 1946 e 1953.

<sup>31</sup> KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000. (Brasil 500 Anos). p 50.

inserção definitiva do Brasil na era da modernidade, seria dotada de um conjunto de elementos visuais temáticos (e de qualidade de vida) propícios e passíveis de serem apreendidos e trabalhados para a solidificação da ideia de modernidade e sua consolidação como cidade e como capital do País. Não havia espaço, neste pensamento e discurso, para se trabalhar ou apresentar quaisquer elementos que remetessem ao modo de vida do Brasil sertanejo e arcaico, frente ao desenvolvimentismo moderno apregoado aos quatro cantos do País para justificar a empreitada.

Brasília se apresentou como uma tentativa de se mostrar uma nova sociedade em oposição àquela que compunha boa parte de seu território interiorano, configurando, conforme assinalado por Barroso<sup>32</sup>, desde o seu início, “um espaço no qual deflagrou-se, ininterruptamente, o combate decisivo entre o moderno e a tradição. Brasília é uma espécie de remate dramático dos sonhos dos grandes projetos da modernidade brasileira. ” Onde e por que se referir ao antigo que estava à frente se o objetivo era, indiscutivelmente, a negação dos problemas sempre presentes da sociedade brasileira, em detrimento de um novo e moderno que podia ser resolvido através de traços na prancheta e direcionamento territorial e arquitetônico?

Seguindo os ditames difundidos pela Carta de Atenas, Brasília seria a própria expressão da cidade nova e do novo, aliando os itens que permitiriam a inscrição em sintonia dos aspectos da vida social, política e estética; onde poderia se definir e direcionar ritmo de vida dos moradores a partir do planejamento do funcionamento da cidade. A autogestão da cidade, através de sua formação continuada e incessante, era algo inconcebível para os parâmetros modernistas em que Brasília foi pensada e que seu plano piloto executado. O espaço deveria ser altamente organizado e, a partir dele, os ditames de um novo modo de vida se constituiriam, formando as bases de uma nova sociedade.

Assim, ao mesmo tempo se acreditava que a rigidez de um ordenamento planejado, pré-concebido e direcionado para a cidade (através dos traços arquitetônicos e urbanísticos) estabeleceria a base de um novo espaço urbano, este também seria o motivo de instauração de um verdadeiro espírito comunitário, restaurando a coesão social, há muito perdida pelos crescimentos intensos da cidade capitalista liberal.<sup>33</sup> Brasília nasceu através do sonho de uma vida organizada, setorizada, fluida, horizontal, comunitária, homogênea. No entanto, os itens que regem a vida social não podem ser reduzidos a planejamentos frios e alheios ao fazer acontecer dos moradores da cidade, sobretudo quando esta acaba por acenar entre o novo e planejado, e o antigo e

---

<sup>32</sup> BARROSO, 2008. p. 22.

<sup>33</sup> Ibidem.

“atrasado”, representado aqui pelos sertanejos goianos e candangos que viriam de outros cantos do interior do Brasil para consolidar a povoação da nova capital.

O Lago Paranoá, e os espaços e imagens que o mesmo permitiu e ajudou construir nas vivências e formações dos moradores de Brasília, insere-se também neste contexto de criação e fabricação do novo para uma nova sociedade de um novo País. Também é mais um elemento pensado e concebido de maneira a compor estes novos desígnios de Lúcio Costa e Niemeyer, amplamente permitidos por JK. Entretanto, também sofreu, ao longo dos anos, os reflexos da experiência da cidade que é sua razão de existir, qual seja uma urbanização resultado dos anseios dos que migraram para Brasília, independentemente do motivo para tal.

O diálogo (ou a falta dele) entre os planejadores do crescimento de Brasília (referindo-me aqui à gestão territorial e espacial urbana) e a incessante leva de moradores nas décadas seguintes à inauguração fez com que existisse um grande número de Regiões Administrativas (popularmente também conhecidas como “RA’s”) dentro do Distrito Federal. Mesmo com a previsão de sua existência no momento em que se pensou Brasília, tais “cidades” mostram como os princípios modernistas para uma nova capital foram, no mínimo, insuficientes como uma mudança de direção para o crescimento e acompanhamento de uma nova cidade, mostrando, de maneira bastante clara, o seu caráter utópico.<sup>34</sup>

Várias dessas RA’s estão dispostas nas proximidades do Lago Paranoá e seus moradores tendem a possuir uma relação com o mesmo diferente daquela pensada por Lúcio Costa em relação aos moradores do Plano Piloto e das “casas espaçadas” nas proximidades de suas margens. A maneira com que os moradores criam suas raízes, apropriam-se dos locais por onde transitam e convivem, se dão de forma não-linear e heterogênea, sobretudo quando os lugares onde se desenvolvem as relações (de poder, sobretudo) não são os mesmos, quando colocados em perspectiva no que fora inicialmente pensado e planejado em relação ao resultado das ocupações que se fizeram acontecer posteriormente.

---

<sup>34</sup> Importante registrar aqui que Brasília, enquanto acontecimento e materialização, trata-se de uma utopia realizada. Trazendo consigo os ideais de construção de uma nova nação e a criação de uma cidade que pudesse refletir, em seus aspectos visuais e temáticos, o alvorecer de novos tempos para o Brasil, partindo-se dos pressupostos da modernidade e tudo o que pudesse ser por ela simbolizado (leia-se: arquitetura e urbanismo). Não pretendo entrar na discussão acerca do que fora planejado originalmente para o DF e o que de fato fora executado, mas sim lembrar que a realização de Brasília fora a materialização de um mito em torno de um projeto de nação.

## 1.2 Memórias e experiências em articulação

Entendo que é preciso sair do lago idealizado nos gabinetes e dos vãos panorâmicos sobre o cerrado goiano para encontrar o Rio Paranoá e suas vivências ante os sertanejos antes da inauguração de Brasília, pois as referências que os habitantes da região construíam em contato com o rio fornecem indícios da relação com o natural, sobretudo, anteriormente à chegada das obras da nova capital.

Acredito que são vários e diversificados os espaços que constituem as cidades e que estes agem muitas vezes como catalisadores de imagens e memórias, reflexos dos grupos que as habitam. Estes mesmos espaços são continuamente transformados e trabalhados através das vozes e ações dos indivíduos que os criam, ocupam e, simultaneamente, influenciam na constituição e formação dos habitantes das áreas por onde transitam e desenvolvem suas vidas.

O uso da terra, a apropriação do território, é para o sertanejo um combustível produtor do seu apego e sentimento de pertencimento ao lugar. A construção de referenciais vai se cristalizando a partir da experiência e, através desta, a memória inicia seu diálogo de construção com a identidade do sujeito. As memórias possuem a capacidade de revestir o discurso dos indivíduos de autoridade e legitimidade (além da já citada identidade), produzindo narrativas que façam sentido em seu presente, onde o diálogo com o futuro (expectativas) e passado (experiências) é também incessante.

Lembrando Walter Benjamin<sup>35</sup>, penso que a formação da memória é pautada fortemente pelas demandas do presente, e a rememoração (esta baseada na experiência) como uma possibilidade de compreensão do passado através da construção de narrativas históricas capazes de se traduzirem em ações ativas no presente. Benjamin, neste contexto, traz à luz a possibilidade de que grupos e indivíduos menosprezados, excluídos dos discursos e histórias tradicionais possam ter voz ativa e transformar o presente pela via da rememoração. Isto se dá pelo fato de que lidam, muitas vezes, com tentativas de esquecimento por parte da dita “memória oficial” fazendo com que estes grupos e suas práticas de outrora tentem se mostrar novamente presentes, porém com objetivos determinados pelas aspirações e contextos da atualidade em que falam.

---

<sup>35</sup> BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-234. (Obras Escolhidas, v. 1).

A maneira como os indivíduos constroem e abordam as suas memórias indicam a relação destes com o mundo que os cercam e que, ao mesmo tempo, é fruto dessa relação. As suas imagens e visões são construídas e perpassadas por diversos locais, de fala e no tempo; espaços variados e temporalidades diversas que se entrecruzam em vários caminhos e direções. O passado é visitado e (re) construído através da memória, podendo ser retomado e remodelado sempre com o presente em perspectiva e no horizonte. Considero que a construção da narrativa se dá ao mesmo tempo em que a memória também se reconstrói e se reinventa, pois uma vez revisitada, dificilmente a será da mesma forma adiante. O dinamismo inerente à narração é também agente transformador das operações do recordar.

Assim como assinalado por Benjamin<sup>36</sup>, vejo que a relação entre o narrador/narrativa e as memórias são perpassadas pelas experiências e expectativas dos próprios indivíduos, assim como dos grupos e outros indivíduos com os quais interagem. A recordação, sendo uma tentativa de retomada do passado através de uma imagem formada no presente, torna-se a força-motriz dos depoimentos narrados sobre um lugar que não é mais; foi um dia (Rio Paranoá e Planalto Central antes de Brasília).

Sendo um exercício constante do indivíduo o ato de recordar, não há porque falarmos em uma memória pautada na linearidade temporal ascendente, onde se parte de um ponto para se chegar ao outro, a um destino final. A questão em relação à memória se torna muito mais fluída quando da relação entre esta e os indivíduos. Lidar com a maneira em que a mesma se impõe, se constrói e se articula é uma tarefa de reconstrução também daquele que a escuta através das narrativas. Assim o é, muitas vezes, para o historiador. A memória, além de formada, é também transmitida. Tal transmissão é feita, sobretudo, através de narrativas, inclusive a histórica. Benjamin<sup>37</sup> e Beatriz Sarlo<sup>38</sup> indicam que a experiência e memória, entrelaçadas, são as diretrizes e propulsores da narrativa histórica, grande força que impulsiona a transmissão da memória nos grupos.

Em se tratando de memória dos grupos, Maurice Halbwachs<sup>39</sup> entende que a memória seria algo concebido de forma coletiva, não atribuindo aos quesitos individuais algo de grande

---

<sup>36</sup> BENJAMIN, 1987, passim.

<sup>37</sup> Ibidem.

<sup>38</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>39</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. (Edições Vértice). p. 16.

relevância para a formação da mesma. A memória seria concebida socialmente, partindo-se do individual para o coletivo, pautando-se nas relações entre os sujeitos e dos grupos com os quais interagem. A memória individual só faria sentido enquanto ancorada e amparada pela memória do grupo, pois só existiria, de fato, enquanto fenômeno coletivo.

Seria necessário o respaldo dos demais membros integrantes de maneira a assegurar a informação e garantir o testemunho daquilo que se fala, pois “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós.”<sup>40</sup> Independentemente de como constrói suas lembranças, (eventos e experiências individuais e/ou coletivas), Halbwachs considera que o indivíduo precisa lançar mão de artifícios fornecidos pela vida em sociedade para formar sua memória e, assim, partilhá-la com os demais de maneira minimamente clara e inteligível; não o fazendo, não conseguiria articular suas experiências com o presente e passado.

Entender a memória, para Halbwachs, é inscrevê-la na dependência do individual perante o coletivo, pois o primeiro só é capaz de concebê-la, de recordar, enquanto pertencente a algum grupo. E a memória sobressalente e, efetivamente confiável, só existiria enquanto respaldada por uma espécie de “controle social” inerente à vida em sociedade, sendo essa janela do grupo a verdadeira “fonte e visão” da memória.

É importante afirmar também que os discursos e imagens sobre o passado podem indicar muito mais sobre o presente, o momento em que se fala, do que propriamente sobre o acontecido em si. Isto ocorre porque os indivíduos e os grupos interagem o tempo todo e os mapas mentais são também reconfigurados *ad eternum*. Além do mais, as recordações e lembranças tendem a ser incompletas e flutuantes em várias situações.

Embora não admita a memória individual enquanto fenômeno, o pensamento de Halbwachs é importante para o historiador ao permitir ver a concepção da memória enquanto algo associado à coletividade e, por conseguinte, à compreensão de uma visão de mundo que pode (e pôde) ser partilhada em determinado momento e, por isso, analisá-la enquanto se articula com a atualidade no exercício de rememoração. Entretanto, o simples exercício da coletividade não traria por si só o ponto de confiabilidade “indiscutível” e “infalível” para o testemunho do evento ou acontecimento (na verdade, não almejamos mais isso); afinal de contas, por quantas

---

<sup>40</sup> Ibidem, p. 30.

vezes nos surpreendemos com relatos variados, dentro do mesmo grupo, sobre determinado fato, apontando diferentes caminhos e visões? Ainda: o testemunho coletivo não seria isento de disputas e conflitos, sendo necessário resolvê-los minimamente (seja através do extermínio ou subjugação de uns sobre outros) até que se chegue a uma memória predominante. E os discordantes, estariam inscritos em que memória, uma vez que não teriam sido legitimados pela maioria?

A relação memória individual e memória coletiva é muito mais intrincada do que aparenta, e precisa ser problematizada de uma forma em que uma esteja conectada e dependente da outra sem que haja, entretanto, uma predominância da segunda sobre a primeira, ou vice-versa. Michael Pollak, sobre a constituição das duas afirma que:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.<sup>41</sup>

Pollak nos lembra que a memória coletiva, em muitas vezes, é avessa a questões como o testemunho presencial dos eventos e acontecimentos, inscrevendo a mesma num patamar de compartilhamento e construção que ultrapassa o espaço e o tempo de um indivíduo e um grupo, mostrando, assim, a força da socialização na formação de memórias e identidades compartilhadas entre gerações diferentes e lugares diferentes. Pensar de tal forma se mostra relevante, no que diz respeito a este trabalho, porque indica que as relações sociais e culturais (parentesco, religiosas, relações de trabalho, etc.) estabelecidas e constantemente alimentadas pela teias de convivência na região do Distrito Federal permitem visualizar em que medida o Lago Paranoá foi apreendido e internalizado pelos diversos moradores das regiões de Brasília. As impressões sobre o Lago e a maneira como este vem dialogando com a cidade certamente encontram vazão nas memórias dos moradores e nos grupos formados e constituídos por eles.

---

<sup>41</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. p. 200.



Benjamin ainda a descreve (memória) como algo que precisa ser compartilhado e que o narrador necessita colocar as informações de tal forma que o sentido esteja presente de modo a permitir a apreensão do ouvinte:

Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia.<sup>42</sup>

A experiência aqui é colocada como um ponto de ligação imprescindível para que a rememoração, reconstruída através da narrativa, seja apropriada pelo ouvinte e encontre eco junto às suas próprias experiências, na esperança de que esta memória seja compartilhada por ambos na narrativa que o ouvinte constituirá adiante, tornando-se, então, o narrador.

O diálogo passado-presente é incessantemente central na discussão em torno da memória. O simples ato de “lembrar” já é capaz de incorrer nessa relação temporal, restabelecendo pontos de acesso e reconfigurando limites do exercício de lembrar, explicitados através das narrativas. Este passado que é recorrentemente (re)visitado com os olhos do presente, é também recriado, reformado, remodelado e refeito. Ratificando o pensamento de Benjamin, vejo que as narrativas históricas possuem um papel decisivo ao se trabalharem as memórias dos indivíduos e dos grupos visando o fim e o labor historiográfico. Quando, neste contexto (memórias), o passado é revisitado, este é também transformado pois deixa para trás a mácula do esquecimento, e é capaz de mostrar um agente delimitador de novas práticas da atualidade, do presente.

Dessa forma, posso afirmar que identidade e memória estão entrelaçadas. Entretanto, tal entrelaçamento também pode causar conflitos em algumas situações. Entendendo a memória como algo constantemente reconstruído de acordo com as demandas do presente, há de se considerar que tais demandas e necessidades também podem sofrer alterações e flutuações. A memória tende a não apresentar conflitos quando consegue manter uma coesão mínima de identificação social, mesmo com pequenas flutuações e mudanças, realizando um trabalho de manutenção do que é aceito pelo grupo. Qualquer processo de ruptura e mudança mais drástica e imediata traz uma provável crise e tentativa de rearranjo identitário.

A memória, então, pode tornar-se também um campo de batalhas por espaços onde as disputas de poder vão se erigir. Os conflitos engendrados no campo da memória dizem respeito à

---

<sup>42</sup> BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221. p. 204.

maneira como os indivíduos exercem suas demandas atuais em relação às suas experiências, individuais e coletivas. Em se tratando do Lago Paranoá, que fisicamente só surgira próximo a 1960, as experiências dos sujeitos em relação ao período antes do seu surgimento e como este remodelou as suas vidas podem indicar um vácuo nas configurações da sociedade brasileira de então.

Disputas de poder também são explicitadas através dos conflitos em torno da memória e, por isso, é tão cara a Benjamin a possibilidade de se redefinir o passado através da rememoração de grupos forçosamente esquecidos e construir novas narrativas capazes de dialogar com o presente de outra forma a qual anteriormente (e predominantemente) estabelecidas.

Cabe ao historiador, dessa forma, fazer essa ponte entre as memórias (e as experiências que brotam do ato de lembrar) dos grupos e indivíduos, com seus anseios da atualidade, e as questões do seu ofício que também são pautadas pelo presente. Questões estas de investigação, de busca, de compreensão de um passado que também remete ao seu presente e, de certo modo, ao futuro que o cerca. É salutar que ao historiador lhe sejam perpassadas questões em torno de dissídios muitas vezes ainda pendentes, levando-o a buscas onde os conflitos emanados das disputas de poder omitiram vozes e ações relevantes para a formação do presente.

Ainda sobre a importância e conflitos em torno da memória, Sarlo<sup>43</sup> traz importante contribuição ao chamar atenção para a problemática em relação ao termo, dos “cuidados” a serem tomados quanto à sua utilização e arranjo. Ao comentar a “guinada subjetiva” executadas pelas ciências sociais em meados do século XX, a autora reconhece a importância de tal fato à época, sobretudo quanto à valorização da subjetividade no campo sociológico, focando as análises nas emoções, sentimentos, interesses e expressões individuais, trazendo este enfoque como uma fonte imprescindível do conhecimento em relação às ações dos homens.

Quanto à história, afirma que a centralidade do indivíduo buscou refúgio nos depoimentos e testemunhos do sujeito como fonte importante para se reconstruir vestígios do passado não acessíveis e não visitados pelas grandes narrativas oficiais ou pelos grupos dominantes. Foram fortalecidas e/ou criadas, dessa forma, campos de estudo ligados a questões mais específicas e pormenores da história social e cultural (a chamada “Micro história”), trazendo à cena e aos holofotes o (outrora esquecido) sujeito ordinário e suas relações de família, de convivência, etc. Nesta seara, registrou-se o pressuposto de que as memórias registradas em primeira pessoa

---

<sup>43</sup> SARLO, 2007, *passim*.

seriam algo mais fidedigno e capaz de proporcionar maior nível de conhecimento e clareza, pois surgem das vivências e experiências do indivíduo *in loco*, sendo o ponto de partida insubstituível para se estudar os temas da vida comum mencionados anteriormente.

Sarlo, ao abordar a força e a importância do testemunho, o faz no contexto do seu país (Argentina) pós regime militar, quando os relatos sobre as perseguições perpetradas pela ditadura militar ganham força numa espécie de “acerto de contas” de parcela significativa do povo argentino e seu passado recente. Tal contexto registrara um empoderamento das memórias das vítimas políticas da ditadura, onde os relatos ganharam contornos de veracidade absoluta e inquestionável, devido justamente ao papel (vítimas de um lado e algozes de outro) atribuído aos diversos atores em tal processo. O relato, circunscrito até então às memórias individuais de cada uma das vítimas, ultrapassara os limites de âmbito judiciário e passaram a constituir provas irrefutáveis e inquestionáveis do sofrimento de alguns que, aos poucos, eram apropriadas e condensadas pela sociedade, num fluxo de transformação de memórias individuais em memórias coletivas, através do compartilhamento, identificação e empatia quase que geral.

Sarlo, entretanto, indica que a centralidade demasiadamente focada no indivíduo não pode imiscuir-se de uma análise crítica para ser realmente eficiente e capaz de indicar os caminhos e fornecer as informações que se deseja buscar. Para tal, a autora reforça a ideia de que a memória deve ser compreendida através de seu aspecto discursivo, que se forma e é exteriorizada de maneira a atribuir sentidos às lembranças, experiências, sentimentos e toda a carga emocional do indivíduo, seja ela compartilhada ou não. Tais relatos, reunidos na forma narrativa, não podem ser vistos como informações auto-explicativas ou que trazem os fatos por si só, sendo a verdade pura e simples registrada através de depoimentos. Estes devem ser contextualizados, comparados, criticados e situados em seu lugar e tempo de fala, verificados em que tipo de discurso e com quais narrativas dialogam.

Neste contexto, portanto, conclui não existir uma experiência pura, verdadeira e plena que se deixe expressar por inteiro através dos testemunhos individuais. Não é fruto simplesmente de uma relação direta, de causa e conseqüência, entre relato e a experiência. Apesar de quase sempre o depoimento se referir a algo anterior, ocorrido no passado, a experiência só se constitui a partir do momento em que é interpretada pelo indivíduo e constituída e estruturada em um discurso e narrativa que façam sentido, ao menos para aquele em que o faz e, ainda, para determinada parcela do grupo social.

Na medida em que as representações são formadas e saem à luz, tentando, de alguma forma, tornar algo presente novamente, uma série de escolhas e vontades são expelidas conjuntamente, assim como também o são as omissões. As representações surgem como práticas e modos de agir dos grupos e indivíduos que, ao mesmo tempo, também recriam e reformulam falas e discursos, pois são proporcionadas imagens dialéticas (como uma espécie de idéia de movimento cíclico e/ou renovador).

Quando falo em representações, concebo um modo de buscar abordagens que não seguem necessariamente uma continuidade ou linearidade no tratamento com o item que é representado e ao qual se alude. Vejo pluralidade e, de alguma forma, a tentativa do sujeito em se conectar com algo que, naquele momento, se mostra presente de uma outra maneira, e passa a estabelecer um diálogo com este mesmo sujeito. Por isso, a noção de representação está tão intimamente ligada à ideia de apropriação, pois ao tentar fazer presente (seja no discurso, fala ou imagem) um determinado objeto, este é tomado pelo sujeito, internalizado, para ser depois externalizado de forma que possa estabelecer alguma referência com que fora tomado inicialmente (objeto).

Roger Chartier<sup>44</sup>, ao debater história e representação, entende que as representações são, muitas vezes, uma espécie de construção executadas a partir de práticas dos grupos e indivíduos que são incapazes de serem percebidas plenamente. Pensando a história como a tentativa de se identificar como uma realidade social é construída, pensada, formada e como se mostra nos mais diversos lugares e tempos, Chartier aborda a as representações (sociais) nos mais variados quesitos relacionados às vivências dos homens enquanto indivíduos e que interagem num mundo permeado por elementos e relações que possibilitam construir imagens e sentimentos, representações daquilo que as pessoas enxergam, entendem, sentem, ouvem e anseiam. Qual seja, tais representações estão diretamente ligadas às demandas, vontades e lembranças dos sujeitos que as criaram.

Embora reconheça que muitas vezes a temática da representação possa resvalar na discussão sobre se o objeto do qual se parte é de fato real, verossímil, ou se este também é fruto de outra ideia representada (trazendo, assim, uma correlação infinita do objeto e seu representante), penso que a representação é uma maneira de se expressar o real, pois se conecta com as práticas existentes em algum tempo e espaço que se permitiram ser sentidas, apropriadas,

---

<sup>44</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000100010#top10](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010#top10)>. Acesso em: 21 ago 2016.

trabalhadas e, por fim representadas. Como lembrado por Chartier<sup>45</sup>, tratar-se ia de uma visão, uma compreensão do mundo em que o indivíduo vive, sente, pensa, interpreta, através de uma representação (mais uma vez afirmo: datado e localizado, qual sejam, tempo e espaço).

Vejo a representação como as múltiplas formas de expressão, do “referir-se a”, de se tentar trazer a presença de algo novamente. As significações dela resultantes podem ser as mais variadas possíveis (polissemia encontrando eco nos sentidos e nas formas), tal como as apropriações derivadas; mas, de fato, afirmo que a representação é sempre criativa, pois a partir do real, traz também algo novo. As concepções são perpassadas pela criação humana a partir da experiência, onde sofre, ao mesmo tempo, uma tentativa de representá-la, criando um sistema de idéias e imagens de representação (individual e coletiva), buscando dar sentido ao mundo.

Ou seja, no final das contas, narrar é uma forma de criação e, ainda, recriação. E para tal, vários são os artifícios empregados e arregimentados na empreitada narrativa. Representações, imagens, apropriações, manuseio e fabricação de falas e discursos vão compor diretamente o exercício rememorativo da narrativa.

Desta forma, lembro que não posso conceber os narradores como desprovidos de um tempo e lugar, como se estivessem criando a partir do nada (“Big Bang” narrativo). Trata-se de indivíduos que, na sua liberdade, estão amarrados às experiências pessoais e coletivas, retratando um *modus vivendi* específico, independentemente do contexto onde estão atuando. São as memórias a argamassa que permitem criar e recriar, mas a partir de vivências (herdadas ou não) que são, apesar de tudo, passadas, acontecidas, e que possuem estrita relação com o hoje e com as expectativas em torno de um futuro.

Afirmo também que os “esquecimentos” acabam por restringir, impor limites e, muitas vezes, atribuir sentido às palavras, frases e pensamentos que formam as narrativas. Conforme assinalado por Márcia Santos, ao comentar Gagnebin:<sup>46</sup>

o contar o passado é um processo no qual a memória que emerge não pode prescindir do seu par, o esquecimento, e a ligação entre um e outro é ditada pela necessidade que o presente estabelece de reviver/reatualizar o passado e, dessa forma, lidar com um presente conflituoso.

<sup>45</sup> CHARTIER, 1991, loc. cit.

<sup>46</sup> SANTOS, Márcia Pereira dos. **História e Memória**: desafios de uma relação teórica. Revista OPSIS, Goiânia, v. 7, n. 9, p. 88, jul./dez. 2007.

### 1.3 Invasão do cerrado e da vida sertaneja

Assim como as narrativas não são formadas a partir do nada, onde o Lago Paranoá viria a ser formado tampouco encontrou o nada para se alojar. Entretanto, é comum o esquecimento e silenciamento em torno das memórias daqueles que habitavam o cerrado sertanejo na região que viria a ser denominado “Distrito Federal”, sendo a narrativa dominante constituída primeiramente pela nova capital representante e símbolo de uma nova nação e, num segundo momento, pela saga “heróica”<sup>47</sup> do candango migrante e pioneiro, responsável pela realização da utopia na “desolação” do Brasil central.

A área que viria a ser demarcada e designada para o novo Distrito Federal e a instalação da nova capital era integrante de três municípios goianos: Formosa, Planaltina e Luziânia, sendo composta por dezenas de fazendas, e de grandes, médias e pequenas propriedades. Uma escritura de desapropriação de terra feita à época da construção ilustra, de maneira ordinária, as condições comuns de organização das propriedades de então:

[...] uma casa de residência, sede da fazenda, coberta com telhas coloniais, paredes de tijolos, área construída de 161 metros quadrados, com nove cômodos assoalhados, e cimentados, pomar fechado de muros e cercas de aroeira, plantado de árvores frutíferas, rêgo d’água, quatro casa para empregados, uma pocilga coberta de telhas, piso de pedras, e paiol coberto de telhas, com paredes de tijolos, uma casa para a fabricação de rapaduras, uma dita para carros e bois, cinco currais e uma casa para bezerros [...].<sup>48</sup>

Visando o processo de desapropriação-indenização, esta descrição traz os detalhes visíveis de organização da terra, e da manifestação dos poderes fundiários externados através da grande construção como núcleo de uma fazenda que explorava a pecuária extensiva, além da cana-de-açúcar. O que tal passagem, entretanto, não revela à primeira vista é a natureza apropriada e trabalhada, que vai além de um meio de sustento, sendo uma maneira de tomar posse e se

<sup>47</sup> Ao utilizar o termo entre aspas procurei referir-me a um segundo momento dos discursos sobre Brasília, onde a participação dos migrantes no erguimento de Brasília, sobretudo os trabalhadores da construção civil, foi enaltecida e engrandecida pela memória oficial e dominante da cidade ao longo da trajetória histórica da cidade, registrando a sua presença como imprescindível para o sucesso da empreitada mudancista.

<sup>48</sup> Tal passagem refere-se à Fazenda Barra Alta, que atualmente compõe a zona rural da região administrativa de Planaltina, na pesquisa de: FARIAS, Darcy Dornelas de. **Terras no Distrito Federal: experiências com desapropriações em Goiás (1955-1958)**. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, 2006. p. 105.

estabelecer na terra, trazendo-a e inscrevendo-a no dia-dia. Refletia o modo de vida baseado nas relações de trabalho, parentesco, culturais, permeadas pelos elementos naturais que desfrutavam e, ao mesmo tempo, tentavam domar.

Darcy Farias, abordando o processo de desapropriação das fazendas que iriam compor o quadrilátero do DF, mostra como as lembranças de um modo de vida anterior ainda demarcam e alimentam um sentimento de pertença permeado por práticas de outrora:

Zuzu Guimarães: “Todo mundo tem sentimento, perdeu tudo que tinha, ficou com a mágoa (riso)...

Farias: “Ficou todo mundo da família?”

Zuzu Guimarães: Não só eu não. É o sitiante que tinha vinte, trinta alqueires que foi morar numa vila em Formosa, nos bairros, em Brasilinha com a vizinhança. Foi sem sentimento perder tudo que tinha. Que o dinheiro não dava pra comprar nada. Por isso que Juscelino morreu trucidado, porque fez muita maldade. Não foi ele, mas foi ordem dele.<sup>49</sup>

A rememoração do Sr. Zuzu Guimarães vai muito além da questão acerca dos valores recebidos em troca da terra desapropriada. No exercício de recordar são externados sentimentos que indicam um grande vazio por estar em outro meio o qual não se sente acolhido, mesmo estando rodeado por tantas outras pessoas (morando agora “com a vizinhança”). Ainda, dizer que “perdeu tudo o que tinha” transcende a posse dos bens e propriedade, e indica uma relação de sintonia muito mais íntima e dependente dos elementos que compunham a terra onde estava enraizado.

Mesmo o deslocamento não sendo deveras grande para as proporções atuais (algumas dezenas de quilômetros), a marcha da nova capital no horizonte já transformava o sertanejo e sua relação com a natureza e os seus elementos (sejam eles transformados ou não). O novo local de moradia (quer seja um vilarejo, quer seja uma pequena cidade) não trazia junto consigo o que a sua antiga terra proporcionava e talvez, seja tão latente em sua fala o resultado daquele que originou tamanha dor registrada em suas memórias quanto ao processo de partida do antigo lar e o estabelecimento em um novo, que não era seu.

O mesmo processo de articulação de lembranças permite diálogos diferenciados com a memória de acordo com o vivenciado individualmente e em grupo, como, no caso abaixo, o da família:

[...] Depois que veio Brasília, eu pra mim achei que melhorou muito! Já teve hospital, teve colégio, tinha tudo pras crianças. Mas nesse tempo, era uma vida custosa, custosa

<sup>49</sup> FARIAS, 2006, p. 18.

demais. Mexiam com roça. Fazia farinha, moía muita cana, fazia rapadura. Fazia tudo que precisava fazer. Levava pra Planaltina. Neste tempo era dureza fazer isto. Teve vezes que ele (seu marido) levou uma carrada de rapadura e voltou com ela pra trás. Lá já tava cheio, o comércio não era muito grande. O povo não queria comprar, quando vendia, também era baratinho, não tinha preço. É por isso que o dinheiro era difícil.<sup>50</sup>

Habitando a Fazenda Cachoeirinha, numa localidade próxima a Planaltina, Dona Ondina inscreve em seu discurso a natureza já transformada, trabalhada, e associada à escassez que, nas suas palavras, aquele meio impunha a ela e sua família. O que fosse demandado pela terra para se atingir um mínimo de sustento era realizado (“Fazia tudo que precisava fazer”). O surgimento, desenvolvimento e solidificação da nova capital no “quintal de casa”, puderam alterar sua relação com a terra e com referenciais da natureza, marcada por experiências de labuta e, provavelmente, raso enraizamento em razão das dificuldades registradas em sua narrativa sobre antiga propriedade.

As diversas temporalidades que permeiam as falas do sertanejo não são necessariamente as mesmas para os candangos, nem para os projetistas e executores da nova capital. Em casos como os demonstrados acima, o “antes” e o “depois” não se refere à inauguração oficial de Brasília, em 21 de abril de 1960; residem, sim, em imagens que muitas vezes indicam processos de ruptura em seu sistema mental, responsável por formar suas experiências e expectativas. Para uns, pode ser o processo desalojador de sua terra; para alguns, a chegada de oportunidades; para outros pode ser o “percorrer” das comissões de estudos da nova capital (Cruls e outras), enquanto que outros mais podem ser marcados com o surgimento de um espelho d’água gigantesco, formando um lago onde antes só havia cerrado e pasto.

Acredito que os goianos habitantes da terra que viria a ser “Brasília” expressam, através de seus depoimentos e suas memórias, sentimentos e experiências que abrem uma janela direta para suas vidas, permitindo que suas vozes, outrora abafadas e silenciadas, possam ser ouvidas e compartilhadas. Vejo também que, assim como Pollak, o processo que enseja o compartilhamento e a “herança” de memórias mostra uma relação entre os moradores de antes e depois do Lago e de Brasília, permitindo compreender em que medida as diversas experiências dos moradores da nova cidade apreenderam o Lago Paranoá em suas vivências.

---

<sup>50</sup> MENEZES JÚNIOR, Antonio; SINOTI, Marta L.; SARAIVA, Regina C. F., 2001. p. 34.



Antonio Menezes Júnior e Marta Sinotti<sup>51</sup> indicam que na região em que a barragem seria construída se localizava uma série de chácaras (dentro da Fazenda Paranoá, uma das grandes áreas desapropriadas) e grupos familiares que tinham a cidade de Planaltina como núcleo minimamente urbano mais próximo e onde desenvolviam suas atividades de comércio e usufruto de serviços básicos. Tratava-se de um modo de vida sobremaneira simples e pautado nas convivências familiares e desenvolvido através de laços de amizade entre os poucos moradores, estreitados através das atividades comuns de trabalho, religião e conhecimento da terra, itens que demarcavam as suas interações e constituíam as suas referências.

Acredito que o antigo goiano rememora e traz novamente à sua frente todos os elementos do seu viver da era pré-construção de Brasília, narrando e colocando ao ouvinte os fios responsáveis pela teia de suas lembranças, reconstruindo, mais uma vez, o que definia a sua presença ali, demonstrando em que medida a terra tomava posse dele e, ao mesmo tempo, o que era por ele apreendido como referenciais de sua relação com o natural.

Dessa forma, é possível depreender que os goianos de então, através das suas falas e depoimentos, possuíam uma identificação com os itens naturais que lhes permeava a vida, construída a partir dos elementos que muitas vezes justificavam as suas ações e ditavam as suas relações socioculturais

Assim, considero que tanto memórias individuais quanto coletivas bebem da mesma fonte: se confundem muitas vezes com os próprios indivíduos e grupos às quais pertencem. Daí o fato de muitas vezes as narrativas “tomarem corpo” e substituírem aqueles que a formaram (narradores). Em uma fala sobre a região do Rio Paranoá, anterior à execução do projeto Brasília, o sertanejo ressalta:

Usava esses remédios caseiros, aquela losna, aquela sete-dor, era quina do cerrado. Quina servia pra dor de cabeça, pra anemia. (...) Naquele tempo tinha muita árvore, muito mato, muito cerrado... tirou tudo, parece que ressecou. No mato, no cerrado, tinha fruta. Tem o araticum, tem o pequi, esse é nativo do cerrado. Tinha mangaba, bacupari.<sup>52</sup>

Os ditames próprios da vida goiana interiorana, sertaneja, semi-isolada, traziam consigo referenciais para a identificação e apropriação de uma natureza menos antrópica, menos tocada e, porque não dizer, com poucas alterações. A rememoração de tempos anteriores à chegada dos

<sup>51</sup> MENEZES JÚNIOR, Antonio; SINOTI, Marta L.; SARAIVA, Regina C. F., 2001. p. 25-43.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 34.

agentes executores do discurso modernizador revela uma temporalidade perpassada por um “antes” e um “depois” dos habitantes da região que tinham uma maior proximidade com o Rio Paranoá.

O rememorar em torno do rio que deu nome ao lago também alimenta a comparação e revive os tempos de outrora, anterior à barragem e à chegada de uma nova realidade. Este é o momento em que se cria uma espécie de ligação entre o exercício de lembrar e narrar, contar, onde são utilizados representações e pensamentos que possuem a capacidade de atribuir sentido aquilo que é falado:

O Paranoá aqui tinha peixe adoidado, a coisa que mais tinha aqui era peixe. Olha, aqui tinha piau, piau três pinta, tinha um tal de piaupara, dourado desse tamanho, ó! Dourado imenso. Se você encontrar um desses goiano ‘véio’, pergunta. E você pescava não era igual hoje, nós pesca matando tudo sabe [refere-se ao uso de redes]. Naquela época eu pegava aqui o da janta, amanhã pegava o do almoço, tinha demais.<sup>53</sup>

O “hoje” vem antes do “naquela época” no depoimento narrado do antigo ribeirinho do Rio Paranoá, e as imagens e objetos frutos de sua narrativa surgem assim como que instantaneamente e naturalmente frente aquele que o escuta e para ele mesmo. Esse estado em que as coisas aparecem são citados por Benjamin<sup>54</sup>, ao analisar a obra de Leskov, quando assinala que “Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia.”

A história ouvida é construída através de memórias que, ao serem partilhadas, começam a fazer parte também das experiências dos ouvintes, rompendo os limites da individualidade e contribuindo para a formação de categorias identitárias dos sujeitos que as partilham. Seu Sebastião narra as suas experiências com o Rio Paranoá ao mesmo tempo em que a compartilha e a inscreve no seio da coletividade, ao interagir com os grupos em que convive.

Citando uma rotina em torno do rio, as falas do sertanejo goiano são permeadas por construções e reinvenções de imagens, estabelecendo conexão com as memórias de um grupo com uma relação específica com tais elementos naturais, reforçando uma ligação forte em relação àquela terra em outros tempos. A memória, tal como indicado por Pollak<sup>55</sup>, também pode ser

<sup>53</sup> MENEZES JÚNIOR, Antonio; SINOTI, Marta L.; SARAIVA, Regina C. F., 2001. p. 35.

<sup>54</sup> BENJAMIN, 1987. p. 204.

<sup>55</sup> POLLAK, 1992.

enxergada como fenômeno construído, consciente ou inconscientemente. A maneira como as pessoas, grupos, indivíduos (organizados ou não) estabelecem a imagem de si e para os outros está intimamente conectada com as suas relações com a memória e dos referenciais apreendidos e apropriados em relação aos elementos com os quais interagem diariamente.

A memória, embora tida muitas vezes como algo estritamente pessoal e produzido no âmago da individualidade, deve ser também compreendida como um processo de construção e concepção coletiva, sujeita às variações e influências diversas que as comunidades e indivíduos estão sujeitos. Os pontos de reflexão dos sertanejos sobre a terra que o rodeia e o preenche, ao rememora um período em especial, pode ser apreendido como uma amostra do sentimento coletivo em torno do rio e da terra em relação às famílias que ali viviam.

Conforme assinalado por Pollak, “Se destacarmos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis”<sup>56</sup>. Penso que tais pontos saltam nos depoimentos de maneira mais latente e relevante quando as narrativas são construídas e se formam perante o espectador, e aqui busco estes itens que se mantêm perenes na memória destes sertanejos. Um pouco atrás, no texto, afirmei que a memória é sempre retomada de maneira diferente no ato de rememorar e representar. Complemento o pensamento afirmando que a maneira de buscá-la, apresentá-la e trabalhá-la sofre alterações, mas não necessariamente a memória em si, como lembrança constituída individual e coletivamente. De qualquer forma, não se pode negar que a memória transcende aos aspectos físicos vividos pelo indivíduo, pois a mesma também pode ser herdada, uma vez que é altamente plausível considerar que ela sofre flutuações em função do momento em que é articulada, em que ela está sendo expressa<sup>57</sup>. Esse pensamento vem corroborar, mais uma vez, a afirmativa de que as visões e vivências do presente muitas vezes se apresentam como um elemento de estruturação e articulação da memória, tanto individuais quanto coletivas.

Reforço mais uma vez que Pollak nos chama atenção para os elementos constitutivos da memória (tanto as individuais quanto as coletivas)<sup>58</sup>. Primariamente, ela se dá pelas vivências individuais, pessoais; secundariamente, pelos acontecimentos e práticas realizadas na coletividade do grupo, comunidade ou sociedade às quais o indivíduo participa ou possui o

---

<sup>56</sup> Ibidem, p. 201.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 204.

<sup>58</sup> POLLAK, 1992, p. 201.

mínimo de sentimento de pertença. Importante lembrar, mais uma vez, que muitas vezes trata-se de acontecimentos, fatos, em que muitas vezes o sujeito não esteve presente, não foi testemunha ocular ou temporal daquilo a qual se fala, mas que acaba se apropriando da memória estabelecida coletivamente, tamanha a relevância de tal acontecimento para o grupo.

O modo de vida goiano no período, isolado, pacato, frente à chegada de uma frente de construções e de outros agentes sociais e culturais implica em um fenômeno que possui reflexos nas lembranças individuais e coletivas daqueles que testemunharam tal processo, com desdobramentos recorrentes nas representações do antes e depois na vida do Planalto Central. Ora, se aqui discuto como os elementos naturais permitiram ao sertanejo construir uma relação íntima sobre o antes e o depois da chegada das obras, é natural perceber que os itens que permitiram compor a sua identidade também foram forjados na esteira daquilo que percebia como o cerrado de outrora, incluído aí o Rio Paranoá. O sentimento de pertença é alimentado e construído na medida em que os espaços são criados através dos diversos usos que se fazem do território. Quanto mais íntima a relação com a área, quanto mais a se conhece, mais são apropriados os elementos e personagens disponíveis, sejam eles de ordem natural (rio e cerrado) ou os transformados pela ação do homem (pesca e pasto). Trata-se de um movimento contínuo e cíclico (eu diria, até, retroalimentado) em que a identidade destes indivíduos vai sendo formada e constituída, juntamente com outros fatores de ordem social, religiosa, cultural, econômica, etc.

## 2 NASCE O LAGO

### 2.1 A barragem

Brasília fora pensada e concebida através de uma série de atributos e, entre eles, a formação de um lago artificial, conforme registrado no capítulo anterior. Para tornar tal projeto concreto, uma série de medidas se fizeram presentes no chapadão escolhido para o represamento do Rio Paranoá, com vários desdobramentos para as áreas que seriam tomadas de assalto pelas águas que deveriam atingir a cota mil (de altitude em relação ao nível do mar), formando o espelho d'água e a desejada moldura líquida da nova capital nacional.

Uma vez iniciadas as obras que iriam dar contorno à nova cidade, várias foram as firmas que se instalaram no território, ocasionando uma onda crescente de frentes de trabalho na corrida que se fazia até o ano de 1960, data escolhida para a inauguração de Brasília. Uma delas, a Planalto, fora responsável pela execução de obras consideradas chave para o projeto, tais como os prédios do Senado e da Câmara, na Praça dos Três Poderes, e da barragem no Rio Paranoá.

Registro aqui que “Planalto” fora o nome comercial em língua portuguesa utilizado pela firma norte-americana *Raymond Concrete Pile* para desempenhar suas tarefas nos canteiros de obras na futura capital, provavelmente numa tentativa de estabelecer uma maior proximidade com a realidade brasileira, uma vez que, apesar de possuir capital estrangeiro, a maior parte dos trabalhadores da firma era brasileira, tendo como força de trabalho “bruto”, sem especialização, os candangos advindos do interior do Nordeste e dos estados de Minas e Goiás.

O grupo americano, responsável por tantas obras importantes, além de executar as obras de construção da barragem sobre o Rio Paranoá, também estava designado para instalar a usina hidrelétrica que forneceria parte da energia elétrica em Brasília. Entretanto, diferentemente do que ocorria em outros canteiros, o ritmo desempenhado nesta obra em particular não seguia o cronograma desejado. A barragem teria de estar pronta antes da inauguração da cidade de modo que o lago fosse formado em tempo, até abril de 1960.

O relato do Sr. Eduardo Cavalcanti, um dos técnicos advindos do Rio de Janeiro para trabalhar no período da construção, indica a situação da obra da barragem em meados de 1958:

E essa Construtora Planalto tinha a seu encargo, além da Praça dos Três Poderes, toda a estrutura metálica e Senado, Câmara, aquela parte toda, a construção da barragem do Paranoá, que era a coisa mais importante dentro de Brasília, dentro da concepção do próprio construtor, do próprio Lucio Costa, do próprio Niemeyer. Porque se vocês que são da terra imaginarem uma cidade de Brasília sem o lago, aquilo ficava um negócio meio esquisito, compreendem? Então, o lago tinha que tá cheio em 60. E esses americanos não *tavam* trabalhando a contento, não *tavam* realmente, não *tavam* dando conta. Era um monte de engenheiro, um monte de gente, um equipamento enorme. A obra tava muito atrasada. Havia lá a Geotécnica, uma firma brasileira, fazendo perfurações e eles lá.<sup>59</sup>

A fala do Sr. Eduardo indica que os trabalhos da firma americana em torno da barragem não se enquadravam no ritmo ditado pelas demais obras da cidade. A comparação entre a firma nacional e a estrangeira revela um distanciamento de realidades e apreensões mentais daquilo que se entendia entre os dois grupos, bem distintos em sua fala. E esse vislumbre que não ocorria do lado americano da responsabilidade é bastante latente quando afirma que “Havia lá a Geotécnica, uma firma brasileira, fazendo perfurações, *e eles lá*”<sup>60</sup>. Embora a firma norte-americana também dispunha de candangos em seu quadro (afinal de contas, eram os executores do serviço braçal e manual da obra), a direção da firma (“eles”) aparentemente não se mostrava temerária com os prazos de entrega da barragem.

O modo como o Sr. Eduardo maneja suas memórias é um indicativo de sua relação com os mundos em que viveu e que vive, sendo, também, um produto desta interação. Penso que suas imagens e visões são formadas através de um processo que é cortado por diversos locais de fala e, ainda, de temporalidade diversificada. Trata-se de uma revisitação ao passado que permite uma reconstrução do mesmo através da memória, sempre entrelaçado com o presente e suas nuances.

A sua rememoração integra um sentimento compartilhado em torno do que JK afirmou ser “o espírito de Brasília”, onde o idealismo desenvolvimentista se abraçou à supervalorização do brasileiro médio, capaz de realizar os mais impensáveis feitos, marcado através de um exercício de revalorização da auto-estima nacional:

E fomos, tivemos um entendimento, graças a Deus, muito bom, muito sacrifício. Vocês que tão mais jovem aí, quem conhece Brasília hoje não pode imaginar o quanto era difícil e bom ao mesmo tempo porque existia um espírito de camaradagem, um espírito de amizade em todos os níveis”.<sup>61</sup>

<sup>59</sup> CAVALCANTI, Eduardo Brandão. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1992. p. 4.

<sup>60</sup> Grifo meu.

<sup>61</sup> CAVALCANTI, 1992, p. 2.

Dito isso, vejo que a sua narrativa é construída concomitantemente com os manejos da memória, que mais uma vez se reinventa e se renova através deste exercício. Esta dinâmica é catalisada através do narrar, um agente constante e transformador do recordar. Como muito bem assinalado por Walter Benjamin, a memória é fortemente marcada e determinada pelo momento em que a mesma é articulada, manejada. Um sentimento, uma visão sobre um passado, uma recordação externada só é capaz de produzir algum efeito quando em referência a uma perspectiva atuante no momento da fala. Entendo que a comparação da “Brasília de outrora” com a “Brasília de hoje” é marcada por esta correlação de olhares. Inclusive, acredito que a delimitação de posições da fala também age neste sentido, onde o Sr. Eduardo busca integrar o ouvinte à sua narrativa, mas destacando que ele (o ouvinte) não possui os mesmos traços e resquícios temporais seus, ou seja, de quem efetivamente recorda.

O orgulho latente na fala do Sr. Eduardo também permite explicar porque tantas vezes as lembranças se deixam ser compartilhadas e construídas junto a tantos grupos, mesmo com vivências e pontos de visão relativamente distintos. O recordar do construtor, entrecortado por impressões e expressões que buscam preencher possíveis lacunas em sua memória, traz também o seu veredicto sobre quem concebera e impulsionara a razão do seu labor diário quando afirma que “a construção da barragem do Paranoá, que era a coisa mais importante dentro de Brasília, dentro da concepção do próprio construtor, do próprio Lucio Costa, do próprio Niemeyer”. Para o trabalhador, era óbvio que Brasília sem o Lago Paranoá, não seria Brasília “Porque se vocês que são da terra imaginarem uma cidade de Brasília sem o lago, aquilo ficava um negócio meio esquisito, compreendem?”

A maneira com que aborda suas lembranças e recorda não é necessariamente ditada pela linearidade temporal. Trata-se de uma relação íntima de reconstrução e expressão narrativa pautadas pela fluidez. Vejo que cabe ao historiador lidar com tais características que se impõem diante de si, pois, assim como o narrador, também precisa articular-se enquanto ouvinte e espectador, de maneira a construir também a sua narrativa.

Benjamin lembra que o recordar está intimamente ligado ao desejo de transmissão, manifestado, sobretudo, através da composição narrativa e do que foi vivido pelo sujeito: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros.

E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes<sup>62</sup>”. E assim o é também a narrativa histórica, onde a memória e a experiência agem como norteadores da transmissão da memória dos grupos, compartilhada muitas vezes através das tradições, símbolos e imagens comuns.

Assim como nas palavras do Sr. Eduardo, encontro a vontade de contar e transmitir também fortemente presente nas narrativas do então presidente JK sobre a edificação de Brasília. Ao compartilhar suas lembranças e recordações sobre os anos de construção da cidade, o ex-presidente ancora sua fala em suas experiências, buscando a autoridade inquestionável baseada no lugar de fala “mais que privilegiado” devido à sua condição de líder máximo da nação no período e, ainda, pela alegada condição de testemunha ocular de fatos diversos. O fato é que, assim como indicado por Halbwachs<sup>63</sup>, o indivíduo, via de regra, utiliza-se dos meios disponíveis fornecidos pela vida em sociedade para articular sua memória e compartilhá-la com os demais de maneira inteligível, fazendo com que consiga também lidar com suas memórias diante de um presente onde as externaliza através da narrativa.

Visão esta compartilhada e enraizada no trabalhador da barragem ao Presidente da República. Brasília sem Lago? Não havia essa hipótese. E, mais uma vez, ao recordar uma de suas visitas de supervisão às obras da barragem no Rio Paranoá, JK a descreve como um drama que requisitou uma dose extra de superação daqueles envolvidos na empreitada:

Máquinas e equipamentos logo chegaram dos Estados Unidos, e teve início a grande batalha. Contudo, para se trabalhar no Planalto, era indispensável que se dispusesse de alguma coisa a mais do que a simples técnica moderna. A técnica ajudava muito; mas sem uma alta dose de espírito pioneiro nada ali se conseguiria realizar. (...) Em Paranoá, os engenheiros norte-americanos antes do início dos trabalhos preocupavam-se exclusivamente com seu conforto pessoal. Providenciaram a montagem de barracas, dotadas de todos os requisitos de uma residência urbana. Quando essa etapa fora vencida, passaram a cuidar da barragem. Faziam-no, porém, com a frieza e a indiferença de quem apenas cumpria um contrato: jornada regular de trabalho; duas horas para o almoço; suspensão das atividades às 5 horas da tarde. A noite era consumida em alegres rodadas de uísque. Nada de flama, do *élan*, da preocupação de bater recordes característicos do ‘*espírito de Brasília*’.<sup>64</sup>

A narrativa é aliada contumaz da memória, e quanto maior sua vontade e tentação em relação ao compartilhamento, maior e mais marcante o traço do narrador ao articular suas lembranças. Benjamin atesta que “A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de

<sup>62</sup> BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

<sup>63</sup> HALBWACHS, 1990, passim.

<sup>64</sup> KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000. (Brasil 500 Anos). p. 277.



artesão - no campo, no mar e na cidade -, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso”.<sup>65</sup> O molde do artesão narrativo é forjado constantemente, sobretudo no momento em que exterioriza e compartilha ao ouvinte as suas memórias. Um segundo momento de produção narrativo trará o molde ligeiramente alterado, embora mantendo a sua essência, pautada e demarcada *na e pela* experiência. Esta é apresentada, assim, como o elo recorrente para a rememoração, para a sua volta ao passado através das vias do presente; é o que verdadeiramente norteia o narrador no acesso e manuseio das suas memórias.

Entendo que o modo com que JK rememorou as suas vivências junto à construção da barragem sobre o Rio Paranoá nos permite enxergar a maneira como ele articulou aquela experiência em relação à cidade nascente. Brasília, símbolo dos novos tempos para a nação brasileira, precisava ser erguida *pelos* brasileiros, e *para* os brasileiros. A questão do atraso no cronograma das obras na barragem caíra como uma luva nas mãos do discurso do mito fundacional da nova cidade<sup>66</sup>. E o Lago era imprescindível para a nova cidade. Impensável a capital sem o Lago Paranoá.

Frente a este grande clima de incertezas e intempéries, as condições de trabalho na barragem são enaltecidas como um obstáculo transposto e digno de vitória, sobretudo quando colocados como algo com que os americanos não puderam ou não souberam lidar:

Porque como você na outra vez me perguntou das dificuldades de material, etc., eu disse: ‘Não tinha dificuldade nenhuma, tinha tudo aí.’ Só que não era como quem constrói no Rio de Janeiro, fica sentado numa escrivaninha no ar condicionado e telefone, pede à secretária ligar e só fala com a pessoa, ‘eu quero tantos sacos de cimento’, ‘eu quero isso’, discute o preço e fim de papo. Quer dizer, aqui o americano tinha, pra fazer a barragem, ele tinha que arranjar pedra. Aonde? Não tem telefone pra ligar, tem que ir no mato descobrir, aqui era assim. Quer dizer, não tinha dificuldade, mas você não podia ficar sentado na mesa, que não ia cair do céu, tinha que se virar pra buscar. E os americanos não sabiam dessas coisa. Eles vieram dos Estados Unidos, lá tudo é tudo do bom, então não ia sair barragem nenhuma.<sup>67</sup>

<sup>65</sup> BENJAMIN, 1987, p. 205.

<sup>66</sup> Cf. OLIVEIRA, 2005 e Brasília como “Mito da nação”, conforme discutido no primeiro capítulo.

<sup>67</sup> ESTEVES, Nauro Jorge. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. p. 22.

Percebo que a auto-afirmação e a rememoração do trabalho executado frente à figura do outro, encarnada no estrangeiro ligado ao poderio econômico (“eu quero isso”, discute o preço e fim de papo”), como um exercício de valorizar o sentimento de vitória e dever cumprido, onde foram subjugados, de uma só vez, a natureza e o outro estranho, “desespiritualizado” em relação a Brasília. Este orgulho em explicar, relembrar e trazer à tona tais informações pode ser explicado por aquilo que Benjamin afirma ser uma necessidade recorrente ao narrador: a vontade de compartilhar suas experiências. Deseja reter a atenção do ouvinte e fazer com que o mesmo se inteire de suas vivências. Compartilhar suas histórias é acreditar que as mesmas serão transmitidas e, assim, recontadas um dia.<sup>68</sup>

Posso compreender que o relato anterior, do Sr. Nauro Esteves, outro trabalhador que vivenciou as obras de construção da barragem sobre o Rio Paranoá, também indica que a natureza a ser domada era parte integrante da obra, sendo necessária uma dose extra de determinação e vontade para executar o objetivo, sendo que os agentes estrangeiros não seriam capazes de inteirar-se das sutilezas inerentes à empreitada.

Interessante notar o quanto o sentimento expresso na narrativa possui respingos (poucos, porém intensos) do mesmo discurso ufanista de JK e da epopéia da nação brasileira. Tal discurso enfatizava de maneira marcante a ideia do “adentramento” territorial através da subjugação da natureza e tentava construir e compartilhar (por que não dizer “convencer”) da necessidade de se povoar áreas tidas como desoladas e selvagens, como fora tantas vezes apresentado o Planalto Central goiano. Noção esta equivocada pois, conforme demonstrado em capítulo anterior, as áreas integrantes do que viria a ser designado como “Distrito Federal” em 1956 eram povoadas por vilarejos, pequenas, médias e grandes propriedades rurais, além da cidade goiana de Planaltina, dotada de ritmo de vida próprio das áreas interioranas do território central brasileiro.

No que diz respeito à barragem, embora haja um destaque do grande esforço e espírito reinante em seu campo de obras, tais narrativas sustentam e reforçam as condições ainda mais difíceis do local quando comparado a outros campos da cidade em construção. Diferentemente do grande canteiro de obras em que se transformou a área que viria a ser a Esplanada dos Ministérios, a localização da barragem estava em local relativamente isolado das demais frentes de trabalho que existiam na capital nascente. O acesso se dava, principalmente, através de

---

<sup>68</sup> BENJAMIN, 1987, p. 197-221.

estradas de chão batido por entre o cerrado em meio a algumas chácaras e fazendas esparsas por entre os chapadões que eram cortados pelo Rio Paranoá.

As firmas possuíam configuração relativamente comum nas empreitadas de grande porte no período da construção, montadas para dar o suporte necessário e direto ao dia-dia das obras. Cada construtora possuía certa autonomia na instalação, organização, funcionamento e abastecimento dos seus alojamentos e estruturas adjacentes. As instalações também eram segmentadas e direcionadas de acordo com as funções desempenhadas por cada indivíduo: diretores, engenheiros, técnicos, arquitetos, trabalhadores braçais e sem formação especializada, sendo este último grupo, de longe, o mais numeroso. A todo esse aparato que dava suporte à execução das obras, acostumou-se chamar de “acampamento”, que, à medida que o tempo ia passando, acabavam por incorporar a nomenclatura das firmas que os deram origem e que forneciam suas bases de suporte: de “acampamento *da* (construtora) Rabelo” passara a ser conhecido como “*Acampamento Rabelo*” ou ainda, devido ao seu crescimento, por causa de outras moradias e pequenos comércios que faziam um movimento adjacente de ocupação, tornaram-se verdadeiras vilas, tais como a Vila Planalto, e outras tantas que surgiram no período.

O acampamento erguido para a construção da barragem data de 1957, tendo sido iniciado pela NOVACAP e pela firma norte-americana (cujas instalações passaram à NOVACAP após o rompimento do contrato), tendo sido parte dele instalada em área hoje alagada (leito do Lago) e a outra parte mais acima, gerando, posteriormente, a Vila do Paranoá.

Ainda, as memórias dos construtores da barragem indicam que as obras atravessaram momentos de tensão e que a corrida para entregar Brasília no prazo estabelecido também era refletida sobre a formação do Lago Paranoá, pois JK não considerava entregar a nova capital sem a sua “moldura líquida”<sup>69</sup>. Operários relembram avisos sobre rompimento de paredes e alagamentos, sugerindo uma rotina sob constante vigilância dos prazos e perigos relativos à moradia em área de risco<sup>70</sup>. Entretanto, mesmo em meio ao isolamento maior quando comparado à maioria das obras em andamento, o acampamento da barragem apresentava uma organização aparentemente mais “tranquila” em relação aos outros:

Em toda, como toda sociedade existe uma casta, um lugar que... mais privilegiada, a menos privilegiada é mais pobre. É uma coisa normal, isso aí é no mundo inteiro. Mas e havia, não havia essas divisões assim, nós mesmo, na minha residência tava a 500 metros,

---

<sup>69</sup> KUBITSCHKEK, 2000, p. 279.

<sup>70</sup> MENEZES JÚNIOR, Antonio; SINOTI, Marta L.; SARAIVA, Regina C. F. Histórico, 2001. p. 27-43.

talvez, de alojamento do pessoal e era tudo normal. Nós tínhamos uma segurança boa, que era preciso ter, não pessoal, mas geral. Porque nós tínhamos, acho, na barragem eu não sei estimar o número, mas eu acho que chegou até 3 mil ou 4 mil ou 5 mil homens. Então *cê* tinha que ter alguma coisa pra se manter uma ordem, na coisa, que pessoal de todas as origens, então... Mas não houve atrito nenhum, a não ser as coisas normais, que sempre existe numa comunidade. Mas o pessoal não tinha muito tempo, a verdade é essa, a gente trabalhava demais. Então, ou o cara tava trabalhando ou tava dormindo, então ficava meio complicado até criar caso. Existia uma fiscalização rigorosa a respeito de bebida alcoólica, essas coisas toda, pra não haver nenhuma confusão maior, mais grave. Então eu acho que era um padrão normal ali na barragem.<sup>71</sup>

A narrativa sobre o dia-dia nas obras e alojamentos existentes em razão da barragem sobre o Rio Paranoá indica um pequeno mundo à parte, no quesito geográfico, mas em sintonia com o ritmo reinante na futura capital. O “padrão normal” atingido e mantido na localidade seria o um dos fatores contributivos para o sucesso da empreitada em tempo. Indubitavelmente, esse “isolamento” auxiliou na manutenção de um certo *status quo* da tranquilidade relativamente reinante naquele canteiro de obras, pois a sustentação de uma vila com cerca de três mil homens requereria esse padrão mínimo de coexistência.

Assim, o acampamento se deu em duas etapas, pois o lugar onde fora instalado inicialmente foi inundado à medida que o lago enchia, sendo necessário reinstalá-lo numa área mais alta, dando origem, posteriormente, à Vila do Paranoá.

Menezes Júnior e Marta Sinoti<sup>72</sup>, destacando informações do *Diário de Brasília*<sup>73</sup>, afirmam que foram necessários pouco mais de dois anos de obras até o fechamento das comportas e início da instalação da usina. Esta, que não está localizada sobre a barragem, mas a algumas centenas de metros de distância e possui suas turbinas alimentadas através de um duto, foi projetada com uma capacidade de geração de energia de 27.000 kw, e seria uma das responsáveis pelo abastecimento energético da nova capital.

Os autores acima<sup>74</sup> também indicam que a presença das famílias goianas próximas à área de construção da barragem permitiu uma interação importante para a fixação dos trabalhadores nos acampamentos e alojamentos de então. Contribuiu, sobretudo, para o fornecimento de víveres e um mínimo de atividade comercial do que era produzido e disponibilizado nas chácaras. Além disso, a oportunidade de interação entre os candangos e sertanejos “originais” da terra, mesmo

<sup>71</sup> CAVALCANTI, 1992, p. 46.

<sup>72</sup> MENEZES JÚNIOR, Antonio; SINOTI, Marta L.; SARAIVA, Regina C. F., 2001. p. 35.

<sup>73</sup> Periódico mensal editado pela NOVACAP que veiculava informações acerca do andamento das obras de Brasília, editado de 1957 a 1960.

<sup>74</sup> MENEZES JÚNIOR, Antonio; SINOTI, Marta L.; SARAIVA, Regina C. F., 2001, op. cit.

com o comportamento inicialmente arredo destes<sup>75</sup>, certamente permitira uma troca de informações e construção de experiências conjuntas em relação ao lugar, ao solo, ao uso do território.

Uma vez resolvido o problema da “falta de ritmo e espírito” dos diretores de construção estrangeiros, imprimiu-se na barragem uma corrida contra o tempo, pois após a conclusão da barragem, ainda seria necessário alguns meses para que o represamento da água formasse, por fim, o Lago Paranoá. A barragem teve, então, suas comportas fechadas em meados de 1959, estando ainda por finalizar as obras relativas à instalação da usina geradora de energia para a mesma.

O fato é que, à medida que o Lago vai se formando, ganhando contornos, a teia de relações tendo o mesmo como cenário ou ponto de partida começa a ser emanada. Diferentes relações e apropriações do espaço do Lago Paranoá começam a ser desenhadas à medida que suas águas vão subindo e o nível do seu espelho d’água cresce em relação ao solo do Distrito Federal. Os traços paisagísticos imaginados por Glaziou, recepcionados por JK, confirmados pela NOVACAP e assimilados por Lúcio Costa começaram, enfim, a dar o seu cartão de visita. Como este personagem passaria a dialogar e se mostrar perante os moradores da cidade nascente? Como os moradores de Brasília passariam a perceber o Lago Paranoá em suas vivências, em sua teia de relações com a cidade e com os demais indivíduos que compunham a mesma? Mais ainda: como o Lago Paranoá fora trabalhado pelas populações do DF em suas experiências cidadinas que permitiriam constituir suas identidades e o sentimento de pertença à terra?

Penso que as narrativas construídas pelos moradores de Brasília, através do recordar das suas relações com o Lago, com os diversos grupos da cidade e espaços que a mesma proporciona, são um caminho significativo frente a um passado revivido e repensado sob o olhar do presente, demandado através da ótica articulada da memória. Assim, a construção da identidade do indivíduo perpassa a apropriação de diversos elementos que o permitem definir aquilo que o faz ser *como é*, e *porque é*, num exercício também de negação e refração de tantos outros itens em seu campo de visão e representações de mundo.

---

<sup>75</sup> MENEZES JÚNIOR, Antonio; SINOTI, Marta L.; SARAIVA, Regina C. F., 2001. p. 34.

## 2.2 Lago “desmatado”?

Durante o manuseio das fontes reunidas no acervo de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), surgiu-me algo intrigante e bastante mencionado acerca da formação do Lago Paranoá: teria sido a área que formaria o futuro leito do lago desmatado para dar lugar às águas?

Remetendo ainda aos tempos e ações que envolveram a formação do Lago, considero esta discussão uma das primeiras questões a fomentar e dar início a temas que envolvem o imaginário da população de Brasília em relação ao Lago Paranoá. Deparei-me com várias narrativas de diversos indivíduos e posições de fala sobre presenciar frentes de trabalho que “limpavam” o futuro leito do lago para dar espaço às águas, permitindo que estas encontrassem trânsito livre e limpo até a barragem e pudessem, por fim, “espelhar” o céu de Brasília em sua superfície. Também pude encontrar relatos indicando a impossibilidade do mesmo ter acontecido, com assertivas agudamente contrárias à possível ideia de se desmatar a futura área do lago.

Por que ligar tal discussão à noção de imaginário? Quando penso na figura do Lago e no binômio “presença/ausência” no dia-dia dos moradores ao longo da história de Brasília, enxergo uma série de elementos que remetem ao agir e sentir, a formas de pensar, a comportamentos, a discursos, à memória, ou seja: às práticas que envolvem, de alguma forma, este objeto. O lembrar e as marcas que as histórias em torno do mesmo deixam na memória coletiva da cidade são fundamentais para compreender como o mesmo se constituiu e se fez presente nas vivências e experiências dos cidadãos. No exercício de construção da narrativa, o sujeito parte das experiências internalizadas e trabalhadas em seu interior (não necessariamente suas), sendo algo nuclear e inerente à rememoração. Em consonância com Benjamin, estas experiências trilham o caminho da memória articulada que se faz ser ouvida e, ao mesmo tempo, reconstituída na figura do ouvinte. Fornece, assim, os substratos para que, através do imaginário, seja possível o adentramento no jogo dos símbolos; o imaginário se despe de suas vestimentas ornamentais e superficiais, tornando-se empírico e material, influenciando significativamente e sendo determinante na organização histórica e sócio-cultural de um povo.

Para tanto, vejo que as narrativas, as experiências e memórias dos que compõem as cidades são fundamentais para adentrar este processo, pois, assim como Benjamin, entendo que

os seus moradores “criam” e articulam seu passado sempre com o futuro em perspectiva, a partir de questões estabelecidas em seu presente. Conforme assinalado ainda por Sandra Pesavento:

Nesse processo imaginário de construção de espaço-tempo, na invenção de um passado e de um futuro, a cidade está sempre a explicar o seu presente. Com isso, acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara e um espírito, um corpo e alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade.<sup>76</sup>

Ainda nesta seara, ao abordar o imaginário medieval, Jacques Le Goff também remete à representação como um elo entre os indivíduos, e os grupos com os quais interagem, e a abordagem e interpretação do mundo que os rodeia; a representação estaria ligada à abstração originada de uma realidade exterior<sup>77</sup>. O imaginário, então, ao fazer uso da representação em sua constituição, traz a expressão de ideias, pensamentos, imagens, discursos, lugares de fala, que intentam apreender e trabalhar a realidade.

Acredito ainda que o imaginário traz consigo muito daquilo que pode ser visto e percebido através do dito e do não-dito, navegando em águas que ganham outro sentido a depender do contexto em a narrativa se constrói. Pude perceber tais nuances nas entrevistas realizadas e depoimentos obtidos. Às vezes as expressões e intensidade e animosidade das falas conseguem expressar e dar sentido à realidade de forma não palpável no registro escrito. Pois, como afirmara Pesavento, “enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um ‘outro’ ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente”.<sup>78</sup> E isto se torna muito mais exercitado na narrativa falada do que na narrativa escrita.

Partindo de uma posição que trabalha a abstração do mundo que o rodeia (e toda sua gama de relações sociais, religiosas, de trabalho, etc.), o indivíduo tende a apreender e trabalhar a sua visão de mundo e significá-la, indo além daquilo que é visível ou aparente. Assim, o imaginário se apresenta como uma dualidade do real apreendido, trabalhado e representado, que acaba por dialogar com o mundo concreto e visível, suporte das ações e interações sociais.

Vejo ainda que questões do imaginário em torno de determinado objeto de pesquisa, tal como aqui o é o Lago Paranoá, somente possui relevância quando verificada sob a ótica de uma manifestação minimamente coletiva, onde a simbologia, imagens e discursos, possam expressar o

<sup>76</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

<sup>77</sup> LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.

<sup>78</sup> PESAVENTO, op. cit., p 15.

sentimento apreendido sobre a realidade de algum grupo que tenham ações e experiências também minimamente comuns entre si. Mais precisamente, trazer os olhares e narrativas sobre a formação do Lago a partir do momento em que a barragem sobre o Rio Paranoá se constituía, e ver em que medida esta personagem dialogou com os cidadãos ao longo da trajetória de Brasília, é ver em que medida o mundo concreto foi trabalhado e interpretado, a partir de um tempo de fala que têm como referência comum os pensamentos e ideias, assertivas e questionamentos disseminados sobre a presença e interações que o Lago Paranoá pôde proporcionar.

Daí a explicação para discursos e imagens serem trabalhadas também de maneiras diversas, ensejando discussões sobre o “acontecido” e o “não-acontecido”, transformando questões do imaginário também em espaços de disputa e legitimidade diante da “verdade”, sendo exatamente o que ocorreria com o embate sobre o desmatamento (ou não) do cerrado para permitir a constituição e formação do Lago Paranoá.

Assim como bem lembrado por Roger Chartier<sup>79</sup>, o mundo real e o mundo do imaginário não possuem entre si uma barreira ou uma oposição acentuada colocando-os em lados opostos diante e entre os agentes sociais. Mais que isso: os discursos produzidos pelas imagens e representações do imaginário podem, na verdade, estimular e direcionar ações do mundo concreto e operar transformações no mesmo, direcionando o seu fluir e reconfigurando-o constantemente, através de um movimento de retroalimentação entre os indivíduos e com os grupos em que se inserem e com os quais interagem. Tratar-se-ia, na verdade, de mais um dos elementos que permite construir uma visão de mundo, exteriorizada através das narrativas construídas sob as experiências de vida de cada um e da coletividade. Assim, ao citar Castoriadis, Pesavento traz à luz do debate a concepção de que a história é impraticável para além da imaginação produtiva ou criadora (tido por ele como “imaginário radical”), sendo necessário agregar a noção de símbolo à de representação, pois o sujeito e seus atos e reflexos sociais constroem o seu conjunto de signos e símbolos a partir do que já existe<sup>80</sup>.

Registro também que não se trata de estabelecer uma discussão sobre o que foi real, verdadeiro, e o que seria “não-real” ou o “não-acontecido”. Reafirmando mais uma vez que as narrativas são abastecidas e embevecidas justamente com as visões de mundo que dialogam com experiências que são demandadas a partir do agora, do presente, sobre tempos de outrora,

---

<sup>79</sup> CHARTIER, 1991.

<sup>80</sup> PESAVENTO, 1995, p. 9-27.



relacionadas com expectativas em relação ao futuro, entendo que o imaginário perpassa fortemente tais demandas e vivências através daquilo que se compartilha, se conta e se dissemina ante o social.

Ao abordar as recordações em torno da atuação de Israel Pinheiro<sup>81</sup>, seu pai, Israel Pinheiro Filho traz informações acerca de uma época em que lhe fora narrada por outros, e que mesmo não tendo presenciado, compartilha a memória de um grupo em que julga fazer parte e possuir autoridade para dissertar sobre:

Ele (Israel Pinheiro) usou aqui pra terminar isso e sem roubar, sem deixar roubar, então pôde, mas roubaram, como ele falou, mas ele limitou muito. Houve uns empreiteiros aí de trator que compraram um fiscal da Novacap, eu lembro desse detalhe, compraram o fiscal, ele arranhou, pra desmatar o lago, o lago foi todo desmatado, desmatado pra encher. Então ele mandou vir todo mundo que tivesse trator ele mandava vir pra cá, convocou o pessoal todo de Minas, Goiás, e chegou dezenas e dezenas de pessoas com um tratorzinho lá.

Entendo que a narrativa de Israel Pinheiro Filho se insere na trama complexa que formam a memória individual e a memória coletiva. Verificar em que medida uma influencia a atuação da outra é relevante para constar como ambas se constituem. Partindo do pressuposto das vivências individuais, Michael Pollak indica que o seio da coletividade pode explicar a “apropriação” das experiências de outrem simplesmente através do compartilhamento e do “ouvir falar”, colocando uma ordem explicativa para tal processo: “Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”<sup>82</sup>. O círculo familiar permitiu ao filho narrar as experiências de seu pai como se fossem suas, mesmo que não estivesse presente à época dos fatos abordados. É esta convivência e proximidade com a vivência de outro sujeito que permite ao Sr. Israel Pinheiro Filho desenvolver uma forte identificação com o passado narrado, permitindo uma articulação de suas memórias em direção e em relação ao mesmo.

Somente esta autoridade “invocada” inconscientemente explica a maneira como narra e aborda com certeza desconcertante sobre o desmatamento do lago. Curioso verificar como a

---

<sup>81</sup> Israel Pinheiro tinha carreira política pelo estado de Minas Gerais, sendo antigo conhecido de Benedito Valadares e JK. Por este foi convidado para gerenciar as obras da nova capital e sendo, posteriormente à inauguração, seu primeiro administrador. Ainda foi governador de Minas Gerais e presidente da Vale do Rio Doce. Faleceu em 1973.

<sup>82</sup> POLLAK, 1992, p. 201.

apropriação do vocábulo “todo” (como figura de linguagem) para explicar a intensidade do movimento em torno do desmatamento que julga ter ocorrido, mesmo tendo a superfície do lago “apenas” 38km<sup>2</sup>. Sua assertiva repousa justamente naquele raciocínio em que não importa, necessariamente, o que foi real, verdadeiro, assim como também não importa o “não-real”. Na sua percepção e na memória compartilhada através da coletividade familiar e ancorada nos trabalhos iniciais de Brasília, o desmatamento da área do lago se torna mais um dos trabalhos hercúleos de seu pai e que merece registro, digno de nota, sobre a história e imaginário de Brasília e do Lago.

Outras assertivas sobre o desmatamento da área para dar lugar ao lago partem de outro ponto de observação e distinto lugar de fala:

Porque aquilo ali eu só vi um buraco no chão, que eles estavam começando o alicerce, tinha alicerce só ali, eu falei: ‘Mas isso não vai ficar...’ Porque não tinha o lago ainda, era diferente, eles estavam desmatando pra fazer o (incomp.), pra encher, não tinha o lago. Então a visão era uma coisa assim bem diferente, eu não achava que aquilo não ia ficar bonito não. Falei: ‘Não vai ficar bonito desse jeito.’ Eu não acreditava não. Depois é que foi crescendo, subindo, subindo e que nós vimos, o lago foi enchendo, é que foi dando aquele aspecto, porque não tinha o lago de Brasília, era tudo cerrado, cerrado, uns riosinhos que passavam.<sup>83</sup>

A narrativa da senhora Maria Caldas, concebida e estruturada ao redor de suas memórias do período da construção de Brasília, em perspectiva com o presente de sua fala, traz consigo a visão de uma área que seria transformada posteriormente nas margens do Lago Paranoá. Mais uma vez, o compartilhamento da memória e o entrelaçamento perante o coletivo (que a mesma possibilita) me permitem compreender que, não sendo testemunha ocular do “desmatamento”, ela atribui a formação do lago a esse “fato”, pois somente seria possível “enchê-lo” com a retirada do cerrado para dar espaço às águas.

Outra narrativa bastante elucidativa sobre o processo de desmatamento do lago é a do Sr. Sérgio Porto. Estagiário de arquitetura na NOVACAP durante o período inicial da nova capital, o Sr. Porto relata com certa riqueza de detalhes alguns momentos de formação do Lago Paranoá. Num diálogo rápido sobre o tema, incisivamente são apresentadas razões para o não-desmatamento da área:

---

<sup>83</sup> CALDAS, Maria Victoria Moreira. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989, página 19.

Entrevistador: nós entrevistamos pessoas que disseram, que nos garantiram que não houve a derrubada do cerrado, da vegetação do cerrado, no local do lago. E outros já garantiram que os tratores passaram e derrubaram tudo.

Sérgio Porto: Não, não. Só houve...

Entrevistador: Quer dizer que a água realmente cobriu a vegetação?

Sérgio Porto: Cobriu. A vegetação era aquela vegetaçãozinha, coisa que não tinha maior... (...) Olha, pode ter até ocorrido em algum local, alguma coisa, mas, que eu me recorde como princípio que isso foi feito positivamente, não...

Entrevistador: É, possivelmente na área toda do lago, com certeza não.

Sérgio Porto: Não. Era inviável. Porque era uma... isso não se faz nem com essas...

Entrevistador : É, com a represa...

Sérgio Porto:... barragens mais importantes, e a barragem de Brasília é uma coisa mínima.<sup>84</sup>

Após a explanação do Sr. Sérgio Porto, pode parecer óbvio aos leitores da atualidade que não havia logística suficiente (maquinário e mão-de-obra), muito menos tempo, para se “limpar” toda a área de cerrado, leitos de córregos e encostas que dariam lugar ao Lago Paranoá. Brasília, construída numa verdadeira corrida contra o tempo e contra a torcida dos opositoristas, não poderia se dar ao luxo de se preocupar com vegetação de uma área de cerca de 40 km<sup>2</sup>, área quase idêntica ao plano urbanístico concebido por Lúcio Costa. O próprio Israel Pinheiro, administrador máximo das obras de edificação da capital, certamente era seguro disso e não cogitaria algo dessa magnitude. De que forma criou-se, então, esse imaginário que até mesmo o filho do gestor-mor de edificação de Brasília endossaria e reforçaria tal ideário?

Muitas vezes, um fato mínimo e aparentemente sem importância pode ser apropriado e trabalhado (de maneira intencional ou não-intencional) pela coletividade até ser internalizado nos diversos grupos que compõem a cidade. Trata-se da fronteira tênue indicada por Chartier entre o mundo real e o mundo do imaginário. Um acontecimento singular e individual pode ensejar um modo que será refletido nas representações e imagens que abastecem os discursos e abrem caminhos para o imaginário constantemente realimentado na coletividade. Trabalhar e representar a realidade, interpretando-a, como afirma Pesavento e, sobretudo, através do exercício de abstração do real concreto, para conceber o real “imaginado” e propagado.

Pude verificar em diversos relatos<sup>85</sup> que houve, de fato, alguns momentos em que ocorreu a derrubada de árvores em pontos estratégicos, junto a algumas obras-chave que estavam localizadas em áreas próximas ao futuro Lago Paranoá. Uma delas, o Palácio da Alvorada,

<sup>84</sup> PORTO, Sérgio. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. p. 17.

<sup>85</sup> Cf. FILHO, Waldemar Gadelha. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989, páginas 8 e 15; e URURAHY, Ney Dutra. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1994, página 6.

precisou ter o campo de visão aberto para o futuro lago de modo a não prejudicar a perspectiva e paisagem de seus ocupantes, assim como era necessário instalar todo o gramado ao redor do mesmo para completar seu paisagismo. A área próxima à represa sobre o Rio Paranoá, ao que tudo indica, também precisou passar por um processo de retirada de restos de construção e matéria orgânica proveniente do cerrado e da mata ciliar junto ao curso d'água, de maneira a não prejudicar as obras, maquinários e estruturas ali utilizados e instalados.

O rememorar, constante e incessante em seu diálogo com as vivências do indivíduo, também traz consigo as sutilezas da articulação das lembranças, do acontecido; um “escavar” que tenta, através da narrativa, conferir um mínimo de plausibilidade ao ouvinte. Mesmo que a interrupção (ou interpelação) se faça presente, a memória é trabalhada e dialoga rapidamente com o presente, na esperança de se fazer compreendida no ato narrativo. Benjamin já indicara que as narrativas históricas acabam por determinar e influenciar também as relações do indivíduo e sua postura diante de suas memórias. E mais: o sujeito, através das mais diversas articulações, procura correlacionar a sua memória, individualmente constituída, com a memória de um grupo maior, seja o do trabalho ou, ainda, da cidade onde mora:

Luís Armínio da Silva - Brasília, a história de Brasília que eu sei, porque que Brasília foi construída, porque Brasília já ficou pra ser capital da República, desde os tempos de dom Bosco. Porque, naquela época, era mais difícil de se tomar uma capital no interior de que nos portos marítimos. Não existia muita bomba, viação em terra, essas coisas. Então, o sonho de dom Bosco era construir a capital aqui no centro, e daqui a de... também tinha... que se chamou do progresso, a descentralização do país, porque ‘tava tudo no Rio de Janeiro. (...)

Entrevistador - O senhor ouviu falar do sonho antes de vir pra Brasília ou o senhor ficou sabendo do sonho de dom Bosco aqui?

Luís Armínio da Silva - Não, o sonho de dom Bosco a gente sabia, porque a gente estudava, na escola já tinha... Goiânia, mudaram a capital pra Goiânia. Quando estudava no Piauí, que era pequeno, eu me lembro.

Entrevistador - O senhor já sabia da história?

Luís Armínio da Silva - A gente já sabia da história. Não era como quando nós viemos pra cá, que a gente conheceu a capelinha, conheceu tudo, o Cruzeiro, que não tinha estrada, mas a gente entrava pelo mato, e vinha até chegar no Cruzeiro. Ia lá na capelinha de dom Bosco. Depois, aí sim, clareou a história, que era o sonho de dom Bosco. O lago Paranoá, nessa época, tinha uma companhia chamada Paulo Wettstein, desmatava o lago. Paulo Wettstein. Era a companhia que desmatou o lago. Era muito mato que tinha aí.<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> SILVA, Luís Armínio. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1988, páginas 14 e 15.

O misto de informações lastreadas através das lembranças do Sr. Luís A. da Silva é conjecturado de tal maneira que permitiu ao santo italiano Dom Bosco, através do seu sonho<sup>87</sup>, tomar o lugar dos outros idealizadores da capital no interior do País, assumindo o posto como defensor primário da ideia (“desde os tempos de Dom Bosco”). Conforme lembrete de Beatriz Sarlo<sup>88</sup>, ressalto que a memória também possui um aspecto fortemente discursivo a ser considerado, sobretudo quanto à investigação historiográfica; e este aspecto pode indicar o contexto em que se fomentaram as lembranças e o porquê das mesmas serem como são (algo a ser verificado pelo historiador). Ao tentar explicar o mundo de outrora, com os pés no mundo do presente narrativo, o indivíduo também traz consigo sentimentos, lembranças e um carregamento emocional que podem acabar mesmo por “desbotar” os seus relatos. Digo isso porque a auto-explicação não é, de fato, uma ferramenta a que se pode recorrer, sendo necessário contextualizar e verificar quais os seus aspectos capazes de dialogar com outros produtos narrativos.

Vejo que a narrativa do Sr. Luís A. da Silva em relação ao lago e à cidade de Brasília é consonante com as várias representações do período. O Lago, e a imagem constituída sobre o desmatamento do cerrado para dar lugar às águas, surge representado através do novo, em contraposição ao antigo, pois “Era muito mato que tinha aí”. Noção essa construída através do embate entre o mundo “concreto” e o mundo percebido e apreendido através das visões e do “ouvir falar”, capaz de representar a formação do Lago Paranoá dessa maneira. Entendo que as memórias sobre a construção de Brasília são embevecidas com o trabalhar constante das máquinas e a operacionalização e edificação do novo em substituição ao antigo e atrasado. Narrativas que evocam a transformação acontecida nos espaços da nova capital são recorrentes e

---

<sup>87</sup> O sonho do padre italiano Dom Bosco (que vivera no século XIX) possui as seguintes palavras: “*Entre os graus 15 e 20, aí havia uma enseada bastante extensa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Nesse momento disse uma voz repetidamente: - Quando se vierem a escavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.*” A apropriação do registro de Dom Bosco fora feita pelo grupo goiano interessado na mudança da capital federal para o interior de seu estado. Conforme pode ser percebido, o trecho não cita, nem de maneira indireta, a existência de uma cidade, civilização, ou qualquer outro tipo de concentração populacional. Entretanto, a elite política goiana agregara as informações do santo à propaganda em prol do estabelecimento da capital em solo goiano, justificando a mesma como uma profecia junto à população quase que inteiramente católica do Brasil de então. Ao citar os “graus 15 e 20”, os goianos indicaram como sendo uma área próxima à área delimitada pela Missão Cruls, em fins do século XIX. Ainda: o mais interessante aqui é a referência à existência de um lago junto aos montes, como itens definidores dentro do sonho “profético”. O fato é que JK também incorporara o discurso místico em torno do santo italiano para justificar não somente o lugar escolhido como para inflamar o seu discurso fundacional de uma nova civilização e nação brasileiras, tendo em Brasília o seu ponto inicial. Assim, quando da decisão de se transferir a capital para o interior e definida a área, a sugestão de se criar um lago feita por Glaziou (Missão Cruls) casou perfeitamente com o lago sonhado por Dom Bosco, e que era, de fato, o único elemento (do sonho) capaz de ser moldado física e visivelmente para Brasília e se tornar palpável em tão pouco tempo.

<sup>88</sup> SARLO, 2007, passim.

bastante frequentes entre os que vivenciaram o período inicial da cidade. Assim, compreendo que as visões sobre a confecção do Lago Paranoá através da substituição forçada do cerrado desmatado se inserem, mesmo que inconscientemente, nesse contexto de transformação e surgimento do novo que Brasília simbolizou. O Lago, dessa forma, não poderia ficar de fora do pensamento “mítico” em torno da fundação da nova capital; daí as narrativas sobre o “desmatamento do Lago” tomarem tamanha projeção no imaginário do mesmo e nas memórias sobre a época. Muitos dos moradores da cidade no período em questão (qual seja: construção e anos iniciais de Brasília) estabeleceram o seu diálogo com o Lago Paranoá através de narrativas como estas, apreendendo e revelando o mesmo através de uma visão de mundo pautada pelo meio que fornecia os indícios e dialogava com as suas lembranças. Penso que suas experiências são fortes delimitadores dos elementos identitários em relação à cidade nascente, traduzindo-se, ainda, como força-motriz que alimenta as relações com as apropriações dos espaços definidores diante dos moradores os quais a cidade oferece.

### **2.3 As vilas em duas vias: Amaury e Paranoá**

O fechamento das comportas e o início da inundação das áreas que iriam formar o leito do Lago Paranoá trouxeram consigo outros desdobramentos além do aguardado espelho d’água para a capital federal em gestação, impactando diretamente na existência e trajetória de dois agrupamentos de moradias de então: a Vila do Paranoá, remanescente da construção da barragem, e a Vila Amaury.

As experiências e vivências dessas duas concentrações populacionais às margens do Lago Paranoá se mostram relevantes por alguns motivos. De fato, foram as que primeiro sentiram os reflexos da conclusão da barragem e do represamento das águas, embora cada uma à sua maneira e com trajetórias singulares de seus moradores. Além da alteração e reflexos na vida dos que compunham as duas vilas, o simples fato de sua instalação e experiências junto ao Lago já indicam um espaço de desalinhamento com o plano inicial (e diretor) das autoridades e poderes máximos que pensaram Brasília.

A cidade pensada por Lúcio Costa e posta em prática pela NOVACAP<sup>89</sup> não concebia para as áreas junto ao futuro Lago grandes concentrações populacionais, sendo reservada ao mesmo a função de proporcionar lazer, diversão e a bela paisagem lacustre sempre visível no horizonte. Conforme explicitado no primeiro capítulo, a escala bucólica pensada no projeto vencedor da nova capital reservaria às áreas próximas ao Lago a instalação de grandes propriedades e casas espaçadas, de maneira que as suas margens e arredores não fossem afetados por grande e desordenada densidade urbana, fortemente combatida nos preceitos urbanísticos dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM's) do início do século XX.

A fixação de vilas formadas a partir de candangos e demais trabalhadores da construção civil junto ao futuro lago indicava mais que a discordância com o Plano urbanístico da cidade; demonstrava que a apropriação dos territórios é algo extremamente dinâmico, onde os usos que se fazem do mesmo geram relações e sentimentos diretos com a terra e com o que dela pode ser apreendido e formado. Os espaços de atuação das populações da Vila do Paranoá e da Vila Amaury atestam, cada um à sua maneira, que a identidade dos moradores de uma cidade também é atravessada por vivências e elementos conflituosos originários do exercício e disputa pelo poder. Tais disputas são externalizadas, sobretudo, pela luta à residência e fixação à terra. A experiência junto a uma frente de batalha fornece combustível para compor os elementos de definição de uma identidade, tanto para os que a atravessam e dela fazem parte diretamente, quanto para aqueles que apenas a observaram e dela não tomaram parte de maneira direta.

Assim, considero relevante trazer para este trabalho narrativas que são construídas a partir de dois pontos de fala e observação distintos, sobretudo quanto aos desfechos de suas trajetórias enquanto agentes desafiadores da concepção inicial sobre os espaços em torno do Lago Paranoá: a Vila Amaury e a Vila do Paranoá.

O início e o avanço das obras para mudança da nova capital fez com que as levas de migrantes em busca de trabalho fossem cada vez mais numerosas e crescentes. Conforme mencionado anteriormente, à medida que os candangos iam sendo contratados pelas diversas firmas que desenvolviam seus projetos na cidade, iam também sendo alojados em acampamentos montados, em sua maioria, pelas próprias companhias de construção. Imperava, assim, o caráter provisório no que diz respeito a esses assentamentos: provisório em relação ao material empregado nas edificações (algumas casas e, grande parte, alojamentos coletivos era feitos de

---

<sup>89</sup> A NOVACAP dirigia os trabalhos de erguimento da capital com pequenas alterações no Plano Piloto de Lúcio Costa, proposta vencedora do concurso.

madeira simples), e em relação à concessão/permissão para residir naquelas áreas (uma vez que a maioria dos acampamentos estavam localizados próximos aos campos das obras de maior vulto, como os prédios da Esplanada dos Ministérios).

Neste panorama, estava localizada próxima à atual Vila Planalto e no vale próximo à área do que viria a ser o Iate Clube de Brasília, a Vila Amaury, constituindo mais um adensamento populacional surgido por causa dos trabalhadores que atuavam nas diversas obras no Plano Piloto.

A origem do nome não parece ser algo pacífico entre os que discorrem sobre a vila. Uma das versões registradas aponta a um possível líder e/ou fundador da ocupação, Amaury de Almeida, que teria ocupado um cargo técnico na NOVACAP e que, devido à sua atuação junto aos grupos políticos, teria conseguido outro local para assentamento definitivo para os moradores<sup>90</sup>; existem também registros de que o primeiro nome para esta concentração de trabalhadores tenha sido “Vila Bananal”,<sup>91</sup> devido à proximidade com um dos córregos responsáveis por formar o Lago Paranoá, juntamente com o rio que deu o seu nome.

Independentemente da maneira que originou o seu nome, a Vila Amaury possui uma trajetória singular no que diz respeito à história do Lago Paranoá e de Brasília. Primeiramente, a sua gênese não estaria ligada diretamente à uma instalação e criação próprias de uma empresa de construção, como tantas outras na época. Teria preservado um caráter muito mais autônomo no que diz respeito à gestão, pois se desenvolvia e crescia de maneira adjacente à já (mais) consolidada Vila Planalto. Entretanto, essa espécie de autogestão em sua curta existência (meados de 1957 a início de 1960) teria feito com que a mesma chegasse a um contingente populacional expressivo para os parâmetros de então, onde é frequentemente afirmado que cerca de quinze mil pessoas residiram ali em seu apogeu. E outro ponto determinante quanto à sua existência diz respeito ao fim de sua trajetória: tragada pelas águas que formavam o Lago Paranoá.<sup>92</sup>

---

<sup>90</sup> BARATA, Beto. Brasília submersa. Brasília: 2010, p. 97. O autor indica que Amaury de Almeida teria conseguido junto a João Goulart, então vice-presidente da República, uma área na cidade-satélite nascente de Sobradinho, para onde teriam sido enviados os moradores daquela ocupação.

<sup>91</sup> Ibidem.

<sup>92</sup> Na história do Brasil recente, com o aprofundamento e uso crescente da energia de origem hidrelétrica, várias inundações ocorreram em cidades e vilas para a formação de lagos que servissem às usinas. As barragens de Luiz Gonzaga, alagando Petrolândia em Pernambuco, e Sobradinho, na Bahia, são exemplos desse fenômeno. Este último possui a extensão de 4.214 Km<sup>2</sup> e atingiu a sede dos municípios de Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso, interior semi-árido do estado, deslocando um contingente populacional de aproximadamente 70 mil pessoas na década de 1970. Entretanto, a Vila Amaury surgira já com o Lago Paranoá em perspectiva, diferentemente das



O certo é que, embora não existam registros precisos quanto ao quantitativo populacional máximo atingido pela Vila Amaury, não se pode omitir o fato de que alguns milhares de pessoas, convivendo e transitando por um espaço e momento cruciais para a formação do Lago e da cidade, são capazes de construir narrativas que permitem relacionar as suas experiências (individuais e coletivas) sempre com o Lago em perspectiva. Uma das narrativas mais emblemáticas sobre a Vila Amaury às quais tive contato na coleção do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) foi a do Sr. Elmo de Oliveira Marques. Através de um exercício de busca de informações em sua mente e de revisitação de memórias, o Sr. Elmo adentra o dia-dia da Vila e torna presente em sua fala diversos aspectos que remontam à sua experiência enquanto morador de Brasília naquele espaço e naquele intervalo de tempo. Aborda, inclusive, o motivo que, segundo ele, a Vila teria sido criada: como mais uma tentativa de instalação do pessoal das diversas obras e firmas, e feita em caráter de urgência<sup>93</sup>. De fato, parece ser razoável que a NOVACAP se ocupasse em criar uma área de assentamento comum ao excedente de pessoas que chegavam a todo instante e que os alojamentos das empresas não comportariam mais. Além disso, as narrativas sustentam que, nessa vila, outras atividades eram permitidas (tais como o comércio), indicando uma relativa liberdade em relação às moradias nos alojamentos criados pelas firmas.

Na narrativa do Sr. Elmo Marques percebo que, apesar de não ser morador, conseguira desenvolver uma relação estreita com a Vila e seus habitantes:

Foi! Me convidaram pra uma festa, lá na Vila Amaury. E eu fui na festa, sentei na mesa, comi. Só nunca bebi, não bebo bebida alcóolica de tipo nenhum, o único vício que eu tenho é o cigarro e o chimarrão. Aí sentei, trouxeram pra mim um guaraná. Aí veio a comida, arroz, feijão, carne, feijão tropeiro e aquele pedaço de carne, aquele quarto desse tamanho minha filha! Na mesa, gordinho, bem coradinho. E eu vi o pessoal comer, começar a cortar, eu também comi. Comi, mas adorei, adorei, minha filha. Aí, quando foi depois terminou a festa, perguntaram: "Sabe que carne tu comeu?" Digo: "Não, acho que comi paca ou qualquer uma caça aí." Tava todo mundo combinado. "Tu comeu foi um pedaço de carne de tamanduá." E me mostraram o couro. Vomitei toda a comida, minha filha, todinha. Foi barra, tamanduá. E, na realidade é um bicho que ele não tem mal, nada de mau na carne, porque o tamanduá é um bicho, vive só de formiga, formigueirinho. Mas me revoltou o estômago todinho. Foi lá na Vila Amaury.<sup>94</sup>

---

idades acima mencionadas, que já possuíam vivências muito mais antigas e contava com um quantitativo populacional bem superior ao caso ocorrido no Distrito Federal. Para maiores informações sobre, ver: COSTA, Ana Luiza B. Martins. *Barragem de Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do Estado*. In: Hidrelétricas, ecologia e progresso - contribuições para um debate. Rio de Janeiro: Cedi, 1990.

<sup>93</sup> MARQUES, Elmo de Oliveira. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 15.

<sup>94</sup> MARQUES, 1990, p. 9.

A sua vivência determinou a construção de sua narrativa no sentido de procurar inscrever a Vila Amaury na normalidade das demais experiências daquele período, conformando a sua posição a um conglomerado de moradores que externalizavam seus laços sociais e afetivos através de manifestações ordinárias, como uma festa entre amigos e conhecidos (num provável fim de semana, uma vez que o ritmo das construções era incessante) utilizando, além dos produtos disponíveis no comércio da cidade, também os víveres à disposição no cerrado, mesmo que um destes estes itens fosse a carne de um animal silvestre não utilizada usualmente para o consumo humano (tamanduá), indicando uma presença ainda forte do cerrado no dia-dia daqueles moradores.

Vejo que, conforme assinalado por Pollak<sup>95</sup>, a sua memória individual possui a memória coletiva no horizonte quando assinala o lugar e espaço da Vila Amaury em relação às demais concentrações de trabalhadores e migrantes da época. Tal como o Sr. Elmo Marques, outra narrativa sobre a Vila Amaury traz a rememoração entrelaçada à experiência de outros tempos, em diálogo com o presente em sua fala:

Entrevistadora - Certo. O senhor falou muito em horas trabalhadas também, que se virava a noite e tal. E como é que era o lazer em Brasília?

Severino Santos - Não havia lazer, minha filha. Em Brasília não havia lazer. O lazer de Brasília... para mocidade, o que era? Era, bebidas.

Entrevistadora - E não tinha escassez de bebida?

Severino Santos - Não, bebida era à vontade. E... para o setor masculino, as zonas boêmias, que havia no Núcleo Bandeirante, Vila Amaury, na famosa Vila Amaury. E... não havia lazer nenhum. A Vila Amaury foi criada justamente para acomodar o pessoal dos acampamentos das obras, porque as obras estavam terminando e aqueles enormes acampamentos de sacos de cimento, teriam que ir para algum lugar. Então foi criada uma Vila Amaury com urgência. A famosa Vila Amaury, esse pessoal daquelas companhias foi todo colocado na Vila Amaury, abaixo da Planalto. Não tinha aquele lago ainda. Aquele lago ali tudo era vila. Então, havia o lazer que havia... não havia lazer. Havia aqueles parque de diversões, para tudo quanto era lado.

Entrevistadora - Circo, de vez enquanto chegava...

Severino Santos - É, circo.

Entrevistadora - Era uma coisa esporádica. Nada assim...

Severino Santos - Circo, parque de diversões, tinha mais parque de diversões. A Vila Amaury, constantemente tinha dois, três. Bandeirante tinha muito também. Jogatina era demais e... setor boêmio. Não havia mais nada.<sup>96</sup>

<sup>95</sup> POLLAK, 1992, p. 203.

<sup>96</sup> SANTOS, Severino Manoel dos. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 15 e 16.

O rememorar do Sr. Severino em relação ao lazer durante o período da construção de Brasília o leva diretamente às suas vivências nas vilas e cidades provisórias da época. Assim como indicado pela narrativa imediatamente anterior, a Vila Amaury é presentificada e compartilhada como um lugar de interação e lazer entre os moradores da capital nascente, sendo fortemente trazida à construção da narrativa seu caráter de mini-cidade. Entendo essa relação estabelecida entre as duas fala como aquilo que Pollak indicara como sendo algo sempre presente, independentemente da articulação realizada em torno da memória, pois diz que “Se destacarmos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis.”<sup>97</sup>

Um desses pontos marcantes e imutáveis (ao menos para quem conta a história e deseja transmiti-la) é a maneira como a Vila Amaury encerrou a sua trajetória no território de Brasília para ser engolida pelo Lago Paranoá. Enquanto a inundação que pôs fim aos seus dias seja algo inquestionável pelas lembranças que pude debruçar sobre, o seu desfecho foi apreendido e trabalhado de maneiras diferentes por aqueles que o presenciaram. Teria a água chegado com força brutal a ponto de afogar os moradores ou a inundação da área onde estava a Vila teria ocorrido de maneira paulatina, dando uma sobrevida e maior tempo de espera aos moradores?

A narrativa dinâmica e recheada de adornos sentimentais do Sr. Elmo Marques traduz aquele desejo, retratado por Benjamin, que o contador possui de apresentar suas informações de tal forma que o sentido por ele construído seja forte e marcante ao ouvinte, de modo que este possa tornar-se um com a experiência dele e compartilhá-la adiante:

Ah, minha filha! Quando foi daí a pouco foi aquele trovão e água... E as casas tudo lá na Vila Amaury... Tudo lá, viu? Aí foi que um ajudou o outro, o outro ajudou e foram ajudando e foram tirando os pertences da casa. E a água vinha como uma enxurrada. Abriram quatro comporta de 240 milímetros d'água cada uma, pra inundar o lago. E a água começou a descer. Teve casa que não chegou, aquelas que estavam mais próximas do lado de lá onde a água vinha, não deu tempo de tirar tudo. Salvava a família (incomp.) e tudo. Você vê que foi menos de 36 horas a Vila tava coberta. E já tava a água fazendo a volta no Palácio da Alvorada. Tá brincando, com cada comporta lá daquela, armazenamento de água na barragem, inundou rápido. Só me lembro que morreu só uma pessoa. Isso eu me lembro que morreu, mas talvez não fosse da inundação.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> POLLAK, 1992, p. 201.

<sup>98</sup> MARQUES, 1990, p. 21.

Em contraposição ao Sr. Elmo, a narrativa da Sra. Suzana Conceição traz uma perspectiva diferente (mas não menos emocionante) da inundação e conseqüente fim da Vila:

Quando chegou minha vez para ir para o Sobradinho, eu não quis ir para o Sobradinho, falei: “Não, eu não vou para o Sobradinho não, eu vou tirar meu barracão daqui, o senhor... eu vou sair daqui.” “Então a senhora tem que desocupar.” A água já estava beijando minha casa, a água veio devagar, leve, depois veio aumentando. Já estava lavando a minha porta... “Pode deixar, eu vou sair.” Aí um dia chegou um carro na minha casa, um povo tudo... Armado. E só tinha eu e mais quatro família. “A senhora vai sair ou nós vamos levar a senhora!”<sup>99</sup>

Em ambas as narrativas é possível perceber o sentimento de dor, tristeza e apreensão diante da chegada irrefreável das águas junto às casas e ruas que compunham a Vila Amaury. O componente trágico é claramente percebido em expressões como “Quando foi daí a pouco foi aquele trovão e água... E as casas tudo lá na Vila Amaury... tudo lá, viu? Aí foi que um ajudou o outro, o outro ajudou e foram ajudando e foram tirando os pertences da casa. E a água vinha como uma enxurrada.” A memória exposta em forma de narrativa do Sr. Elmo mostra como a sensação de invasão se fez presente em tais momentos, onde muito mais do que casas, foram submersas personagens e relações, onde o sentimento de pertença se dissipava junto com uma vida que ficava para trás.

A experiência da Sra. Suzana se torna ainda mais significativa do ponto de vista das relações de poder até então desenhadas sobre aquele espaço. A opressão dos dirigentes da cidade em construção sobre os moradores da Vila Amaury é demonstrada sob ângulos distintos, porém complementares: na fixação deliberada das moradias numa área onde já se sabia que iria alagar, na presença das forças de segurança que tentavam a todo o custo remover os moradores que resistiam (“A senhora vai sair ou nós vamos levar a senhora!”) e, por último, a chegada da água como um ponto final e definitivo na ocupação dos moradores.

Com a inundação encerrara-se um espaço onde se desenvolviam vivências, relações interpessoais, que tinham como base a área ocupada. O sentimento de pertencimento, fortemente ligado à terra e aos elementos nela presentes e apropriados, e as experiências desenvolvidas a partir do mesmo se tornaram combustíveis das narrativas sobre o acontecido, de maneira a tornar a Vila presente para os espectadores, naquilo em que Benjamin retratou como sendo a batalha contra os esquecimentos e silenciamentos.

<sup>99</sup> MENDONÇA, Suzana Conceição. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. p. 21.

Conforme mencionado anteriormente neste capítulo, o Lago Paranoá precisara de vários meses de represamento que, além da vazão do Rio Paranoá e dos seus afluentes, também necessitava de uma boa estação chuvosa para que atingisse o seu limite máximo (cota de mil metros de altitude em relação ao nível do mar) e preenchesse os quase 40 km<sup>2</sup> de “território aquático”.<sup>100</sup> As memórias do Seu Elmo e da Dona Suzana Conceição estão intimamente ligadas às representações que o mesmo criara em torno do processo de inundação da Vila Amaury e “crescimento” do Lago Paranoá no horizonte de Brasília. Lembrando Chartier, o homem representa de acordo com as suas vivências e práticas sociais, interagindo num mundo onde é constante a presença de elementos e relações que possibilitam construir imagens e sentimentos, produto daquilo que experienciam e demandam.

As informações em torno da inundação da Vila Amaury direcionam a discussão para a relação entre o Lago Paranoá e os moradores de Brasília; relação esta que se mostrou por diversas vezes intrincada ao longo da história da cidade, até mesmo antes mesmo da sua inauguração oficial.

Enquanto alguns sustentam que os moradores da vila foram enviados para uma área afastada do centro (Plano Piloto), que viria a ser a região administrativa de Sobradinho, e outros enviados para a área onde hoje é a RA do Gama (antiga fazenda e núcleo rural), o imaginário em torno da criação da Vila Amaury indica que a sua localização fora escolhida estrategicamente, pois a NOVACAP já sabia que aquela área seria inundada pelas águas formadoras do Lago<sup>101</sup>. Tal assertiva criou a imagem de que a resistência seria impossível diante da força-maior chamada “inundação”. Entretanto, independentemente da vontade (ou não) da NOVACAP e do senhor Amaury de Almeida, o embate entre o permitido e incentivado pelos planos oficiais de Brasília e as ações autônomas do cidadão em relação aos espaços urbanos e, em especial, em relação ao Lago Paranoá, começam a se desenhar. As áreas em torno do Lago, assim como as suas representações e apreensões, começam a configurar espaços de disputas e lutas entre o ordenamento previamente planejado e uma parcela significativa dos moradores de Brasília que agiam dinamicamente e interagem com a cidade de maneira viva, sem necessariamente obedecer a ditames urbanísticos ou estarem amarrados a outras concepções direcionadas.

---

<sup>100</sup> JK também afirmara que o nível da água subia vagarosamente à medida que a represa era erguida, de maneira a cumprir o prazo de entrega e formação do Lago em tempo da inauguração de Brasília.

<sup>101</sup> Os depoimentos da Dona Suzana Conceição, Elmo Marques e Severino Santos sugerem tal ideia.

Conforme bem assinalado por Walter Benjamin em sua análise sobre o ofício do contador de histórias<sup>102</sup>, entendo que as narrativas dos indivíduos dialogam incessantemente com as narrativas históricas, partindo das suas experiências pautadas nas memórias, almejam também um fim historiográfico. Como? Através do passado novamente visitado e articulado através de um discurso que tenta vencer o poder do esquecimento para, através do manejo presente, se tentar rearranjar constantemente o diálogo que, para o indivíduo, é relevante para sua determinação enquanto sujeito (que age, produz e se define); enfim, para alimentar os elementos que compõem a sua identidade.

De acordo com a assertiva de Pollak, a memória disseminada e estabelecida de maneira coletiva nem sempre se utiliza das ferramentas do testemunho ocular, da presença do indivíduo junto ao fato narrado, fazendo com que o tempo da narrativa seja transposto ao tempo do fato e ligado ao tempo do espectador. Esse exercício reforça a inscrição de lembranças e articulação de memórias em indivíduos de gerações diferentes e com temporalidades distintas de rememoração, mas que conseguem estabelecer elos comuns e compartilhar, através dos mesmos, pontos de contato na formação de suas identidades. As experiências daqueles que presenciaram o início e fim da Vila Amaury conseguem, assim, estabelecer um diálogo com os cidadãos das décadas seguintes, indicando que as relações estabelecidas entre o Lago Paranoá e os moradores da capital também passam por apropriações de um passado que se torna presente através da narrativa, colocando objetos e imagens à disposição dos indivíduos, passíveis de apreensão como elos de articulação identitários com a cidade em que moram.

Estes pontos de contato, às vezes difusos e por muitas vezes alvos de silenciamentos, acabam por provocar reações das mais diversas quando colocadas em perspectiva com o presente de quem rememora e, certamente, direciona o olhar investigativo do historiador que tenta se debruçar sobre. Neste contexto, a Vila do Paranoá também pode ser destacada como um ponto fora da curva no que diz respeito à concepção do Lago e Brasília, trazendo histórias e experiências que revelam conflitos, disputas e esquecimentos por parte da memória do Estado sobre Brasília e seus moradores, sobretudo em relação às primeiras décadas, período de consolidação da capital.

A Vila do Paranoá, após conclusão dos trabalhos de instalação do maquinário da usina de geração de energia, resistira como um pequeno aglomerado de barracos onde várias famílias

---

<sup>102</sup> BENJAMIN, 1987, p. 197-221.

insistiram em permanecer, mesmo que a contragosto da NOVACAP. Assim, a pouca estrutura restante do acampamento (anteriormente dividida entre os diretores das firmas, engenheiros e técnicos e, por último, os operários) fora incorporada e apropriada pelos que ali permaneceram. Este ajuntamento, embora pouco expressivo numericamente após a finalização da barragem, foi sendo pouco a pouco reforçado com a chegada de mais migrantes nas décadas seguintes, experimentando um crescimento populacional expressivo no final da década de 1970 até meados dos anos 1980. Natália Brayner, em trabalho de pesquisa sobre as experiências das pioneiras no Paranoá, afirma que:

As empresas se retiram gradualmente do local até meados dos anos 60, ficando sob administração da NOVACAP, casa e edificações de uso comum como escola, galpões, igreja, além das redes de luz e água. As pessoas que moravam nas vilas passam a ocupar as casas deixadas pelos engenheiros e outras pessoas passam a ocupar as casas das vilas, algumas, inclusive, pagando aluguel. Aos poucos, vilas e acampamento passam a girar em torno de uma estrutura única, e a localidade passa a ser chamada de Vila Paranoá. Em 1969, registra-se, na Vila Paranoá, a existência de 187 barracos e cerca de mil moradores. Entre os anos de 1975 e 1982, a Vila passa por um processo de crescimento populacional e sua população chega a 15 mil moradores. Em 1986, as estimativas demográficas já mostram uma população de mais de 30 mil pessoas.<sup>103</sup>

Menezes Júnior e Sinoti ressaltam que um dos fatores que explica a continuidade da Vila do Paranoá após a inauguração de Brasília (como uma espécie de “permissão especial”) é o fato de que a cidade ainda demandava mão de obra na construção civil, pois só existiam o traçado básico das principais avenidas, o Palácio da Alvorada, o Hotel de Turismo, a Esplanada dos Ministérios, a rodoviária e algumas quadras da Asa Sul<sup>104</sup>. Na circunscrição do Plano Piloto, as vilas e acampamentos centrais, como a Vila Planalto, seriam reduzidos e/ou deslocados para áreas mais periféricas, longe da vista das autoridades que iriam ocupar a Praça dos Três Poderes ou a Esplanada. Persistiriam, ainda, Taguatinga, como a primeira Região Administrativa fruto da demanda crescente por moradia (formada, sobretudo, pelas levas incessantes dos migrantes do interior do Nordeste, Minas e Goiás), Cidade Livre (Núcleo Bandeirante) e as reminiscências de cidades e vilas rurais anteriores, tais como Planaltina, Brazlândia e Gama.

Apesar da contínua demanda de mão-de-obra na cidade já inaugurada, mas ainda em construção, o fator isolamento fora, sem dúvida, determinante para a sobrevivência da Vila do

<sup>103</sup> BRAYNER, Natália Guerra. **No fluir do Paranoá**: memórias e experiências de mulheres na história de Brasília (1960-1990). 2005. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de História, Brasília, 2005, p. 18.

<sup>104</sup> FONSECA MENEZES JÚNIOR, Antonio; SINOTI, Marta L.; SARAIVA, Regina C. F., 2001, p. 25-43.

Paranoá junto aos gestores de Brasília. Após a conclusão da barragem e instalação da usina, parcela significativa das instalações e estruturas de suporte foram retiradas, ficando para trás apenas os traços do acampamento original, permanecendo as edificações de cunho mais simplista. O difícil (leia-se “distante”) acesso ao Plano Piloto e o número reduzido de pessoas que permaneceram seriam, certamente, um dos fatores que fizeram as autoridades acreditarem que o núcleo não iria persistir e, muito menos, resistir à ação do tempo.

Fonseca também reforça que, na primeira década de permanência, a população da Vila ficara relativamente estável, com cerca de mil habitantes. Entretanto, nas décadas seguintes, atravessa um período de inchaço populacional significativo, resultado da falta de moradias populares e acessíveis em outras regiões do DF e, principalmente, após o início da ocupação das áreas que formam as regiões administrativas do Lago Sul e Lago Norte, cuja demanda por pequenos serviços no comércio e nas residências era crescente.

O inchaço populacional sem os mínimos serviços de infra-estrutura de abastecimento e saneamento levou a vila a um processo gradual de “favelização” devido às más condições de moradia e habitação, fator que seria um ingrediente combustível nas disputas travadas em torno da sua permanência e resistência dos moradores a partir da década de 1980, quando a Vila passa a ser alvo nos embates entre as autoridades e população. Somente em fins dos anos 80 é que a remoção e transferência da população é definida, passando esta a ocupar, a partir de 1990, uma área mais acima da antiga Vila e mais distante do Lago Paranoá, contígua à antiga ocupação. A partir de então os moradores passam a usufruir, aos poucos, de serviços de abastecimento de infra-estrutura, tais como energia elétrica, água encanada, esgoto e pavimentação das vias públicas; a antiga área é transformada, então, num parque de preservação (Parque Vivencial do Paranoá).

Ou seja, o que se tem à frente é uma trajetória de uma vila que se transforma em uma cidade (satélite, uma região administrativa), que surgira em decorrência do Lago Paranoá (qual seja, da construção da barragem que o formara) e que, pela proximidade geográfica com o Lago, estando praticamente nas suas margens, permitiria construir uma relação com o mesmo que desafiava os regulamentos e planejamentos iniciais de Brasília. O bairro composto por casas espaçadas e com grandes propriedades concebidas para povoar as margens mais afastadas (em relação ao centro da cidade) do Lago Paranoá enfrentou a criação e apropriação de um espaço de resistência em seu interior, reflexo da dinâmica populacional dos transeuntes, moradores e



migrantes em Brasília, que insistiam em abastecer, cada vez mais, a vila com personagens e histórias de vida que iriam se misturar à história do Lago Paranoá e da própria cidade de Brasília.

Teria sido o Lago Paranoá presente (muito mais que fisicamente) para estas famílias, grupos e indivíduos, residentes e resistentes? De que maneira este personagem central na escala bucólica de Lúcio Costa dialogara com esta população? Colocar sujeitos da vida ordinária em perspectiva com o Lago é uma maneira de entender como, através das suas narrativas, dão sentido e explicam o mundo em que transitam, pois, assim como Edward Thompson destacara, os homens e mulheres experimentam suas relações como necessidades e interesses e com antagonismos, para, em seguida, tratar suas experiências através da sua consciência e cultura. Assim, o fato de expor e trazer à tona suas vivências é um fator de determinação daquilo que, para o indivíduo, é marcante e valioso, digno de ser lembrado e transmitido. Mais: a maneira como faz isso indica que itens e ingredientes são possíveis de o definir, trazendo elementos identitários de afirmação ou de negação em relação a outros indivíduos, grupos e categorias os quais rejeita.

Narrativas sobre a situação da Vila do Paranoá antes de sua transferência para a nova área indicam que a situação de penúria era marcante, ocupando espaço considerável nas memórias sobre o período. Dentro dessas narrativas, pude encontrar referências ao Lago Paranoá e do modo com que este se mostrava e era percebido pelas pessoas da Vila:

Eu sei que a gente comprou esse barraco dela e ficamos lá, mesmo assim eu ia no Rio dos Goianos lavar roupa. Não tinha água encanada, nem podia ter. Não, não dava. As mulheres diziam: ‘vamos lavar roupa no lago’. Eu dizia: ‘Deus me livre e guarde!’ Elas desciam para a beira do lago, a maioria delas, lavava a roupa dentro do lago, essa água era limpa? Não era! Lavava dentro! A água era verde, imunda, era imundo! A água era imunda!

Pois é, depois que a gente mudou daqui, que veio a encanação da água. Vem do Lago Norte (RA), a água da gente vem do Lago Norte. Quando encanou água aqui para todo mundo foi que o Joaquim Roriz criou o programa de despoluição do lago, mas a água era imunda, elas mesmo diziam: ‘Eu gosto de lavar roupa no lago, mas só que a água tem um cheiro ruim’. Eu nunca fui, porque eu não tinha coragem.<sup>105</sup>

Dona Isabel coloca o Lago numa condição de cautela e estranhamento, condição tanto dela quanto das outras mulheres que insistiam em usar suas águas para lavar roupa; mostram que o Lago era algo próximo, mas não reverenciado. Através de um processo de rememoração onde a linearidade não é pauta, vejo que a narrativa de Dona Isabel é uma maneira de organizar os seus

---

<sup>105</sup> BRAYNER, 2005, p. 113.

próprios sentimentos e percepções do mundo de antes e do agora, dando sentido à sua vivência e das outras mulheres em relação ao Lago; e ela o faz através da memória, pois consegue reorganizar espaços e relações de pertencimento a um lugar e a um grupo, um dos agentes atuantes sobre a constituição identitária do indivíduo.

A sensação de estranheza e não-apropriação quanto ao Lago continua presente na narrativa de Dona Josefa, outra moradora antiga do Paranoá que atravessara desde os períodos de vila pós-conclusão da barragem até o estabelecimento nas terras mais altas da atual localização da região administrativa:

Natália: E no começo pra conseguir as coisas também como é que foi? Pro governo trazer água, luz. Vocês chegaram a se mobilizar com essas coisas ou não?  
 Dona Josefa: Não, nós se mobilizava com os moradores, que iam correr atrás da CAESB, queriam botar água do lago, nós fazia manifestação o povo do Paranoá tudo pra não botar água do lago, depois botaram aqui do rio dos goiano, aí depois foi que formaram água, que veio água boa pra nós.<sup>106</sup>

Percebo que as experiências dos moradores da Vila do Paranoá direcionaram suas narrativas para a luta pelo reconhecimento do direito à moradia e ainda, nas proximidades com o lugar original das instalações do período de ocupação da barragem. Esta identificação com o lugar é também realizada com o passado em comum articulado de maneira a legitimar a sua fala. Mostra que a disputa por lugar não se dá somente em relação ao físico, geográfico, mas também em relação ao espaço e posição da fala, sua projeção sobre os que ouvem.

Diante disso, pude perceber que o Lago Paranoá, para algumas dessas pessoas, estava inscrito numa posição um tanto quanto ambígua dentro de suas vivências: era ponto de origem e motivo de existência, porém, devido ao mau estado de conservação de suas águas próximas à Vila, também o colocara numa zona de desconforto e de indiferença quando do momento da transferência da população. A comparação constante com o “Rio dos Goianos”, limpo e saudável, em contraste com o lago “ímundo e fedido”, trouxe, no imaginário deste, uma posição de familiaridade e estranheza para alguns dos moradores da Vila. Seria ele (o Lago) um item crucial como uma das bandeiras de permanência na área antiga?

Com um contingente populacional na casa das 25 mil pessoas, a retirada dos moradores não poderia ocorrer de forma pacífica e nem consensual. Os focos de resistência ocorreram

---

<sup>106</sup> Ibidem, p. 87.

durante anos de campanhas intervencionistas do Estado visando a remoção. Leila Martins indica que:

Pouco depois do Segundo Barracaço, de acordo com Lourdes, a população do Paranoá começou a se dividir em, basicamente, dois grupos. Um ligado à Associação dos Moradores, e outro à recém-criada Prefeitura Comunitária, que tinha o apoio do governo e trabalhava no intuito de convencer a população de que a melhor solução para todas era a remoção para outro local. Desta forma, ocorreu uma quebra da hegemonia da Associação, que passou a ter que conviver com opiniões e linhas de ação diferentes das suas. Começou, então, a ganhar força o discurso de que a população só conseguiria negociar com o governo se apresentasse uma postura mais passiva, menos radical.<sup>107</sup>

Embates com as autoridades ocorreram durante toda a década de 1980, onde a resistência pela terra começa a ser minada a partir dos movimentos infiltrados do Estado junto à população, visando o enfraquecimento das lideranças até então constituídas e legitimadas pela população.

Após uma série de embates e discussões, o poder estatal entra em acordo com os moradores através de um projeto para a mudança que determinava um processo de fixação e de melhoria urbana, seguindo a mesma distribuição e organização originais, o que acabou não ocorrendo na prática<sup>108</sup>. O espaço próximo ao espelho d'água era mais que um lugar privilegiado quanto à forte especulação imobiliária de Brasília; se constituía num território em que se desenvolviam toda sorte de relações que ditavam os laços sociais, culturais, religiosos e demais manifestações que permeavam a constituição das identidades e sentimento de pertença entre os moradores, seus grupos e a terra. Os elementos apropriados e trabalhados para suas consciências enquanto sujeitos e indivíduos foram transpostos frente a outras forças.

Assim, a diferença marcante entre as experiências da Vila Amaury, e dos moradores da Vila Paranoá talvez esteja, basicamente, no alcance das diferentes forças de opressão que nelas atuaram. Ambas estabeleceram-se frente aos desígnios das autoridades e do discurso estatal oficial em relação aos espaços próximos ao Lago, sendo uma devorada pelas águas e a outra

<sup>107</sup> MARTINS, Leila Saads P. **Da madeirite ao cimento**: memórias de mulheres nas lutas pró-fixação no Paranoá (1981-1993). 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, 2014, p.130. Segundo consta no trabalho, o termo *Barracaço* foi utilizado por algumas pessoas “para caracterizar o clima de conflito e hostilidade que marcou a luta por habitação no Paranoá. Está referido ao processo de construção rápida e numerosa de novos barracos”.

<sup>108</sup> Segundo ainda a pesquisa de MARTINS, o projeto “estabelecia, por exemplo, que os lotes teriam 250 metros quadrados e seriam distribuídos na mesma área onde a ocupação existia – respeitando a mesma organização espacial, de modo que os laços sociais e comunitários entre vizinhas fossem mantidos. Essas especificações, no entanto, não foram garantidas pelo decreto de fixação, que previra apenas a criação de um Grupo Executivo de Melhoria da Vila Paranoá que trataria do planejamento do processo de fixação. Após a gestão de José Aparecido, em 1988, Roriz tornou-se governador do DF assumindo a responsabilidade de colocar em prática a fixação do Paranoá. Entretanto, o governo modificou todo o planejamento do Grupo Executivo, silenciando os acordos e parcerias já estabelecidas até então.”

expulsa para longe das águas. Traduzem-se, de qualquer modo, como pontos que desalinham as pranchetas dos que conceberam Brasília, demonstrando que os espaços produzidos pelo Lago Paranoá não conceberiam a calma e subserviência a eles pensados.

O Lago Paranoá possui extensão de, aproximadamente, 38 km<sup>2</sup>, que invadiram e penetraram diversos ambientes, grupos e realidades de Brasília. Diferentemente do reflexo do céu em suas águas, o Lago não se apresentou e tampouco pôde ser abraçado uniformemente pela população de Brasília de então, mantendo uma relação diversificada com os indivíduos e grupos que habitavam e habitam o Distrito Federal. Stuart Hall<sup>109</sup> indica que as identidades estão localizadas no espaço e tempo simbólicos: suas paisagens e seu senso de lugar situam-se necessariamente um intervalo temporal e num espaço; e que, no caso dos lugares, as diferentes áreas e pontos de interseção formados entre o transitar dos indivíduos trazem consigo uma forte característica de fluidez à sua atuação e interação entre os mesmos.

Assim, entendo que os espaços gerados pela utilização do território não se formam de maneira uniforme, pois são resultado da interação de diferentes agentes através de configurações variadas e inserções com temporalidades também diversas. Essa heterogeneidade também se manifesta na relação das pessoas com os objetos naturais e artificiais, constituído por frações do território que adquirem funções variadas, ao longo da produção histórica do espaço, conforme assinalado por Marília Steinberger<sup>110</sup>.

Ao abordar a assertiva de Milton Santos de que “a utilização do território pelo povo cria espaço”<sup>111</sup> afirmo que boa parte dos moradores de Brasília certamente possuem algum tipo de relação com o Lago Paranoá a partir dos espaços que foram criados, simplesmente devido às suas vivências, independentemente do seu lugar de moradia, de atuação ou de fala. Alguma percepção sempre é concebida, mesmo que mutável e permeada por outras variáveis. Complementarmente, Steinberger ressalta ainda o pensamento miltoniano de que a paisagem é o “conjunto de objetos que o nosso corpo alcança” e o espaço é o “resultado de um encontro entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade”. Assim, como a sociedade está sempre em movimento,

---

<sup>109</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

<sup>110</sup> STEINBERGER, Marília. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: LGE/Paralelo 15, 2006.

<sup>111</sup> SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2012, p. 189.

segundo ele, “a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes”.<sup>112</sup>

Assinalaria, ainda, que nestes diferentes espaços criados pela sociedade sempre em movimento, o transcurso histórico reflete-se diretamente na relação com o tempo e com as identidades também dessa mesma sociedade. Os espaços de atuação e que foram formados às margens do Lago Paranoá durante inauguração de Brasília não são exatamente os mesmos espaços formados na Brasília da década de 1970 ou dos anos 2000, embora a ligação entre os mesmos seja latente. As temporalidades que perpassam os espaços são distintas, e assim o são exatamente porque são reflexo dos sujeitos que percorrem, agem, produzem, vêem, percebem e usam o território de Brasília. E mais: os diferentes indivíduos que compõem a sociedade que encontra o território e a paisagem são trespassados por outros referenciais que o formam e transformam continuamente, influenciando a paisagem em seus olhos e direcionando a sua ação sobre os elementos perceptíveis no território, criando artifícios que possam conectá-los e desenvolver em si o sentimento de pertença à terra.

O represamento das águas e conseqüente constituição do Lago trouxeram consigo a marca dos extremos e diferentes graus de relação com a população de Brasília. Enquanto eram preparadas alamedas e bairros de casas espaçadas que pudessem compor e arranjar a escala bucólica, comunidades inteiras de trabalhadores e suas famílias eram realocadas ou simplesmente tinham suas permanências impedidas em prol do projeto inicial de uma cidade que não previa a sua instalação, tais como a Vila do Paranoá, a Vila Amaury, a Vila Planalto, Vila da Telebrasil, etc. cada uma com uma experiência singular em relação ao Lago.

E é justamente através da concepção da diversidade e dos espaços criados através de diferentes percepções que o Lago Paranoá se mostrou na sua formação e primeiros anos de Brasília, atravessou décadas, e se mostra ainda permeado pelas diversas categorias e apropriações identitárias para os indivíduos nos dias de hoje.

---

<sup>112</sup> SANTOS, 2012, apud STEINBERGER, 2006.

### 3 LAGO PARANOÁ: PRESENCAS E AUSÊNCIAS

Neste terceiro e último capítulo tenho a proposta de compreender os espaços e diálogos relacionados ao Lago Paranoá ao longo da trajetória de Brasília. Trata-se de uma tentativa de análise do espelho d'água da cidade através de um prisma colocado ante os olhos de quem a vivencia de fato: os seus moradores. Migrantes ou nascidos, estes são os que efetivamente podem fornecer visões e exprimir suas vontades e relações, capazes de se definirem em relação à cidade; estas impressões e assertivas são colocadas ao terceiro, ouvinte ou leitor, através de suas narrativas, capazes de trazerem à tona suas memórias pautadas na experiência, ditadas de acordo com as demandas do presente, do momento em que as forma, articula e as compartilha. Assim, entendo que a relação que os moradores estabelecem com a cidade é permeada e ditada por atores e imagens diversas, formados e trabalhados em seu dia-dia, contribuindo para a formação de suas identidades.

Entendendo a História como um campo de possibilidades<sup>113</sup>, onde várias propostas estão em jogo para se compreender a intrincada rede estabelecida pelos agentes do passado em relação à experiência humana, pude perceber que as questões de pesquisa se colocam à frente do historiador de acordo com as suas próprias experiências e visões de mundo. Sendo um elo de conexão essencial para o exercício de rememoração e, por consequência, da narrativa, a experiência de quem conta a história é internalizada pelo espectador, sendo trabalhada de forma a dialogar com as suas próprias experiências. Assim, permitirá a construção de um mundo através das próprias narrativas e histórias que emanará, pois, conforme lembrado por Benjamin, “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes.”<sup>114</sup> Ou seja, a experiência é apropriada e se materializa quando se torna interpretada, compreendida e trabalhada por aquele que ouve a narrativa, onde este agrega a experiência do narrador junto à sua e tende, com isso, a desenvolver também o seu dom narrativo perante os demais indivíduos e grupos em que transita.

---

<sup>113</sup> VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>114</sup> BENJAMIN, 1994, p. 201.

O impulso inicial do historiador é parte essencial para que se adentre ao tema e ao objeto de pesquisa, na tarefa de dissecá-lo diante de tantas encruzilhadas que são colocadas à sua frente. Tentar buscar uma resposta para determinada interrogação nos diversos processos históricos de constituição do sujeito e da experiência humana no tempo é olhar no passado algo colocado como inconclusivo e não-resolvido no presente; é sintomático para o labor investigativo que é parte da construção do historiador.

Complementando este raciocínio, vejo que as cidades apresentam um cenário entrecortado por atores e elementos disponíveis ao sujeito e que marcam as suas memórias exprimidas através de suas narrativas. Nesta seara, Calvino, em *Cidades Invisíveis*<sup>115</sup>, apresenta ao leitor a ideia de cidade como uma rede de possibilidades de lugares e de pessoas. As narrativas e descrições de Marco Polo para o imperador Khan são permeadas de fluidez e deslocamento no que diz respeito às dezenas de cidades do reino. Seus referenciais também são fluidos e altamente mutáveis, de cidade em cidade. Representações e significações são a força motriz de suas palavras para o imperador que, mesmo assim, insiste em afirmar que está vendo o nada frente a um excesso considerado por ele fantasioso em algumas ocasiões. Conforme Chartier, lembro que as representações intentam, em muitos casos, ser um tipo de construção que se originam das relações e de práticas dos sujeitos e grupos que tendem a não serem vistas de maneira totalmente plena. Qual seja, as representações estão, assim, relacionadas a todos os elementos de vivência humana, relacionados à interação com um mundo recheado de sentimentos, imagens e expressões daquilo que os indivíduos sentem, demandam e produzem; ou seja, representar está conectado diretamente à experiência e memória presentes na fala dos narradores.

Assim, compreendo que, de fato, o narrador constrói as cidades para o seu ouvinte a partir do que para ele é mais cintilante aos seus olhos e mais relevante e forte em sua memória quando esta é articulada. Esta ferramenta de (re) construção é extremamente útil para a identificação de quem fala e de onde fala, e quais as representações emanadas pelos discursos que alimentaram a formação identitária dos moradores de Brasília.

Entendo que as cidades são os grandes espaços territorializados pelas atuações dos sujeitos que produzem boa parte das experiências contemporâneas vividas. Os diversos espaços que constituem as cidades agem muitas vezes como catalisadores de imagens e memórias dos grupos que as habitam. Estes mesmos espaços são transformados e trabalhados através das vozes

---

<sup>115</sup> CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: O Globo, 2003. (Biblioteca Folha).

e ações dos grupos que os ocupam e, simultaneamente, influenciam na constituição e formação dos habitantes das cidades, formando uma relação dialógica entre ambos.

Os espaços urbanos nos últimos anos têm apresentado uma configuração cada vez mais diversificada, sobretudo os que apresentaram crescimento e concentração demográfica vertiginosos, tornando-se grandes centros populacionais, como é o caso de Brasília. Nestas situações, as relações entre os indivíduos e os grupos os quais pertencem apresentam características que tendem a ser influenciadas por uma grande troca de informações e interações típicas de grandes centros constituídos na segunda metade do século XX e início do século XXI. Daí a importância de se verificar e analisar sob quais elementos se configuram as visões que os habitantes possuem de si, dos grupos os quais pertencem, transitam e interagem e, sobretudo, com os itens visuais (simbólicos e representativos) da cidade.

Assim se inscreve a presença do Lago Paranoá em Brasília. Parto do pressuposto de que não há como conceber a cidade sem ter o Lago em perspectiva. Neste contexto, acredito que, muito mais que um espaço físico urbano, a cidade deve ser compreendida como uma representação do social e cultural permeada por itens e elementos que se entrelaçam nos caminhos e desenhos que compõem todo o seu ser: atores, grupos, movimentos, comportamentos, expressões, relações, disputas de poder, que são continuamente operados e transformados. As suas ruas, quadras, jardins, praças, estacionamentos, parques e reservas, são uma representação e externalização de vontades e manifestações que atuam sobre determinada área. O local e o natural trabalhados e “experenciados” por tais agentes são expressão neste sentido. O Lago Paranoá, como um personagem da cidade ao mesmo tempo natural e artificial, possui atributos que o caracterizam como aquilo que Pesavento afirmou como “objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam”; ou seja, trata-se, ademais, de um item do fenômeno cultural (a cidade em si) revelado através dos diferentes discursos, imagens, emoções e sensibilidades dos moradores e transeuntes diários da relação periferia-centro-periferia de Brasília.

Estes discursos e percepções são fortemente influenciados pelas experiências diárias dos habitantes de Brasília com os espaços de ocupação e imagens formadas. A forma de ver, pensar, ocupar e se situar na cidade são traços culturais no sentido de que essas ações refletem as imagens e configurações de um tempo, fortemente marcado pelas relações sociais e com os objetos perceptíveis na paisagem. Assim, é natural que alguns elementos tornem-se pontos de



referência nos centros urbanos, sendo extremamente fundamentais para a formação da memória da cidade e determinantes para a constituição de uma identidade daqueles que habitam o espaço e se sentem pertencentes ao mesmo.

Na busca da sua auto-afirmação e formação da identidade, a cidade, o lugar de moradia, o local do seu dia-dia, desempenha papel de grande relevância para o indivíduo, pois este busca o que, em sua cidade, é capaz de defini-lo e em relação a outros indivíduos de outras cidades e/ou regiões. Ele se descobre e se conhece também através do olhar com que apreende e sente a cidade. Daí a conclusão de que existem várias cidades dentro de uma mesma cidade e, às vezes, dentro de uma mesma pessoa. O que vai definir qual ou quais são essas cidades são as percepções exteriorizadas no momento em que a narrativa é construída sobre a(s) mesma(s), pois, conforme mencionado anteriormente, aquela é fortemente marcada pelo tempo e lugar de fala. Tal tempo e tal lugar são expressos através da articulação de suas memórias Marco Polo, em suas descrições e análises (Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*), era a própria tradução desta assertiva. Suas cidades eram fruto das memórias embevecidas por sensações e sentimentos capazes de criar as mais variadas cidades na mesma cidade (o imperador Khan por vezes interpela o narrador afirmando/questionando se tratar sempre da mesma cidade nos relatos: Veneza, cidade natal de Polo).

Em relação à Brasília, os seus moradores podem traçar visões as mais variadas possíveis sobre a cidade e, por isso, esta ser refletida de diferentes formas em seus habitantes. Walter Benjamin, quando exercitara a relação das diferentes cidades que com aqueles que nelas vivem/viveram (no sentido aqui utilizado de formação do indivíduo), Paris, Berlim, Frankfurt, Roma, etc., e a relação dessas cidades com a Modernidade, ressaltara que a percepção do indivíduo (por si mesmo) passa diretamente pela sua percepção da cidade. Conforme afirmado por Willi Bolle:

Baudelaire e Benjamin, cada um à sua maneira, tentaram flagrar esse momento em que o sujeito se inteira da fisionomia da cidade e ao mesmo tempo de si mesmo, em que rosto e corpo se assemelham mimeticamente à cidade que ele habita, como se ela fosse a constelação que define sua identidade, a estrela de sua vida inteira<sup>116</sup>.

O mosaico que se forma e se constitui em cidade é alimentado na medida em que os grupos e indivíduos atribuem sentido aos mais variados elementos disponíveis em suas vidas.

---

<sup>116</sup> BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: Representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: EdUSP, 1994.

Assim, o advento da sociedade multicultural e intensificação de grupos diversos nos mesmos espaços de convivência fizeram com que o indivíduo (o agente social/cultural) portasse uma expressão muito mais dinâmica, com várias interseções que caracterizam o seu ser, trazendo consigo mais fluidez e mobilidade. Deste modo posso afirmar que a alimentação dos discursos e práticas identitárias do *homo cultural* é também permeado por escolhas que moldam sua identidade, transpassada por elementos do local/regional, nacional e global entrelaçados à sua memória através das suas experiências e construídos constantemente por suas narrativas. O presente (no sentido de “atualidade”) do narrador torna-se juiz perante aquilo que deve ser publicizado e, de acordo com seus anseios, transmitido adiante. Trata-se do combustível da coletivização da memória, assinalado por Pollak, capaz de unir e fornecer substratos à constituição das identidades e fortalecimento das mesmas.

Assim, retomando o que fora demonstrado no primeiro capítulo, os princípios urbanísticos e arquitetônicos modernistas ditados pela Carta de Atenas levaram Lúcio a conceber a presença do Lago na nova capital de tal forma que o mesmo não deveria suportar e nem atrair a grande e intensa concentração populacional para as suas margens e proximidades, até então comuns nas grandes cidades e centros urbanos em relação aos recursos hídricos (rios, lagoas e mar). Lúcio Costa havia indicado que a presença dos cidadãos no futuro lago e arredores se daria através das atividades de lazer e recreação; assim, as edificações pensadas para as margens do Lago Paranoá teriam a missão de proporcionar este tipo de utilização: clubes náuticos, passeios na orla e pontos de encontro (como restaurantes) e demais espaços que pudessem propiciar o acesso da população da nova cidade, porém, sempre de maneira a evitar a presença de grandes conglomerados residenciais.

Neste quesito, a exceção em seu Plano Piloto de Brasília, com relação a moradias em áreas próximas ao Lago, seriam as “casas individuais” e espaçadas em grandes ruas, de grandes propriedades, em áreas circunvizinhas ao espelho d’água. Assim, após a inauguração no ano de 1960, as autoridades responsáveis pela urbanização, edificação e direção das ocupações de Brasília trataram de, aos poucos, por em prática o plano de ocupação das diversas áreas da cidade, inclusive as regiões mais próximas ao Lago Paranoá.

Entretanto, a NOVACAP realizaria algumas alterações em relação ao concebido primariamente por Lúcio Costa em relação a estas casas individuais. A ideia permaneceria, porém aplicada às duas penínsulas sobre o Lago: a península norte e a península sul, que formariam as

respectivas regiões administrativas do Lago Norte e Lago Sul, tendo a ocupação desta última ocorrido primeiramente. Embora Fernando Fonseca, ao destacar o trabalho de Lourenço Tamanini<sup>117</sup>, onde indica que as primeiras casas do Lago Sul foram construídas ainda em 1958, é na década de 1960 que se tem o incentivo à ocupação das duas regiões. Fonseca chama a atenção para o fato de que, inicialmente, os lotes e propriedades demarcadas nas Quadras do Lago (QL's) não iam até as margens do Lago, com raríssimas exceções (tornando-se este um dos pontos emblemáticos sobre o uso do Lago nas décadas seguintes).

Na margem pensada por Lúcio Costa para estas casas individuais e espaçadas, a NOVACAP achou por bem reservar aos setores de embaixadas (acima da via L4) e aos clubes esportivos e náuticos, que começaram a se instalar, de maneira gradual, após 1960, sendo os primeiros a marcar presença: Iate Clube, Cota Mil, AABB, na raia sul e o Clube do Congresso (situado no final da península norte) na raia norte. Importante destacar que até os dias atuais estas áreas estão sendo ocupadas e procuradas por diversas associações e representações de várias categorias, refletindo uma demanda ainda constante dos cidadãos. Ainda: somente a partir dos anos 2000 a terceira parcela dos itens preconizados por Lúcio Costa começa a se fazer presente, com a chegada de restaurantes e bares na orla do Lago.<sup>118</sup>

A orla do Lago Paranoá atravessou ondas sucessivas e diversas de ocupação nas décadas seguintes à inauguração de Brasília, sofrendo as influências decorrentes das ações humanas, independentemente dos parâmetros pré-fixados em seu ordenamento urbano. O interessante é que, como comumente acontece, o poder oriundo das esferas política e econômica sobreveio sobre os territórios que margeiam o Lago Paranoá, com desdobramentos constantes e atuantes para o mesmo, pois, segundo Marcio dos Santos, “Seguindo o aconselhamento da comissão julgadora, o GDF promoveu, além da ocupação das penínsulas, a ocupação da margem do Lago oposto ao PP (Plano Piloto). Nesta urbanização do Lago houve a necessidade de remover assentamentos que se encontravam fora dos padrões estabelecidos, tanto em projeto quanto na legislação. Tal processo foi caracterizado por certa rudeza nas aplicações das normas urbanas

<sup>117</sup> Cf. TAMANINI, L. **Brasília memória da construção**: a surpreendente história do Lago Sul e outras histórias exemplares, p. 20 e 21. Segundo este autor, em fins de 1957 decidiu a NOVACAP construir as primeiras casas no Lago Sul. Na quadra que era então a QL-1, nos seus conjuntos 5, 6 e 7, foram elas edificadas, não em lotes vizinhos, mas salteados, para assim estimular o interesse de outros em construir e morar também no lago, junto aos que para ali já se haviam transferido... Quinze casas foram erguidas, cinco em cada conjunto, sempre nos lotes 1, 9 e 15 no lado esquerdo da rua, 2 e 16, no lado direito. Ficaram prontas em junho de 1958.

<sup>118</sup> Refiro-me, sobretudo, ao complexo de bares e restaurantes conhecidos como “Pontão do Lago Sul” e a outros recém-instalados próximos a Ponte Juscelino Kubitschek, inaugurada na década de 2000.

para alguns, e pela complacência para outros, no que se refere aos processos de apropriação privada dos espaços públicos localizados ao redor do Lago.”<sup>119</sup>

O movimento de ocupação das proximidades do Lago sofre um fluxo mais intenso a partir da década de 1970 e, principalmente, da década de 1980, quando a região do Lago Sul se consolida e se expande; somado a isso, houve um relevante crescimento do número de casas na região do Lago Norte e dos Setores de Clubes, tanto os da área sul como os da área norte (Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES e Setor de Clubes Esportivos Norte – SCEN, respectivamente). Entretanto, o que chama a atenção a partir dos anos 80, é a instalação, paulatina e crescente, de outras formas de ocupação e organização não previstas pelas autoridades públicas (representadas através do Plano Diretor de Brasília), os chamados “condomínios”, porém compostos por moradores de médio-alto poder aquisitivo (classe média), que iriam contar com o silenciamento e benevolência durante anos por parte do poder público para a sua manutenção e sobrevivência.

Enquanto a ocupação da Vila Paranoá passava por intervenções cada vez mais severas do aparato de segurança e fiscalização, os condomínios de classe média se estabeleciam e cresciam junto às margens do Lago, e à margem da repressão do Estado. Um dos exemplos mais chamativos nessa questão é o do Condomínio “Village Alvorada”, estabelecido próximo à área da Ermida Dom Bosco e de outras áreas de preservação ambiental. Santos indica que a pressão em cima de áreas como a então citada são resultado da

especulação imobiliária, (que) mesmo depois do decreto de tombamento de 1987, continuou pressionando a região em torno do Lago. Soma-se o fato de ter havido inúmeras ocupações irregulares no período imediatamente após o tombamento do Plano Piloto, quando o governador do Distrito Federal, em substituição ao governo de José Aparecido (1985-1988), passa a ser Joaquim Roriz.<sup>120</sup>

Entendendo o Lago Paranoá como este objeto de produção de imagens e discursos frente à materialidade<sup>121</sup>, passando assim a representá-los, vem ao centro da discussão e apreensão da cidade como um elemento-chave para questões como ocupação e apropriação do seu território, se abastecendo de problemáticas de legitimidade e disputas de poder e zonas de influência dos cidadãos, que reverberam em suas definições e constituições enquanto indivíduos (identidade em perspectiva). Este fenômeno cultural, que é a cidade e a sua constante produção de interações e

<sup>119</sup> SANTOS, 2008, p. 99.

<sup>120</sup> SANTOS, 2008, p. 99.

<sup>121</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 7-23, jun. 2007.

espaços, traz consigo o embate entre o permitido e não-permitido, entre o grande e o pequeno, entre o pertencer ou não pertencer à cidade e, enfim, quais itens são demarcadores de tais dicotomias.

Quando afirmo que os espaços da cidade são continuamente trabalhados e modificados pelos moradores entendo que esta via de alimentação é, na verdade, um processo de formação histórico conduzido por vários grupos e indivíduos que, além de sujeitos, também são produtos deste processo. O Lago Paranoá, como um dos elementos concebidos para Brasília, possui função relevante para compreender quais relações se deram a partir dele e para ele, tendo-o como um dos pontos de interseção das identidades dos moradores em relação à cidade.

Assim, trago abaixo as configurações das margens do Lago Paranoá para uma melhor visualização das ações e resultados das interações entre os cidadãos após cerca de quatro décadas depois da sua formação, ocasionando as ocupações (ao menos, as mais marcantes):

- Próximo à via L4 Sul (margem do Plano Piloto): Vila Telebrásilia e Acampamento Saturnino Braga (reminiscência de trabalhadores pós-inauguração da cidade), estação de tratamento de esgoto (ETE-Sul), embaixadas, clubes esportivos e náuticos e alguns poucos restaurantes e bares (e mais um *shopping center*);
- Próximo à via L4 Norte (margem do Plano Piloto): Vila Planalto, clubes esportivos e náuticos, parte do campus da Universidade de Brasília (junto com algumas autarquias federais), poucos hotéis e restaurantes, estação de tratamento de esgoto (ETE-Norte);
- Lago Sul: casas individuais nas margens do Lago e no interior das penínsulas, comércio local, condomínios, poucos restaurantes e bares (centro de lazer conhecido como “Pontão do Lago Sul”);
- Lago Norte: casas individuais nas margens do Lago e no interior das penínsulas, clubes esportivos, área de mansões, condomínios.

Como a população de Brasília apreendeu e internalizou esta conjuntura na cidade em decorrência dos espaços produzidos pelo Lago Paranoá? Como os moradores dialogaram com seus anseios, expectativas, experiências e vivências tendo ao fundo um panorama onde as interações nestes espaços se deram de forma mais branda num primeiro momento, e intensa e

conflituosa num segundo? Conforme falado anteriormente, remeto novamente às narrativas de Marco Polo ao Grande Khan sobre as cidades que compunham o seu império (Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*), onde fica evidente que as cidades, mais do que erigidas, são sentidas, percebidas, expressadas e apreendidas. A cidade sensível trata-se, sobretudo, de uma cidade imaginária formada pelo pensamento, onde são identificados, classificados e qualificados o traçado, a forma, volume, práticas e atores do espaço urbano visível, permitindo que sejam vistos, vividos e apreciados de diferentes formas a realidade tangível<sup>122</sup>. Na verdade, tratam-se de reflexos de pensamentos e sensibilidades perceptíveis para os que a compõem e também para os seus observadores.

Acredito que a constituição e formação (uma espécie de “presentificação”) dos cidadãos em relação ao Lago Paranoá foi internalizada e trabalhada de diferentes maneiras pelos diversos indivíduos que compõem todo o cenário urbano de Brasília e, por causa disso, o Lago estabeleceu relações em níveis e cenários distintos entre esses mesmos indivíduos e suas vivências pela cidade; que permitiram, assim, traçar e fomentar o processo identitário percorrido ao longo de suas vidas.

Neste raciocínio, procurei trabalhar em que medida a proximidade com o Lago (para alguns) e a distância (para outros) poderiam exprimir uma relação com a cidade tendo o mesmo como pano de fundo, e de que maneira foi capaz de dialogar com a constituição identitária dos moradores, sempre com as experiências e as memórias como força-motriz de suas narrativas. Assim, primeiro disponho das articulações de moradores de áreas mais próximas ao Lago, tais como Plano Piloto (Asa Sul e Asa Norte), regiões administrativas do Lago Sul e Lago Norte e, em seguida, são debatidas as ideias de moradores com vivências nas RA's de Ceilândia, Planaltina, Taguatinga e Águas Claras, regiões com variados distanciamentos e relações com o Lago Paranoá.

---

<sup>122</sup> PESAVENTO, 2007, p. 14.

### 3.1 Lago de perto

Nas narrativas às quais tive contato por ocasião deste trabalho, pude perceber como os indivíduos demarcam as suas memórias (e seu campo de atuação) com base no momento presente em que articulam as mesmas. Conforme lembrado por Benjamin, o ato de rememorar de cada uma dessas pessoas é um produto das suas próprias experiências e interpretações do mundo em que estão inseridos; e ainda, que este produto é fruto do momento em que rememoram e que situam suas vivências e anseios, ancorados sempre na perspectiva do agora.

A forma como constroem as narrativas vão além do que simplesmente trazer ao ouvinte/espectador/leitor uma passagem de outros tempos; trata-se de imagens entrelaçadas com sentimentos; anseios e visões que expressam uma interpretação e apreensão das relações desenvolvidas ao longo de suas vidas: são colocados inúmeros horizontes e temporalidades que existem e fazem sentido para quem narra, onde este espera que o outro também consiga apreender e estabelecer conexão com aquilo que é passado, criando sua própria teia de apropriações e sentidos.

Pude perceber tais temporalidades e diversos lugares de fala, em um mesmo contexto narrativo, nas palavras do Sr. Silvio Lemos<sup>123</sup> sobre sua vida em Brasília e sua relação com o Lago Paranoá, pois, pouco tempo após ter nascido no estado do Maranhão, mudou-se com a família para a capital federal e aqui reside desde a década de 1960. Após passar por várias regiões diferentes de Brasília (Plano Piloto, Sobradinho, Cruzeiro), reside há vários anos na área do Lago Sul. Em seu rememorar, pude perceber como a Brasília de outrora é colocada sempre em perspectiva com a Brasília em que vive hoje:

A Asa Norte era bem deserta, porque eu lembro da gente... meu pai tinha *Vemaguet* na época, era o carro que existia. O cara que mexia em *Vemaguet* ele tinha oficina ali perto onde é o CEUB hoje; você andava no meio do mato pra chegar... existia algumas quadras das 400, a 312, e o resto era tudo desertão, a Asa Norte era toda deserta...[...] Quando eu era moleque, saía de Sobradinho, a gente saía pra ir pro Paranoá pra beira do lago, pra ir pescar, pra se divertir, na beira do lago, esse tipo de coisa, é... Existia realmente, não é onde o Paranoá é hoje, se você notar na margem do Paranoá, abaixo de onde fica a cidade, você vai ver muito pé de manga, era onde era a cidade, era onde era a vila realmente...

<sup>123</sup> Entrevista realizada em Brasília, no dia 29 de julho de 2016, com 31:47 de duração.

Trazer de volta, através da narrativa, a cidade em que conheceu na infância é relacionar-se novamente com o período, porém, com os olhos da reconstrução, da sua relação de vida com um outro tempo e uma outra cidade. Quando, nestas narrativas, o Lago é abordado, as imagens que saltam em suas palavras denotam a articulação de dois períodos: a formação da memória e o manejo da mesma. Remonta épocas, períodos, personagens e outros narradores:

Eu ouço histórias, por exemplo, que o lago não era uma coisa, assim, no começo foi feito uma, ele foi feito exatamente pra deixar as cidades em condições de vida, de habitação, né? Porque tinha que ter uma fonte de água, porque era muita gente, a cidade projetada pra 500 mil pessoas e eu imagino que no começo pelo que eu ouço, não era uma coisa muito procurada o lago, porque era os lotes, que valem milhões, eram de graça, e ninguém queria ir pro Lago, às pessoas queriam ficar na Asa Norte... Asa Norte e Asa Sul... Asa Norte mais antiga, aqueles pedaço da 302, as 400 ali, todo mundo morava por ali, ou nas satélites, e essa ocupação da orla do lago, foi acho que depois de certo tempo. O pessoal tinha uma certa rejeição, era tudo muito longe; o acesso era como se o lago fosse uma coisa distante. Quem soube aproveitar no começo que foi pra margem dele, se deu bem, os lotes eram de graça...

Compreendo que a narrativa do Sr. Sílvio Lemos se alimentou de outras narrativas, permitindo que a sua experiência incorporasse os relatos de outros indivíduos e pudesse ser contada ao ouvinte, na esperança de que também fosse compartilhada. Assim, procura criar um vínculo junto ao espectador (“*ouço histórias*”) que a distância temporal traria como forma de autoridade e legitimação daquilo que é falado. E mais: a descrição das regiões do Lago Sul e Lago Norte, nas primeiras décadas de Brasília, é permeada por imagens e representações em torno do inexplorado, inabitado e indesejado, como fatores determinantes para a não ocupação das mesmas.

As áreas próximas ao Lago Paranoá passaram a contar com um crescente adensamento populacional, ocorrido, sobretudo, nas últimas três décadas. Entretanto, como se dera a relação dos moradores da cidade em relação ao contato e vivências ante a “moldura líquida” da cidade? O rememorar do Sr. Lemos traz a presença dos clubes como um fator relevante neste processo:

Clube, só em clube; ia pro clube e via o lago. Não tinha essa... Não existia, por exemplo, a terceira ponte, o acesso, uma ponte ou outra não era coisa frequente da gente estar passando. Você via o clube e dali ia embora... Era só o que você conseguia.

O Lago Paranoá é constantemente trabalhado de forma que o passado e o presente andam entrelaçados nas narrativas que são construídas sobre tal personagem. Quando questionado sobre



o uso do Lago pela população, sem indicar necessariamente em que período, a comparação de ontem com os dias hoje é rápida e direta:

Eu acho que, no momento, eu acho que de um tempo pra cá ele tem sido mais explorado, mais usado. (...) É... Abertura de vias, de acesso, tô tentando, sei lá... Você tem mais... Mais ponto de acesso, com lazer pra todo mundo, são vários, vários pontos, as pessoas chegam, vão praticar canoagem, remo, *stand up*, alguma coisa assim, fazer piquenique na beira do lago, embora ele esteja muito mal tratado. No começo dele, ali perto do zoológico, por exemplo, eu lembro de ter amigos, ali, perto de onde você trabalha, na QL 2... Na QL 2 por exemplo, eu fui numa festa uma vez, isso eu já era adulto, isso deve ter de 15 a 20 anos, e você via o lago completamente da janela do cara, do quintal do cara que era na beira do lago, você chegava na margem, hoje, você consegue quase atravessa a pé aquele pedaço, tá tudo assoreado. São ilhas, a vegetação vem descendo, detritos, sedimentos, e vão encostando, e vai enraizando, aquela coisa, virou uma... Tem uns filetes d'água, no meio só, você consegue Atravessar a pé.

Entendo que as lembranças dos indivíduos possuem a ancoragem e prisma do momento da fala e da articulação das lembranças e experiências. Trago tal questão para o debate pelo fato de que, nos dias de hoje, as regiões mais próximas ao Lago Paranoá são tidas como área nobre (em sua maioria), revelando um grande poder aquisitivo dos que residem nestas faixas, sendo alvo de constante especulação imobiliária. Diante disso, os moradores que habitam as proximidades do Lago Paranoá procuram recheiar as suas narrativas com interpretações e explicações em torno de um espaço que somente possui o mesmo território, mas que produziu diferentes relações e imagens perante a população justamente por serem momentos distintos no tempo. Assim, vejo que muitos desses discursos estão fortemente baseados nas ideias de desbravamento da região, considerada inóspita e selvagem, digna de ser domada, e ainda, da falta de interesse pela população em ocupar tais regiões. Estas justificativas para um desinteresse inicial (segundo vários moradores com que conversei e que hoje residem na área) formam um conjunto explicativo variado: falta de estrutura viária e de abastecimento, distância, cerrado indomado, etc., ou seja, de que pagou-se um preço para se estar ali hoje. A proximidade com o Lago Paranoá não fora colocada, por estes moradores, como um fator determinante para ali residirem.

Outras narrativas às quais tive contato dizem respeito ao Sr. Milton<sup>124</sup> Fonseca, nascido em Pernambuco e residente em Brasília, no Lago Sul, desde meados da década de 1970, e o Sr. Marco Santos<sup>125</sup>, brasileiro nascido na mesma década, morador da Asa Sul e posteriormente, na

<sup>124</sup> Entrevista realizada em Brasília, em 14 de junho de 2016, com 56:05 de duração.

<sup>125</sup> Entrevista realizada em Brasília, em 23 de junho de 2016, com 19:35 de duração.

década de 1990, morador do Lago Norte. Na posição de espectador e investigador, pude perceber que suas experiências, apesar de diferentes, possuem perspectivas relativamente semelhantes sobre o isolamento das regiões próximas ao Lago até a década de 1980, mais de vinte anos após a inauguração da cidade e da formação do espelho d'água, corroborando a assertiva acima em que a proximidade com o Lago não seria um fator preponderante para residir no Lago Sul ou no Lago Norte:

Tinha um acesso ali pela avenida mais bem estreitinha. Como o lago se modificou muito esse meu terreno, que não é dos maiores, ele foi "comido" duas vezes porque anteriormente aqui só tinha uma pista, embora seja um boulevard, você sabe o conceito de boulevard, né? Que é esse canteiro central, alameda aí tem as avenidas tem todo esse canteiro central tipo boulevard, urbanismo francês século 19, que foi espalhando esse modelo que foi uma ideia belíssima esse boulevard, mas hoje está totalmente deturpado. Queria aproveitar para dar uma chamada aí na falta de planejamento urbano. Brasília, como um todo, é completamente abandonado, no Lago (Sul) que se transformou em pista de alta velocidade. (...) Era uma vida campestre, por que os terrenos eram imensos. Aqui na minha casa, morava na pista mais espaçadamente, passava carro, muito pouco povoado. Na minha rua ainda tinha muitos terrenos a construir de ambos os lados, e essa é uma das quadras mais antigas né?

---

O Lago Norte era um fim de mundo, as pessoas se isolavam, a gente tinha essa sensação de que a pessoa morava muito longe, quando dizia que morava no Lago Norte. [...] Acho que em relação a... essa relação da proximidade com o Lago (depois da mudança), deu uma possibilidade de maior contato, né? Que eu não me lembro, tava até pensando esses dias, que você falou que o trabalho é sobre o Lago Paranoá, eu tava tentando lembrar de algumas coisas assim... eu lembro de muito pouco de... na verdade eu não sei qual foi a primeira vez que eu cheguei na beira do lago, por exemplo, que eu tive algum contato assim, acho que foi depois de ir pro Lago Norte, então eu acho que a proximidade assim, teve uma influência, fez... assim... hoje em dia a gente tem alguns pontos, assim, na orla que tem uma estrutura de lazer, tipo, a Ermida, acho que tem desde o início de Brasília, mas eu não lembro de ir lá quando criança, né? Mas... Não sei, não sei se tinha esse atrativo de ir pra beira do Lago, não sei se Isso existia e nunca foi um programa assim da minha família, ou se...

As narrativas acima abordadas demonstram uma relação um tanto quanto curiosa. Ao mesmo tempo em que tinham uma proximidade geográfica com as margens do Lago Paranoá, tais moradores também não conseguiam estabelecer um vínculo estreito com o mesmo, apesar de ele (Lago) se mostrar presente no horizonte e no imaginário da cidade. Pude perceber que as vivências dos narradores possuem desdobramentos relativamente limitados quando colocadas em perspectiva ao Lago Paranoá; os moradores (re)constróem e articulam suas memórias sobre um dia-dia anterior em que o Lago surge, mas não é tomado; visível, porém não vivido. Seria ele um delimitador e definidor, mesmo quando a localização territorial pressupunha essa interação?

Pollak lembra que o testemunho presencial de eventos, fatos e ocasiões, é apenas o ponto de partida para o compartilhamento de experiências que alimentam a coletividade em torno da memória, trazendo consigo um caráter de temporalidades diversas, mas com itens em comum sobre a cidade e os indivíduos, fazendo com que elementos sejam também compartilhados e apropriados pelos grupos, constituindo seus traços identitários em relação aos espaços da cidade. O caráter residencial da proximidade pode não ter constituído um elemento agregador de vivências ante ao Lago, mas outros espaços criados e, ao que tudo indica, fortemente fomentados, conseguiram constituir um ambiente de convivência capaz de alimentar experiências individuais e coletivas que direcionaram histórias e memórias para os cidadãos.

Nesse sentido, entendo que os clubes, mesmo quando não frequentados assiduamente, são um destes pontos de inflexão identitários; as memórias em torno das visitas aos clubes se tornariam um ponto de referência nas décadas seguintes entre os moradores de Brasília, transformando-os num veículo articulador de experiências dos que moravam próximos ao Lago:

Na verdade a gente morava aqui na Asa Sul, na 306 e a gente era sócio do Vizinhança, que é um clube que fica fora desse, desse setor de clubes que margeia o lago, assim... Então eu lembro, assim, de comentar, ah fui pro Iate clube, na minha cabeça vinha um iate... não sabia nem que Iate Clube, era um clube, assim... (...) Mas acho que sim, talvez eu tenha tido esse, algum tipo assim de contato com pessoas que frequentavam o Lago, mas nunca me importei muito com isso, nunca tive... nesse período assim, até o final... Até me mudar pro Lago Norte, talvez eu nunca tinha me atentado também, que era uma coisa interessante, também, esse outro lado...

Vejo que a convivência e a socialização ocorridas em torno dos clubes permitiram um exercício constante de compartilhamento de experiências que puderam alimentar e agir na estruturação e manuseio das lembranças enraizadas nas relações sociais e culturais dos mais diversos indivíduos e sujeitos, que, independentemente das temporalidades de suas articulações da memória, permitiram construir e se apropriar de elementos comuns em torno do local onde vivem, perpassando-os através de suas identidades.

Todavia, devo ressaltar que, mesmo os clubes se apresentando como pontos de convivência e de encontro nas lembranças dos indivíduos, tais espaços não podem ser considerados como agregadores amplos no que diz respeito a espaços concebidos para a população em geral, mesmo se tomarmos somente o Plano Piloto e as regiões do Lago Sul e Lago Norte. Os clubes náuticos e esportivos foram criados e mantidos, em sua maioria, por entidades associativas dos trabalhadores de diversos órgãos do serviço público, tais como a Associação

Atlética Banco do Brasil (AABB), e a Associação dos Servidores do Banco Central (ASBAC), em que era condição *sine qua non* para a associação o vínculo empregatício com o instituto-mãe, ou ainda, comprar cotas associativas que possuíam como mecanismo de seleção de seus usuários o alto valor exigido, tais como o Iate Clube ou o Minas Brasília Tênis Clube.

Francisco Leitão e Sylvia Ficher, sobre os traços urbanísticos da cidade em relação aos clubes e ao Lago, assinalam que:

Nestes setores (de clubes), a alteração mais marcante no PPB (Plano Piloto de Brasília) seria o parcelamento das áreas situadas às margens do Lago Paranoá para implantação de clubes esportivos, o que ocorre já a partir de 1960. É possível especular que, mesmo com a aproximação física do conjunto urbano do Lago, não houve uma real integração de seu entorno ao cotidiano da vida urbana; as ligações viárias entre as Asas e as suas margens, por exemplo, poderiam ter sido em maior número.<sup>126</sup>

Entretanto, mesmo diante de tal caráter restritivo em relação ao “grosso” da população, considero que tais agentes (clubes esportivos) permitiram um razoável nível de apropriação mental em relação ao Lago Paranoá para este grupo de moradores, que moravam nas áreas do Plano Piloto e nas RA’s do Lago Sul e Lago Norte, traduzindo-se num item importante nas articulações e visões acerca de vivências de outrora.

Durante as conversas e entrevistas realizadas, pude perceber o quanto é intenso, no exercício do lembrar, entrelaçamento ao que se vive hoje, ao presente, e o que é buscado e construído pelo mesmo. O passado é revisitado e remodelado constantemente pelos indivíduos, através de uma busca de respostas para justificar aquilo que se diz. Nestes diálogos também busquei apreender o que para estas pessoas era mais latente em suas experiências relacionadas ao Lago Paranoá; ou seja, como este se apresentou como um elemento constituinte de suas narrativas, através de expressões, ideias e análises que buscavam expressar um sentido de mundo, em relação a eles próprios e em relação à cidade, e de maneira que fizesse sentido também para o ouvinte.

O Sr. Sílvio Lemos traz uma janela para a sua rotina diante do Lago. Tratam-se de algumas análises que o indivíduo faz sobre a sua relação com o Lago Paranoá, onde parece se surpreender com as suas próprias palavras:

---

<sup>126</sup> LEITÃO, Francisco e FICHER, Sylvia, In PAVIANI, Aldo (Org.) **Brasília 50 anos** – da capital a metrópole. Em artigo intitulado “A infância do Plano Piloto: Brasília, 1957-1964”, os autores debatem como a transposição (termo por eles utilizado) da proposta do Plano Piloto de Brasília (PPB), de Lúcio Costa, influenciou alguns incongruências e imprecisões da história de Brasília.

O Lago é que permite as pessoas viverem aqui, e você ate acostuma; eu às vezes venho com a minha filha cruzando a ponte, por exemplo, eu vejo muita gente parada fotografando, o dia inteiro, todos os dias, e pra mim virou uma coisa normal, uma paisagem normal. Eu acostumei com aquilo, mas realmente, quem vê pela primeira vez o lago... Uma irmã que mora nos EUA, quando ela vem pra cá, ela passa um mês fotografando o lago... (...) Ela tira foto da ponte, ela tira de um lugar, ela vai pra outro, ela pega árvore, mas ela tá sempre naquela região batendo foto. Ela fica deslumbrada com a beleza... Você está tão acostumado com a paisagem, né?... Que...mas de vez em quando você pára para admirar...

A busca pelo outro (no caso, a sua irmã que não mora na cidade) para explicar e justificar a sua relação com o Lago Paranoá pode ser entendida como aquilo que Benjamin destacara como sendo a motivação do narrador em compartilhar a sua experiência e valorar aquilo que é dito. Quando coloca a sua atuação em comparação com o outro, ausente no dia-dia da cidade e da sua vida, permite que o espectador visualize e atribua sentido àquela experiência, aparentemente repetitiva e rotineira, de uma maneira singular.

Todavia, ao observador mais atento e debruçado sobre essa janela aberta pelo narrador para a sua vida, algumas sutilezas também se mostram perceptíveis. A interação com um agente exterior à sua vida diária traduz-se numa provocação à sua própria maneira de ver e se relacionar com a cidade. Conforme dito anteriormente, as interações ocorridas entre os grupos e indivíduos e com seus círculos de atuação dinâmicos na sociedade das últimas décadas têm feito com que cada vez mais itens sejam agregados às feições identitárias, constituindo um amálgama cultural crescente. A sua percepção sobre o Lago Paranoá, juntamente com as suas memórias e experiências passam a sofrer influência da atuação de outras frentes representadas pela presença de outras pessoas (nesse caso, a sua irmã que vive fora do Brasil), desencadeando um fluxo de diálogo sobreposto entre culturas, cada vez mais frequente. Entendo que tal fenômeno liga-se aquilo que Stuart Hall chama de “descentração” do sujeito, ou seu deslocamento ou fragmentação das identidades<sup>127</sup>, causando um processo de reinvenção e transfiguração contínua, que é operado também na articulação das memórias no presente da fala.

Outro ângulo de visão permite verificar o quão variado podem ser as percepções a partir do momento e do ponto de fala. Tendo nascido e crescido em Brasília, sempre nas áreas circunvizinhas ao Lago Paranoá, o Sr. Marco Santos traz focos de luz direcionados por sua memória, trabalhados por suas construções mentais sobre o Lago:

---

127 HALL, 2006.

Acho que a primeira ideia que vem a cabeça é da condição de umidade do ar... assim, o aspecto físico... dele ter... da gente sempre ter ouvido que ele foi concebido por conta da baixa umidade da região... Eu tive essa ideia do lago durante muitos anos, a gente estuda na escola, que é por causa disso e tal, e... ai não sei, acho que hoje, esse conceito se ampliou um pouco, né? Tem a questão do lazer, é da paisagem, da beleza... Assim... De um lago na cidade, assim... eu acho que essas três coisas que vem principalmente na minha cabeça, assim, né? Uma coisa funcional, tem uma função bem específica, essas outras questões que, beleza, serve também pra outras coisas, serve pra... Assim tem uma condição de limpeza, não sei como falar assim...

Três aspectos saltam aos olhos de imediato quando o morador busca imagens e representações sobre o Lago Paranoá sendo, neste caso: umidade, lazer e embelezamento paisagístico. Entendo que tais ideias foram coletivizadas e compartilhadas em meio aos círculos que o narrador vivia, seguramente apontando para uma construção, disseminação e legitimação de ideias que buscavam agregar os cidadãos, mas que, na prática, acabava por silenciar sobre outras questões que envolviam a formação do Lago e o processo de ocupação de suas margens. O papel da escola nesse contexto é determinante e decisivo, pois, mesmo que tais temáticas não estivessem contidas nos currículos didáticos que abordavam a cidade, o imaginário era trabalhado e constituído, demonstrando que ocorria uma gradativa escala de investidas sobre o tema por parte das autoridades (representadas, neste caso, pelos professores), destacando a disputa por poder e espaços no contexto da memória sobre a cidade.

O interessante é que as noções associadas pelo morador acima em relação ao Lago Paranoá perpassam e adentram diferentes círculos e meios socioculturais<sup>128</sup>; e isto é explicado pela dinâmica das relações em que as pessoas interagem e ditam o ritmo de suas vidas. A teia de relações dos moradores de uma cidade é bastante intrincada e constantemente alterada, causando reflexos na relação dos moradores com a cidade, na forma como ela é percebida e sentida. Tais sentimentos são o combustível que azeitam a máquina da articulação memorial na construção narrativa, tal como Calvino mostrara as narrativas de Marco Polo<sup>129</sup>. Substancialmente, as suas memórias eram afetadas pelo momento em que exprimia seus sentimentos em relação às cidades que tentava descrever, explicar e fazer com que as mesmas estivessem presentes através de suas palavras. A sua ótica era influenciada pelo presente narrativo e por aquilo que o mesmo podia afetar em sua percepção.

---

<sup>128</sup> Ainda neste capítulo adentrarei as ideias sobre o Lago Paranoá sob a ótica de quem vivencia a cidade residindo distante do espelho d'água.

<sup>129</sup> CALVINO, 2003, passim.

Vejo certa correlação entre a prática anterior e os moradores de Brasília em relação ao Lago Paranoá. O que hoje ocorre com cada cidadão e com o Lago reflete sobremaneira na forma com que abordam e remodelam suas lembranças e experiências. No trecho abaixo, o Sr. Milton Fonseca tenta buscar, em sua vivência de quarenta anos de Lago Sul, a explicação para o que é o Lago para a cidade e o que ele representa hoje:

Para Brasília (o Lago Paranoá) é o pulmão da cidade no sentido que aqui, sendo um planalto central, uma altitude de 1000 metros acima do nível do mar, tem um ar rarefeito, quase sempre seco; um clima seco, uma região de cerrado, tem muito de aridez. Se essa variação que vem do semi-árido, é um semi-árido mais sofisticado, com intervalos de chuva e a vegetação mais verde, não é mais densa, é mais verde. Então eu acho muito parecido algumas características do semi-árido, muito sol, muito seco, baixa umidade né? Tem várias características do semi-árido aqui no cerrado aqui no planalto. Então eu acho que o (Lago) Paranoá é essencial para a cidade, como uma espécie de pulmão da cidade para melhorar a umidade. O ar da cidade muda, não sei se é possível, mas naquela época eles mediam as temperaturas lá, no Plano Piloto, *strictu sensu*, e no Lago (Sul) sempre deu diferença de até dois graus. Ele (Lago Sul) recebia, ficava mais próximo do Lago (Paranoá); pra você chegar no Plano Piloto você tem que subir bastante, aqui você está mais perto. Em alguns trechos as casas estão quase naquela parte ali da (QI) 15 entende? Se você passa a pista e vê casas de ambos os lados pro Lago, lembra disso? Não sei precisar o número das quadras, mas sei que conheço várias pessoas que tem barco, que mora... Tem barco porque eles usavam o barco para sair de casa fazer lazer no Lago. O Lago foi uma região muito valorizada como lazer, hoje não está. Eu tenho um amigo que mora ali naquela região da barragem, a barragem é um “fuzuê” nos sábados e domingos, não sei se você já esteve por lá.

Problematizar o objeto através das suas memórias torna-se um exercício de “vaivém” temporal sem, necessariamente, seguir determinada linearidade ou ordem cronológica de sucessão de fatos. O morador da cidade, residente à beira do Lago Paranoá, olha e vê vários momentos de sua vida refletidos na água e que dialogam com o seu “eu” presente. O ponto de inflexão de suas vivências e relação diária com o Lago é a sensação de frescor que o mesmo provoca através da umidificação do ar em suas proximidades, quando chega a comparar a temperatura da região onde mora com a do Plano Piloto.

Ao advogar em defesa da função vital do Lago Paranoá para Brasília, também lamenta a utilização do mesmo por outros indivíduos que descaracterizariam o Lago (“O Lago foi uma região muito valorizada como lazer, hoje não está. Eu tenho um amigo que mora ali naquela região da barragem, a barragem é um ‘fuzuê’ nos sábados e domingos, não sei se você já esteve por lá”). Provavelmente a sua categoria de “Lazer” não se enquadra e nem dialoga com a de outros moradores que também fazem uso do Lago, indicando a incidência de temporalidades diversas sobre o mesmo objeto. Além da apreensão diversa sobre a utilização e função do Lago, a

assertiva do Sr. Fonseca indica um conflito em torno dos espaços do Lago, uma disputa que fica evidenciada quando da presença de outros grupos que não tinham a “autorização” de frequentar e utilizar uma área restrita às camadas mais favorecidas economicamente e politicamente. Por que existiria um “fuzuê” próximo à barragem mas não próximo, por exemplo, ao Pontão do Lago Sul? A permissividade das conclusões sobre os usos do Lago demonstra que a fala do morador do Lago Sul restringe o Lago a quem, na sua visão, possui o direito e legitimidade de usufruí-lo, e não quem o “invade” causando balbúrdia. Tais construções mentais somente são possíveis diante de um processo de exclusão da maioria dos grupos e da população de Brasília das margens e orla do Lago, numa trajetória onde o Lago fora esquecido “intencionalmente” pelas autoridades em prol de uma apropriação exclusiva de suas águas por uma pequena parcela dos moradores da cidade.

Outra memória fortemente articulada em sua narrativa diz respeito ao semi-árido encontrado em Brasília, sendo o cerrado uma espécie de aridez mais branda do que aquela encontrada na região Nordeste, sua terra natal. O Sr. Fonseca tenta, então, encontrar e identificar, na cidade onde mora, elementos da natureza que o remetam a uma experiência anterior à chegada em Brasília, mas passíveis de serem trabalhados e apreendidos na sua identificação com o novo lugar de moradia. Neste contexto, surge o Lago Paranoá como item diferenciador do antes e do agora, representando um elo em torno de novas vivências numa cidade que também se faz sua. Percebo aqui, claramente, o pensamento de Bolle<sup>130</sup> ao refletir sobre Benjamin e Baudelaire, quando o sujeito é recorrentemente flagrado analisando a fisionomia da cidade enquanto analisa a sua própria; onde a cidade expõe seus elementos para que estes sejam incorporados aos sujeitos e às suas identidades e, mais ainda, às suas vidas.

As narrativas sobre si mesmo, sobre a cidade, e sobre o Lago Paranoá, indicam as formas com que o narrador dialoga com suas memórias e como as mesmas pautaram a sua formatação atual, demarcando o campo de suas vivências. O Sr. Adilson<sup>131</sup>, morador da Asa Norte, pôde reconstituir um panorama da sua trajetória no DF e, por meio de tal exercício, registrar momentos que funcionam como uma tentativa de interpretação e construção de sentido da sua própria fala, buscando respostas para aquilo que é dito:

Eu fiquei em Taguatinga, eu acho que uns 17 anos, 17, 18 anos, e minha vida foi com meninos de periferia, né? Meninos que iam pro parque shopping de ônibus, iam pro

<sup>130</sup> BOLLE, 1994, *passim*.

<sup>131</sup> Entrevista realizada em Brasília, em 08 de agosto de 2016, com 32:34 de duração.



clube primavera, que comiam na rua, que era irmão de traficante...Eu tenho até uma história que eu digo que se não... se eu não sáísse dali, eu não sei se eu... Acho que eu ia virar um 'mala', que meus amigos eram barra pesada, mas eu tinha amigos também, bem estruturado, de pessoas... Mas muito humildes, e... Era com esse pessoal, pessoal simples, humilde, de joga bola na rua descalço, esgoto passando na rua, aí depois que asfaltou, brincando de pique esconde até meia noite na rua, era uma coisa meio, um pouco parecida com Paracatu, de onde eu vinha, nós vivemos ali numa comunidade, que todo mundo se conhecia, era uma rua, um local que todo mundo se conhecia.

Interessante notar que nas falas dos moradores, as suas vivências estão, na maioria das vezes, ancoradas em um dia-dia mais restrito no que diz respeito ao fator geográfico. As atividades corriqueiras e leque de relações se desenvolviam bastante nas proximidades da vizinhança<sup>132</sup>. O clube que se frequentava era o que estava à disposição e acessível, por questões de localização e, certamente, por questões financeiras<sup>133</sup> que limitavam o acesso aos clubes da beira do Lago Paranoá.

O Sr. Adilson, assim como o Sr. Sílvio Lemos através de suas experiências, possui um prisma que remonta às passagens por outras localidades de Brasília, antes de se fixarem no centro (Asa Norte e Lago Sul, respectivamente). Tal percurso anterior de ambos, através de realidades trabalhadas e operadas de formas distintas pelos grupos que compõem a cidade (em relação ao Plano), pôde contribuir com uma visão do “antes” e o “depois” junto ao Lago Paranoá, o que acaba por realçar, de certa forma, uma relação de estranhamento inicial, que se transforma com o passar do tempo, para o morador e para o Lago:

Eu conheci tardiamente, mas hoje eu vivo muito o lago Paranoá, eu dou aula no Paranoá (RA), então eu passo pelo lago todos os dias, eu morei no Lago Norte, então eu tomava banho no lago norte muitas vezes. (...) Quando eu morei na Asa Sul eu fiz remo também no lago, ali na altura da AABB, então, antigamente eu tinha uma visão do lago de pescadores e poluição... então essas duas visões que eu tinha... Pesca e poluição, né. (...) Antes de morar, a visão que eu tinha de lago era isso. O lago é poluído, tem que passar por processo de despoluição, e cuidado com peixe que o pessoal compra lá, que não é... Aí eu lembro que eu passava por aquela ponte que leva ao Gilberto Salomão e via os pescadores lá de cima pescando, eu pensava "hum... peixe suspeito", porque eu trabalhei lá no Gilberto Salomão, lá no Bradesco, do Gilberto Salomão, então, mas era essa a visão que eu tinha do lago. Depois eu fui ver que o lago é incrível, eu comecei a desfrutar mais de um por do sol lá, mais de passeio com a família, de fazer remo, de brincar, de mergulhar lá e brincar...

<sup>132</sup> Conforme se verá mais à frente, isso era ainda mais marcante e presente nas regiões administrativas (“cidades-satélites”) do que propriamente no núcleo da cidade, qual seja, o Plano Piloto.

<sup>133</sup> O Clube Primavera foi um dos primeiros e mais tradicionais de Taguatinga. Fechou as portas por volta do ano 2000. Mais à frente, no subitem “Lago de longe”, pude conversar e conhecer experiências de outros moradores de Taguatinga que também citam o mesmo clube.

Pude perceber que o distanciamento ocorrido na fase inicial do Sr. Adilson em Brasília, até vir morar no Plano Piloto no final da década de 1990, influenciou de modo decisivo sobre o que ele, como indivíduo que constitui a cidade, podia apreender do Lago Paranoá e os espaços por ele proporcionados a Brasília. O Lago, para o morador, era pouco perceptível (“*Eu conheci tardiamente*”) traduzindo-se num elemento que, até sua mudança para o centro, não se mostrava íntimo na relação com a cidade. Com a diminuição da distância (“*mas hoje eu vivo muito o Lago Paranoá*”), o contato visual que a proximidade oferece passa a influenciar diretamente os espaços criados pelo morador ao longo de sua própria trajetória, agindo diretamente sobre a constituição de memórias sobre si e sobre o Lago. Os referenciais cronológicos, apesar de bastante fluidos e com o “ontem” e “hoje” altamente entrelaçados, reforça a ideia de que o Lago Paranoá passara por diferentes momentos ante a população de Brasília.

O Lago Paranoá teve um destaque permanente nas vivências e experiências dos cidadãos residentes em suas proximidades, entretanto, relativamente comedido (até certo ponto) como um agente interlocutor decisivo em relação à cidade de Brasília e nos espaços criados através de sua consolidação enquanto cidade. As relações, memórias e ideias trabalhadas em torno do Lago Paranoá teriam se desenvolvido de maneira diferente por indivíduos que tiveram suas experiências com a cidade pautadas por outra escala geográfica em relação ao mesmo? O ritmo de vida levado através de uma distância maior para o Lago Paranoá poderia exprimir sensações diferenciadas capazes de alimentar narrativas sobre uma outra cidade percebida e sentida através dos seus moradores? Através da expressão “Lago de longe”, procurei ver em que medida o Lago se inseriu em tais diálogos de definição com a terra e com a cidade de Brasília através da ótica de outro grupo de moradores.

### **3.2 Lago de longe**

A cidade de Brasília, que constitui município único e é formada em sua totalidade pelo território do Distrito Federal, possui uma série de micro-regiões e áreas internas com características diversificadas, tanto quanto a aspectos físicos e urbanísticos, quanto a aspectos sociais, econômicos e culturais. As regiões administrativas nasceram como uma força de ocupação do território de Brasília resultado da constante migração interna brasileira e da pressão

por moradia, onde as regiões centrais (Plano Piloto e Lago Sul, em especial) sempre foram marcadas pela presença de moradores com poder aquisitivo médio-alto, fazendo com que outras áreas obtivessem crescimento populacional significativo, ocorrido a taxas superiores às da região central na maior parte do tempo.

Brasília está inserida num contexto maior da falta de políticas públicas, de médio e longo prazo, para lidar com o crescimento urbano exorbitante que ocorrera na segunda metade do século XX (especial nas décadas de 60 e 70), e das exclusões socioeconômicas geradas por tal processo. Aldo Paviani diz que “O resultado da falta de planos com visão de futuro tem sido a concentração de atividades econômicas em algumas metrópoles, nas quais a expansão das periferias não foi controlada. Nessas periferias, a educação e a saúde pública mostram-se deficitárias, sendo incompatíveis com o crescimento populacional. Sob a ótica de sistemas urbanos, Brasília não ficou à margem desse processo e dos problemas que lhe são inerentes”<sup>134</sup>.

Embora a fixação de outros núcleos urbanos estivesse prevista na época do edital para a construção de Brasília<sup>135</sup>, não se pretendia compor a cidade, nas suas duas ou três primeiras décadas, com demasiada concentração populacional. Entretanto, “não se aperceberam os governantes que, como bem expõe o geógrafo Milton Santos, ‘produzir é produzir espaço’ e que, por isso, a construção do Plano Piloto estaria estimulando a migração interna e com isso agregando novos núcleos urbanos (cidades-satélites) ao DF. Essa inclusão de assentamentos corresponderia à expansão periférica ocorrida nas demais cidades como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e outras”<sup>136</sup>. Ou seja, a maioria das regiões administrativas (RA’s) de Brasília se formou sob a égide da migração e intenso crescimento urbano e, assim, da busca por moradias acessíveis do ponto de vista econômico, numa relação diametralmente oposta no que diz respeito ao centro geográfico da cidade, qual seja, o Plano Piloto. Desse movimento foram produzidos diversos núcleos populacionais à margem do centro político e administrativo da cidade, com distâncias que variam de cinco a dez quilômetros (Cruzeiro e Guará), até trinta ou cinquenta quilômetros (Ceilândia e Planaltina), a depender da RA.

O fato é que, na medida em que Brasília cresceu em população e se consolidou como cidade e centro demográfico, a constituição socioeconômica da maior parte das “cidades-

---

<sup>134</sup> PAVIANI, 2010, p. 228.

<sup>135</sup> APRECIACÃO do Júri. In: COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1991. p. 35.

<sup>136</sup> PAVIANI, op. cit. p. 228.

satélites” apresentou situações de exclusão ou retardamento no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos e ao emprego. Impera, ainda nos dias de hoje, a dinâmica do deslocamento ao centro para o desempenho de funções do trabalho e/ou usufruto de serviços, configurando várias das RA’s em grandes “cidades-dormitórios”.

Tendo por base tais características sócio-demográficas em relação a Brasília, entendo que as narrativas construídas em bases de experiências tão (pressupostamente) diversificadas em relação ao centro possam exprimir uma relação com a cidade de maneira minimamente diferente daquelas vistas anteriormente neste capítulo. Os sentimentos em torno da cidade que os rodeia exprimem as apropriações dos indivíduos para a sua constituição, assim como também a cidade molda-os através das relações produzidas ao longo do tempo em seu território. Penso que a história de uma cidade precisa ser contada por quem a vivencia de fato. Neste aspecto, vejo o Lago Paranoá como um ponto de interseção para verificar como se mostrou a sua presença/ausência nas vivências dos indivíduos; como seus espaços de atuação e produção de relações configuraram as relações de identidade perante os indivíduos.<sup>137</sup>

Recorro, mais uma vez, a Benjamin quando lembro a necessidade que o narrador tem de se fazer ouvido e quanto à esperança que tem da sua história ser passada adiante. Somente através da experiência se dá tal processo, sendo a memória o catalisador de imagens que o impulsiona. E mais: parece ser ainda mais imperioso aos grupos e indivíduos menosprezados e excluídos das histórias tradicionais “agarrar” qualquer chance, possibilidade, que possam ter para se sentirem ouvidos e, através do compartilhar, agir sobre o presente na expectativa de transformá-lo. Através da rememoração os indivíduos conseguem articular o presente, dar vazão à todas as suas qualificadoras e componentes de constituição trabalhados ao longo do tempo, porém, sempre com as feições e aspirações do momento em que a narrativa é expressa ao ouvinte.

Neste contexto, pude conhecer algumas narrativas e trajetórias de vida em Brasília. Dona Gilda<sup>138</sup> é mais uma das pessoas que tive a oportunidade de ter contato e de enxergar a história da cidade através de outra ótica. Moradora de Taguatinga, a região administrativa mais antiga de Brasília, chegara da zona rural paraibana, no final de década de 1960, quando a família resolvera “apostar” a vida na nova capital; desde então residiu somente em Taguatinga em toda a sua vida

---

<sup>137</sup> No capítulo 2 foi apresentada a situação da RA do Paranoá, antiga Vila Paranoá, como o maior expoente próximo ao Lago no que diz respeito à formação das “cidades-satélites” de Brasília, e de como a mesma constituiu-se como um grande espaço de luta numa área de privilégios concedidos pelo poder público a algumas poucas parcelas da população.

<sup>138</sup> Entrevista realizada em Brasília, em 07 de setembro de 2016, com 26:47 de duração.

na cidade. Desempenhou inúmeras atividades profissionais: serviços domésticos, feirante, costureira, comércio, administração pública. Nas quatro décadas de moradia na RA atuou (e ainda atua) junto à comunidade através da Associação de Moradores de Taguatinga:

Quando eu cheguei, a primeira semana em Brasília, eu trabalhei na Vila Dimas (em Taguatinga Sul), na casa de família, tirando água de uma cisterna. Uma família com casal e mais 13 filhos. Eu trabalhei nessa casa de família pra comprar um pacote de arroz pra criar o meu filho... Eu lavava roupa dois dias e puxando água da cisterna, que antigamente não existia água encanada, era água de cisterna. Puxando água no balde, lavando essas roupas e passando. Roupa de 13 pessoas no ferro daqueles de brasa. Não existia eletricidade, era lamparina. Eu cheguei nessa casa, eu era tão pobre. Eu comprava um pacote de arroz pra comer dois meses... Eu cozinhava naqueles fogareiros, naquelas... Não tinha fogão. Já sofri muito nessa Brasília, mas hoje eu me sinto uma rainha em poder ajudar essa gente.

A descrição das condições em que residira quando da sua chegada em Brasília só faz sentido ao ser colocada em perspectiva e comparação com a sua situação no momento em que externaliza suas memórias. Tal trecho destaca ainda que, mesmo após mais uma década de oficialização de Brasília e de Taguatinga<sup>139</sup>, as condições de moradia e habitação fora do centro (Plano Piloto) ainda eram bastante limitadas. Entretanto, Dona Gilda, ao recobrar a sua trajetória de quarenta anos de Brasília, se coloca como uma vencedora, indicando que somente por causa de uma atuação que desenvolvera junto à comunidade, pôde se sentir realizada (“Já sofri muito nessa Brasília, mas hoje eu me sinto uma rainha em poder ajudar essa gente”), pois os anos de trabalho junto à associação de moradores fez com que os vínculos com Taguatinga fossem realçados a todo tempo durante as suas narrativas:

Primeiros anos que eu cheguei aqui em Brasília o que mais marcou... É que a gente trabalhava muito e aqui era muito tranquilo. Brasília era mais tranquila. Hoje é que tem essa violência louca, né? Esse trânsito louco... Brasília, com toda luta que a gente tinha, mas aqui era bem mais tranquilo. Bem mais tranquilo. Nós tinha... Aqui tinha umas áreas de lazer, chamava "Clube Primavera". É. O Clube Primavera. Tinha o clube dos 200, que... Das QN... QSB. Clube dos 200. E tinha o CIT. Então eram os únicos divertimentos que a gente tinha... Era muito legal esses clube aí... A gente trabalhava muito mas se divertia muito também. A população de Taguatinga usava bastante esses clubes. Usava muito. (Sobre os clubes da beira do Lago) Não conheci nenhum. Aí, depois criaram esse parque... Parque Saburo Onoyama. Mas eu quase não frequento muito porque lá dá muito vagabundo.

---

<sup>139</sup> Taguatinga foi estabelecida como núcleo urbano em 1958, antes mesmo de inaugurada Brasília. Surgiu como uma tentativa de erradicar as aglomerações de barracos junto à Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante) que se instalavam devido às crescentes levas de migrantes que chegavam no final da década de 1950.

Os relatos e depoimentos de Dona Gilda dão a tônica de como se configuravam várias das relações de lazer para os moradores de Taguatinga, especialmente entre os anos 70 e 80, décadas mais presentes nas suas narrativas. Esta região administrativa, por ter rapidamente se articulado numa alternativa de moradia aos que chegavam ao Distrito Federal, pôde desenvolver espaços de interação entre os moradores externos e paralelos às opções do Plano Piloto, tal como é ressaltado em relação ao Clube Primavera, largamente utilizado pela população nos períodos mencionados. O Lago Paranoá, juntamente com seus clubes, se constituía como um lugar distante e dificilmente acessível, tanto pelo meio físico quanto pelo meio econômico (“Não conheci nenhum”). Essa observação, apesar de rápida em meio à quantidade de informações apresentadas, indica que os sentimentos e percepções nos espaços urbanos em que transitou ao longo dos seus quarenta anos de Brasília, não apreendeu o Lago como um elemento do seu viver e dos demais moradores em que tinha contato. Os grupos os quais convivia, e que lhe forneciam referências para sua formação, também não tiveram o Lago Paranoá como item próximo e determinante em suas vidas, provavelmente pelos mesmos motivos da Dona Gilda.

Este sentimento também se reflete em outras experiências em torno da relação cidade-Lago que tive contato por ocasião deste trabalho. A Sra. Ivoneide<sup>140</sup>, nascida em Brasília no início da década de 1970, e que passara a quase totalidade da sua vida como moradora de Taguatinga, corrobora com a percepção de espaços da cidade surgidos quase de maneira autônoma, reflexo da atuação e dinâmica dos moradores no sentido de estruturar ambientes nas proximidades (leia-se “vizinhança”) do seu dia-dia:

Eu lembro que quando eu comecei a trabalhar... Muito cedo, com uns 16,17 anos eu já trabalhava fora.... Aí a gente no final de mês recebia o pagamento.... Eu e minha irmã a gente ia pra lá (Lojas Americanas, em Taguatinga) ...Era pra lanchar.... Nossa era bom demais....Muito bom.... E toda comunidade de Taguatinga acho que ia pra lá....E o Cine Lara! O Cine Lara era outro também que era o único cinema que a gente tinha em Taguatinga, né?...Todos os outros eram no Plano e o Plano pra gente era muito longe...

O exercício de rememoração, tanto da Dona Gilda quanto da Sra. Ivoneide, dialoga diretamente com a vida em sociedade e representações coletivas de determinada época ou período. Ambas insistem em afirmar as suas experiências como representantes de algo maior, qual seja os círculos socioculturais em que estavam inseridas. Entendendo que “toda” a população frequentava o Clube Primavera e o Cine Lara, as narradoras têm as suas memórias

---

<sup>140</sup> Entrevista realizada em Brasília, em 11 de setembro de 2016, com 24:48 de duração.

amparadas por um grupo maior que as legítimas, tentando fazer maior o grau de “veracidade” nas mesmas. Trata-se da formação da memória concebida por Halbwachs, pois o coletivo poderia ser constituído a partir das relações entre os indivíduos e a vida em sociedade. Embora não aprofunde e nem reconheça a memória individual como um fenômeno representativo, o pensamento de Halbwachs<sup>141</sup> é importante para ressaltar que a memória também padece do compartilhamento e da construção coletiva, essencial para a compreensão dos modos de vida e configurações dos grupos e dos sujeitos. Tal assertiva vai ao encontro do que Benjamin<sup>142</sup> relacionara entre o narrador e as suas memórias, recorrentemente trabalhadas através da narrativa. As demandas, expectativas e experiências dos sujeitos são uma maneira de explicar o presente, onde o próprio narrador se situa no tempo (não necessariamente o cronológico) e na coletividade, e esta pode ser alcançada e representada de maneiras diversas e ilimitadas, tais como o seu viver *com e na cidade*.

Em se tratando de não haver uma rotina perto do Lago Paranoá, as moradoras tentam encontrar argumentos e descrições que possam justificar o “porquê” da não-assiduidade em relação ao mesmo. Haveria alguma diferença naquilo que os moradores mais próximos registraram? Sim e não:

Eu nunca fui no lago Paranoá... Nunca entrei. O máximo que eu já fui foi em alguns clubes que eu fui em festa e que era na beira do Paranoá. Só. (...) Olha, eu acho assim, o lago era uma coisa que tinha que ser pra todos... né? Só que infelizmente ele foi monopolizado pelo pessoal ali que mora naquelas margens, né? E hoje é que estão tentando liberar pra toda população... então eu acho que isso influencia muito, a gente que morava aqui em Taguatinga de um poder aquisitivo muito baixo e pra gente se transportar pro lago, que era só quem tinha dinheiro e até hoje é né?... Tem que ter muito dinheiro... a gente acaba que... Não consegue entrar na situação, até hoje eu tenho condições de ir no lago, mas não é uma coisa que me atrai. Eu acho que foi uma coisa que colocaram e depois poucos manipularam aquilo ali, e agora, acho que agora que eles tão começando a abrir o lago pra toda a população... principalmente a população mais carente, que tem um poder aquisitivo menor... e que antes não ia porque achava nem podia...

---

O Lago Paranoá era podre. Por isso que a gente nunca frequentou. Era podre porque aquelas redes de esgoto daquelas mansões caíam tudo lá dentro. Então, quase não frequentei muito o Lago por esse motivo. Eu parabenezo o Rollemberg (governador do Distrito Federal) por ter tido essa atitude de diminuir aquelas mansões que estavam poluindo muito o Lago, com a Bruna, né? Da AGEFIS, dessas últimas derrubadas que tiveram. Melhorou muito... Agora tá começando uma frequência... (...) Eu vejo umas

---

<sup>141</sup> HALBWACHS, 1990, passim.

<sup>142</sup> BENJAMIM, 1987, p. 230.

reportagens que vai muita gente de Ceilândia, do Guará... De Taguatinga também. Tá indo, tá sendo bem frequentado lá.

As narrativas acima permitem inferir que o distanciamento era muito mais que geográfico: era socioeconômico. Não se referiram à falta de estrutura e suporte das suas margens, mas sim à dificuldade para se chegar até elas. O Lago Paranoá (assim como as suas margens), para essas pessoas, fora apreendido como um espaço restrito a uma parcela da população de um poder aquisitivo maior, entrelaçado à representação do mesmo como um espaço de atuação apenas para uma camada privilegiada e autorizada a utilizar aquelas áreas (“antes não ia porque achava nem podia...”); era tido como um local destinado às mansões e seus esgotos<sup>143</sup>, tratando-se de um local cuidadosamente direcionado para apenas um grupo pouquíssimo numeroso da população. Entretanto, em vista de acontecimentos mais recentes, as moradoras indicam uma mudança de sentido em relação ao Lago para elas e para os grupos que pertencem (e pertenceram; a vizinhança, por exemplo) e demais populações anteriormente excluídas de Brasília.

Isso ocorre porque o passado é buscado no presente dos fatos da narrativa, onde ambos são articulados através da memória, permitindo a construção de uma perspectiva diante do horizonte e futuro, num movimento instantâneo e, porque não dizer, “natural”. O Lago é um

---

<sup>143</sup> O Lago Paranoá já atravessara períodos de forte contaminação de suas águas, indicando níveis altos de poluição e com várias áreas restritas para o consumo e para o banho. Principalmente durante as décadas de 1970 e 1980 houve derramamento contínuo de dejetos de esgoto no Lago, advindos principalmente das Asas Sul e Norte, Lago Sul e Lago Norte, além dos afluentes do Córrego Riacho Fundo e Bananal, início da raia sul e norte, respectivamente. O tratamento efetivo somente se daria a partir do início dos anos 90, a partir da instalação das estações de tratamento de esgoto (ETE's) Sul e Norte, com ações de mais concentradas e direcionadas do esgoto sanitário, além de melhores condições de estrutura e tratamento das áreas do Guará e do Riacho Fundo. Segundo informado pelo sítio da Agência Nacional de Águas (ANA): “O programa de despoluição, que teve início entre 1993 e 1994, com investimentos de US\$ 600 milhões, permitiu que exista, atualmente, uma área de 70% de excelente balneabilidade. Nas imediações das estações de tratamentos de esgoto sul e norte, no início dos braços do Riacho Fundo e do Bananal, a água é imprópria. Juntas, elas recebem 1,7 mil litros de esgoto por segundo e removem 90% dos nutrientes fósforo e nitrogênio. Ambos são responsáveis pelo crescimento excessivo das algas, pela redução da transparência e pela consequente diminuição de oxigênio. Fernando Starling, chefe da unidade de monitoramento e informações de recursos hídricos da Caesb, explica que a concentração de fósforo na água do lago caiu em cerca de 70% (de 70ug/l, em 1992, para 20ug/l, a partir de 1999). A quantidade de microalgas indesejáveis também foi reduzida de 90 ug/l, em 1992, para 5 ug/l, a partir de 1999. ‘O tratamento também trouxe benefícios em relação à transparência da água. O lago passou de um ambiente totalmente turvo - nas décadas de 1970, 1980 e 1990, era impossível enxergar a mais de 50cm - para um ambiente de águas com transparência’, diz Starling. ‘O Lago Paranoá deixou de ser o pior exemplo de lago urbano brasileiro, poluído em tempo recorde, para se tornar o melhor caso de despoluição bem-sucedida desse tipo de lago tropical no planeta’, completa. Acessado em 29 out 2016 (<http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?List=ccb75a86-bd5a-4853-8c76-cc46b7dc89a1&ID=10378>). Atualmente, a Companhia de Abastecimento e Saneamento de Brasília (CAESB), realiza medições constantes e acompanhamento da qualidade da água do Lago Paranoá. Segundo a CAESB, o índice de balneabilidade da água em 1966 era de 58%, sendo o índice atual de 92%, e mais: ‘A concentração de Fósforo Total e do Nitrogênio foram reduzidos drasticamente, impedindo o aparecimento de algas e novos desastres ecológicos, tais como, o ocorrido em 1978’.



espaço constantemente transformado e que, por isso, as narrativas dialogam com o ontem e o hoje. As moradoras acreditam estar presenciando uma época de transformações, pois os meios os quais transitam atualmente podem indicar que estão dialogando com outra realidade que se projeta sobre os moradores e o Lago Paranoá.

No último quinquênio, a população de Brasília vem acompanhando sucessivos embates entre representantes do poder público e de algumas associações de moradores (sobretudo do Lago Sul) em torno da ocupação das margens do Lago Paranoá. Um debate que se iniciou no início da década de 1990 e que tem se prolongado até os dias atuais. As edificações e intervenções (sobretudo os cercamentos) na orla do Lago tem sido alvo de movimentos de desobstrução por parte do poder público com vistas a garantir o acesso e utilização pelo público (em geral) das margens do Lago. Entretanto, estas ações sofrem incessante “vaivém” de autorizações e suspensões pelas vias judiciais, em decorrência, sobretudo, de liminares impetradas na justiça em prol dos moradores que ocupam as áreas públicas em torno do Lago.

O debate citado acima diz respeito à execução de um plano diretor para ocupação das margens do Lago Paranoá, formado através de um grupo de trabalho entre a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Departamento de Turismo do DF (DETUR) em 1992, com vistas a criar mecanismos de cooperação técnica e financeira em torno de um plano turístico para Brasília; tal plano fora posteriormente denominado “Projeto Orla – Revitalização do Lago Paranoá”. Após dois anos de debates e trabalhos, chegou-se a uma proposta e estratégia de ações a serem tomadas; segundo Apoena Parente:

A proposta do Projeto Orla visava proporcionar articulação entre a cidade e o Lago Paranoá, tornando-o vivenciável através da organização da ocupação de suas margens e, com isto, recuperar a ideia original de Lúcio Costa de conferir uma quarta escala, a bucólica, como sendo uma das escalas da cidade. Conforme cita o Relatório de Atividades do Projeto (1998: pg 13) ‘o objetivo do projeto é transformar a orla do Lago Paranoá, até então restrita aos moradores do lago e aos clubes, em um grande pólo de lazer e turismo aberto a toda população e aos visitantes da cidade<sup>144</sup>.

Destacando as passagens “tornando-o vivenciável através da organização da ocupação de suas margens” e “orla do Lago Paranoá, até então restrita aos moradores do lago e aos clubes”, depreendo que as moradoras, Dona Gilda e Ivoneide, estão em consonância com os pressupostos

---

<sup>144</sup> PARENTE, Apoena de Alencar. **Lago Paranoá: lazer e sustentabilidade urbana**. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2006. p. 80.

em que se baseou o Projeto Orla. Mesmo percebendo que as vivências de outrora em relação ao Lago foram limitados, no que diz respeito à frequência em suas margens e contato visual com o mesmo, as moradoras de Taguatinga se sentem participantes e legitimadas no processo de retomada das margens e tentativa de desobstrução por parte do poder público. Isso indica uma reflexão não necessariamente em torno de suas vidas (no sentido restrito ao indivíduo), mas na reconquista de um espaço que consideram ser de todos os moradores da cidade, independente do posicionamento geográfico, condição socioeconômica ou local de moradia. Embora as moradoras não argumentassem com base nos desígnios primordiais de Lúcio Costa (como assim o fez o grupo de trabalho acima), entendem que os grupos onde se inserem e que participam, foram aliados da convivência com o Lago Paranoá, e que os arranjos em torno da retomada e “redistribuição” da orla é mais que justificado. Considero este processo mental como uma tentativa de explicar o mundo em que vivem com base nas memórias e articulações do passado de vivências na cidade. O “justificar” das narrativas traz de volta também o que foi “experienciado” e, mais que isso, o explica e o direciona de uma maneira viva, pois ainda é constantemente trabalhado.

Outras duas moradoras distantes do círculo central da cidade puderam fornecer mais subsídios aos diálogos e vivências com o Lago ao longo dos últimos quarenta e cinquenta anos de Brasília. Dona Telma, residente na Ceilândia há quarenta anos, e Dona Thereza, moradora de Planaltina há mais de cinquenta anos.

Dona Telma<sup>145</sup>, natural da Bahia, reside no mesmo conjunto<sup>146</sup>, no Setor “O”, da Região Administrativa de Ceilândia, há 36 anos; veio com seus pais no início da década de 1970 e, como a maior parte da população das três primeiras décadas em Brasília, buscava condições melhores de trabalho e moradia do que as que usufruíam na zona rural de Barreiras, sua cidade natal do oeste baiano. Após se estabelecer primeiro no Gama, junto com a família, foi morar em Ceilândia após casar-se, residindo no mesmo lote/casa até os dias de hoje (ao menos até o momento em que pude conhecer sua trajetória), e sem pretensão de sair do local.

Em seu falar, acerca da vivência na cidade de Brasília ao longo de quase quatro décadas, não pude perceber indícios de uma proximidade ou constância minimamente afetiva com o Lago

---

<sup>145</sup> Entrevista realizada em Brasília, em 08 de setembro de 2016, com 25:21 de duração.

<sup>146</sup> É comum no endereçamento de Brasília a denominação de “conjuntos” como subdivisão das “Quadras”, como o logradouro central ou localidade menor da RA. Daí existirem poucos lugares no Distrito Federal com a terminologia “rua”, sendo o “conjunto” como o equivalente mais próximo.

Paranoá. Inclusive, o fato de seu marido trabalhar como marceneiro 35 anos na AABB, no Setor de Clubes Sul, não fez com que o personagem “Lago” fosse mais presente em sua vida:

O Lago Paranoá de primeira, eles só falavam em poluição, não era? Era muito poluído não era? Depois foi que eles fez tratamento na água, não é? Aí que melhorou, que o pessoal começou a pescar, andar naqueles barco lá...Jet ski... Meu marido trabalhou 35 anos na beira do Lago Paranoá na AABB... Ele aposentou lá... Ele trabalhava lá de marceneiro, trabalhou 35 anos na beira do lago Paranoá... Dizia que era bom (Lago)...A gente ia lá de vez em quando, no tempo de festa, que era muito bom, sabe? Lá na AABB, muita festa boa pra valer né? Hoje em dia tem, mas não é como de primeiro... Meus meninos eram pequenos...

A narrativa em torno de um contato com o Lago se dá numa condição de trabalho específica do seu marido, que por muito tempo teve um dia-dia próximo ao Lago; o seu rememorar em relação ao espelho d’água se dá através de festas ocasionais no clube e na sua condição anterior, de poluição, que não se constituía como um fator atrativo (e sim repulsivo, conforme já relatado anteriormente pela narrativa da Dona Gilda) para as suas proximidades. Entendo que a narrativa contida sobre o Lago (“Disse que era bom”) demonstra uma não-familiaridade com o mesmo, ou, pelo menos, não de forma decisiva.

Entretanto, o que mais chama atenção na narrativa de Dona Telma, é o fator exclusivista em torno de uma área constituída sobre o Lago Paranoá (Clube AABB) e a presença diária do seu marido em suas margens. Por três décadas desempenhara atividades laborais junto a um espaço que, apesar de comum à vista, não lhe era permitido usufruir e nem se familiarizar (no sentido de acolhimento e se apropriar daquele espaço). A sua vivência perante o Lago se limitava ao exercício de funções relacionadas ao seu trabalho, única e exclusivamente. Tal informação reforça a ideia de que as margens do Lago se fizeram utilizadas e entranhadas nas vivências de uma parcela reduzida dos moradores de Brasília, fazendo com que as áreas de contato com os mesmos se reduzissem às mansões beira-lago e aos clubes, que não eram, de maneira alguma, uma expressão do usufruto e presença do morador comum (“A gente ia lá de vez em quando, no tempo de festa, que era muito bom, sabe?”).

E mais: reforço tais conclusões tendo como base o pensamento de Pollak<sup>147</sup> em torno da memória coletiva e o compartilhamento de experiências, onde a construção daquela não está presa a um espaço e tempo específicos, mas transita através da socialização e convivência entre os indivíduos e os grupos os quais pertencem e/ou interagem. O fato de seu esposo trabalhar por

---

<sup>147</sup> POLLAK, 1992, passim.

35 anos junto às margens do Lago e não alimentar o imaginário de sua esposa (e sua família) em relação ao mesmo revela uma situação onde não existia um protagonismo mínimo do Lago no dia-dia da sua vida, pois o mesmo não era compartilhado e nem algo digno de ser disseminado no âmbito familiar, sendo somente lembrado pela poluição que outrora imperou e suas águas e por raras participações em festas na AABB. Penso que, para o marido de Dona Telma, e consequentemente para toda sua família, a relação com o Lago que se permitira ter era tal qual somente como a dos trabalhadores domésticos nas casas e condomínios instalados nas suas margens, onde imperava a relação de proximidade visual mas, em decorrência das relações sociais (muitas vezes implícitas), sem a sensação de posse e acolhimento por aqueles espaços em torno do espelho d'água. À família de Dona Telma eram concedidos “indultos” ocasionais de acesso e contato com o Lago Paranoá quando eram realizadas festas onde a presença dos trabalhadores do clube era permitida.

Ainda segundo Pollak, determinados acontecimentos não presenciados pelo sujeito podem se tornar pontos de inflexão e referenciais num círculo de convivência se tiverem a devida apropriação e um trabalho desenvolvido e constante no grupo, podendo chegar a um ponto onde não faz diferença se todos presenciaram ou vivenciaram *in loco* o que é narrado e apresentado ao ouvinte (os chamados “acontecimentos por tabela”), constituindo a identificação com determinada época e lugar, qual seja, através da memória herdada, permitindo que mais elementos sejam agregados ao rol de apropriação com a cidade em que se vive. Assim, entendo o ocorrido com a família de Dona Telma em relação ao Lago Paranoá: acessível, porém não determinante para sua identificação como moradores de Brasília.

No outro extremo da cidade, tive a oportunidade de ouvir as narrativas de Dona Thereza<sup>148</sup>, residente há mais de cinquenta anos em Planaltina. Esta região administrativa integrava o município goiano de mesmo nome que existia anteriormente à criação e construção de Brasília, sendo sua área incorporada à do Distrito Federal por conta da mudança da capital. Tratava-se de um pequeno núcleo urbano, composto por poucas ruas e casas, distante cerca de quarenta e cinco quilômetros do centro do Plano Piloto. Embora tenha sido redesenhada, aos poucos, pelo desenvolvimento e consolidação da capital, ainda possui preservados alguns itens urbanísticos do seu antigo núcleo. A narradora, moradora antiga desta localidade, refez trajetos e percorreu novamente a sua vida e suas experiências em busca daquilo que é mais cintilante aos

---

<sup>148</sup> Entrevista realizada em Brasília, em 05 de setembro de 2016, com 30:55 de duração.

seus olhos, ou melhor, aos olhos de hoje, construindo análises e forjando suas memórias em relação à cidade:

Aí depois o meu pai morreu, a gente ficou só com a minha mãe; nós mudamos lá daquela rua lá mais pra baixo, na mesma Vila Vicentina, e a vila foi crescendo. Aí, na frente da nossa casa, criou-se a... Uma praça bem legal, que lá tem uma escola... Isso foi na nossa infância, que foi em 1970, 70 e poucos... Mais de quarenta anos. Então, é... Tem uma escola que hoje é a escola 05, uma igreja, e uma praça. A gente até brincava muito dizendo assim: aqui a (na escola) gente estuda, namora na praça e casa na igreja.

Através do lembrar de Dona Thereza são percebidos elementos de uma rotina que era centrada na vizinhança, com os requisitos sociais preenchidos em torno de um espaço urbano que se formara por meio de intensas e incessantes relações e troca de experiências entre os indivíduos: a escola, a praça e a igreja. Os grupos originados de cada um desses círculos são concêntricos e crescentes no sentido de abarcar os demais ou, ao menos, possuírem algum nível de interseção entre os sujeitos que os compõem, indicando substancial coletivização das experiências e vivências em torno de um ambiente. Assim, considero que várias de suas memórias e visões de mundo foram, de alguma forma, compartilhadas e apreendidas por seus colegas, vizinhos, familiares e amigos<sup>149</sup> e trabalhadas nos círculos acima citados.

A relação dos moradores de Planaltina com o centro de Brasília (Plano Piloto) não pode ser analisada sem se levar em conta os diversos e marcantes distanciamentos nas três primeiras décadas pós-inauguração da nova capital. Apesar de anterior à transferência, a localidade não gozara de nenhum privilégio ou característica especial com o advento de Brasília:

É... Parecia assim... Planaltina, de certa forma, parecia uma cidade muito pobre. A impressão que a gente tinha era que Brasília era os nossos pais, os nossos pais ricos que moravam lá, e a gente tava aqui dependendo deles. Planaltina, tudo que a gente precisava era no Plano Piloto. Porque, ó... Condução aqui naquela época a gente tinha ônibus de 8 em 8 horas.

As vivências se desenhavam frente a um ambiente restrito, menor (“praça, escola e igreja”), porém, sem perder de vista o poderio central e dependência de serviços básicos oferecidos e disponibilizados apenas no Plano Piloto; daí a conferência de “paternidade” ao centro da cidade que, a despeito das dificuldades, também era lembrado e buscado. E dentro de

---

<sup>149</sup> Não posso deixar de registrar, contudo, que as narrativas construídas expressam também a constituição de sentido (sobre o mundo) individual, possuindo em seu âmago, as memórias entrelaçadas à experiência de cada sujeito.

tal busca e consideração, foi possível estabelecer algum nível de relação com o Lago Paranoá? Pois, conforme visto em algumas narrativas atrás, o contato com o mesmo não parecia se dar de forma frequente, o que acabava por limitar, também, os níveis de apreensão e sentimentos em relação ao mesmo nas décadas iniciais de Brasília:

O que eu lembro, assim, não muito, mas o que lembro do Lago é quando a gente tava... Fazendo o primeiro grau, é... Tinham muitas excursões daqui de Planaltina pra lá, pra conhecer o lago. Muitas vezes. E a gente ia. Eu lembro que tinha uma professora nossa aqui, a Selma Guimarães, que até depois foi administradora de Planaltina, ela fazia muito essas excursões: ‘Nós temos que conhecer a nossa cidade’. E eu lembro de uma fala dela que dizia assim ó: ‘Brasília originou do Lago Paranoá’. Eu até não entendi muito como é que era essa... Essa origem que o Lago tinha dado pra Brasília, né? Segundo a fala dela. E ela dizia assim : ‘Ó, gente, essa aqui é a nossa praia. Todo brasiliense precisa conhecer o lago.’ E dizia: ‘É a nossa história’. Porque a pedra fundamental foi lançada aqui em Planaltina, você sabe, né? Então ela falava muito isso. Olha porque Brasília precisava de ter uma, um local onde fosse úmido, que tivesse condições de ter água pra todo mundo, e o Lago Paranoá representou isso pra Brasília. E... Era mais ou menos assim. Quando você começava a fazer o primeiro grau um dos primeiros programas nossos era conhecer o lago. Planaltina... e tal ‘Você já foi conhecer o Lago?’ Que a gente não tinha muito essas idas ao Plano igual tem hoje, né? Porque hoje, se você quer ir ao Plano e você não tem carro, você pode ir pelo ônibus e rapidinho tá lá...

O trecho narrativo de Dona Thereza é recheado de indicações e representações que trazem o presente e o passado juntos, lado a lado, unidos pela experiência individual e coletiva, retrabalhada no sentido de explicar o que a constituiu como sujeito dentro daquela teia de relações. Enquanto moradora de Brasília, apresenta o seu “eu” de forma que os seus traços identitários possam ser visualizados e compartilhados com os meios sociais em que viveu (e, de certa forma, ainda vive), fomentados pela figura da professora que intentava representar o Lago como algo decisivo para a cidade de Brasília e assim, por consequência, também decisivo para os habitantes. Era preciso conhecer o Lago; conhecê-lo era conhecer a sua cidade e conhecer a si mesmo.

O artifício das “raízes históricas” foi lançado, assim como o espelho comparativo do Lago Paranoá com o litoral (“a nossa praia”), de maneira a se estabelecer um vínculo, mesmo que mínimo, entre aqueles grupos e um objeto até então distante geograficamente (a organização de excursões denota tal constatação), mas candidato a elemento definidor e simbólico para aqueles moradores. Entendo que a medida do esforço pode ser verificada a partir do momento em que, mesmo se estando a mais de mil quilômetros de qualquer contato com ambientes litorâneos, a professora compreendia o grau de familiaridade e inserção das praias junto às grandes cidades

brasileiras e seus habitantes (tendo a sombra do Rio de Janeiro, antiga capital, como o maior expoente desse entendimento) e tentava, então, reproduzir este modelo de apreensão do natural para os moradores da nova capital.

Contudo, mesmo com relativo grau de sucesso na internalização de tais ideias junto aos “planaltinenses”, o rememorar da Dona Thereza revela como as lentes do presente visualizam como se constituía o processo em torno do Lago e os moradores de Brasília, reforçando a assertiva Benjaminiana de que a memória dialoga com os três espectros do tempo (futuro, presente e passado), buscando dar voz aos grupos e quebrar silenciamentos cuidadosamente construídos:

Tem um pessoal morando lá do lado e dá a impressão que... Que eu vejo ali, que o pessoal que mora ali do lado tomou posse dele, como se não fosse uma coisa pública. Não que... Não tô afirmando que eles tomaram posse, mas é a impressão que se tem. Porque, você não vê, assim... Planaltina sair pra visitar o Lago, Taguatinga ir visitar... A gente passa por ali, né? (...) Pelo menos, assim, em relação à importância que a gente dava antigamente, que aquilo ali fazia parte do nosso currículo, né? Pelo menos na minha época fazia parte do currículo...

Assim como outros moradores de áreas que não são próximas ao Lago, Dona Gilda externalizou um pensamento em que o mesmo passara por um processo de restrição gradual junto à população geral da cidade. Sua compreensão deste fenômeno parte de um período de grande contato e tentativas de significação do Lago Paranoá como agregador da cidade de Brasília e parte, posteriormente, para a conclusão de que já não são mais os mesmos espaços que conhecera, pois não somente quem mora perto “tomou conta” do Lago como as pessoas de outras localidades não se interessariam mais pelo mesmo, pelo menos não na medida em que se fazia nas décadas de 1960 e 1970, com Brasília ainda bem “jovem”.

Por último, registro neste trabalho a trajetória do Sr. Nilton<sup>150</sup> dos Santos, capixaba de nascimento e que já residiu em Brasília em diversos lugares: Taguatinga, Lago Sul, Sudoeste e, nos últimos anos, em Águas Claras.<sup>151</sup> O Sr. Nilton trabalhou na construção civil e atuou na construção de casas nas quadras e conjuntos do Lago Sul, região administrativa de Brasília. Na verdade, considero as suas construções narrativas como um ponto de interseção entre os dois grupos aqui trabalhados, moradores próximos e longe do Lago. Pude perceber em seu falar itens

<sup>150</sup> Entrevista realizada em Brasília, em 11 de setembro de 2016, com 44:36 de duração.

<sup>151</sup> Minha escolha por incluir este depoimento no grupo dos residentes longe do Lago se deve ao fato de que, no momento da entrevista, já possui o olhar de quem não tem o Lago como algo constante quanto ao fator “moradia”.

que remetem tanto a experiências exteriores quanto interiores no que diz respeito à convivência com o Lago Paranoá, sendo, por isso, um ponto de vista relevante a se considerar neste trabalho:

Nada, não tinha quase nada. Ali, por exemplo, da QI 05, pra cima, Gilberto Salomão, não tinha nada. Não tinha ponte. Então, até o Gilberto ali, era um movimento. Eu construí na QI 01, QI 03, QI 05... Muita casinha assim. Casinha de vender por 140 mil. Na época você comprava um lote por 7 (mil), gastava um bocadinho, 70 (mil), e vendia por 140 (mil).

Em decorrência da sua natureza profissional, o Sr. Nilton estabeleceu um vínculo memorial e afetivo com o Lago no Paranoá de forma prática e objetiva profissionalmente, pensando em como o mesmo influenciou na vida dos moradores de Brasília e da sua própria:

A impressão que a gente tinha (sobre o Lago Paranoá) é o seguinte: primeiro, a umidade. Porque, quando eu trabalhei aqui em 1960, os lábios rachavam tudinho; as mãos aqui saíam sangue. Arrebetava tudo por cima dos dedos. Eu passava em obra o dia todo, do lado de fora aquela poeira, isso aqui saía sangue. Arrebetava que saía sangue. O lábio então nem se fala. Quer dizer, era muito seco. Então, a primeira coisa que eu achei foi isso. Agora, eu fiquei muito triste (e isso aí é um parêntese muito interessante), que eu vim do Rio. E lá, aquele esgoto jogado na Baía de Guanabara. Coisa horrorosa. E tem lá até hoje... Mas nós aqui tínhamos uma solução maravilhosa, porque não temos uma casa no Lago (Sul) que esteja abaixo do nível do Lago. Você pode procurar saber: todas as casas estão acima do nível do Lago. Então você tem o escoamento do esgoto tudo por gravidade, não precisa de uma bomba. Só que, ao invés de fazerem as estações de tratamento aqui no Plano, elas tinham que estar após a barragem. Era botar os emissários... 'Tá na hora de botar'... Mas eu não tinha com quem falar... Na época eu dizia 'É hora de fazer os emissários todo daqui, chumbar tudo aqui no fundo do lago, direcionar o esgoto todo pra lá (fora do Lago)'. Todo o esgoto do Lago Sul, Lago Norte saía tudo lá.

Sua relação com o Lago Paranoá se dera, sobretudo, através da apreensão deste como função de combate à *secura* que, segundo constata, era implacável para os que residiam na cidade antes da formação do Lago. Em segundo lugar, chama a atenção a sua preocupação com a questão do esgotamento sanitário absorvido pelas águas do Lago durante tempo considerável<sup>152</sup>. A instalação das duas ETE's, dentro do Lago, é tida pelo Sr. Nilton como uma solução tardia e não tão eficiente, uma vez que custou três décadas de poluição crescente ao Lago.

Retomando, mais uma vez, a questão do que é marcante para o narrador, e do que ele quer repassar ao ouvinte, como as narrativas de Marco Polo (que descreve e elenca os itens fantásticos das suas cidades ao ouvinte, interpretando e manejando as suas memórias para explicar aquilo

<sup>152</sup> Ver nota neste capítulo sobre a questão da despoluição do Lago Paranoá.



que é falado) o Sr. Nilton também traz em seu discurso sobre o Lago o que fora selecionado e articulado em suas lembranças e experiências de maneira mais proeminente. A questão do esgotamento sanitário se revela porque era uma preocupação diária do seu trabalho, e se mostra ainda importante, mesmo o Lago já tendo passado pelo processo de despoluição.

Entretanto, não passara despercebido a este morador a questão da ocupação das margens do Lago Paranoá e como este processo foi e deve ser considerado:

Você vê, por exemplo, aqui no Lago, nós temos agora... Estão fazendo a orla. Estão preparando a orla pra poder todo mundo ter seus direitos de frequentar o Lago. Bom, aí vem uma pergunta pra você. Você não conheceu aquilo. Não tem ali a Península dos Ministros? Lá no final tinha uma cerca lá com portão em que entrava gente lá. Eles tiveram que fechar aquilo lá, porque só ia maconheiro e mulher da vida. À noite aquilo ali era um inferno. Então fecharam... E eu te pergunto: será que essa orla vai ser frequentada por gente boa? É uma incógnita. É um direito que tem? É. Mas se for gente ruim lá a polícia vai tomar conta? Não vai. Então você vai ter uma mansão, de fundos com uma viela, em que passa mau elemento, e você não pode falar nada. Quer dizer, agora te pergunto: por que essas coisas, que tão cedo não teve, setores que tem uma praça... Agora, abrir tudo aquilo ali? Eu não sei até onde vai, vamos esperar pra ver.

A perspectiva de futuro em torno da relação Lago Paranoá-moradores de Brasília é pautada naquilo em que pôde perceber e apreender diante do que vivenciou; a sua experiência é formada na medida em que interpreta o que lhe foi retido como factível de ser repassado, como algo importante de ser revelado e ser registrado. O benefício (ou malefício) da dúvida é colocado para o ouvinte para que este se sinta tentado a ver e entender a narrativa que é passada também como sua, no sentido de que aquela visão seja incorporada e coletivizada.

Percebo que os diálogos dos moradores da cidade com o Lago foram construídos em cima de processos que não foram apreendidos e nem processados por todos os grupos e indivíduos da mesma forma, mesmo que se considere que há pontos comuns em sua maioria. As visões de mundo e tentativas de explicá-lo através do exercício de rememoração e articulação de perspectivas é algo substancialmente importante a ser considerado para a tarefa do historiador que lida tais depoimentos e suas especificidades, pois conforme observado por Lucília Delgado e Marieta Ferreira, “Na verdade o tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização. Está inscrito nas experiências analisadas e intervém nas projeções de futuro elaboradas por sujeitos ou comunidades”<sup>153</sup>.

---

<sup>153</sup> DELGADO, e FERREIRA, 2013, p. 25.

Entendo as narrativas dos moradores da cidade, tanto o primeiro quanto o segundo grupo, como determinantes para o labor historiográfico em torno do Lago Paranoá e Brasília. A disseminação e instalação de uma grande gama de sujeitos nos variados pontos do território brasiliense permitem visualizar como se deu o fenômeno cultural “cidade” e, mais especificamente, como seus moradores dialogaram com seus anseios, percepções e demais relações que pudessem permear o seu sentimento de pertencimento em relação à cidade, tendo o Lago Paranoá como pano de fundo, sendo um dos sujeitos e objeto de tal processo. Assim como visualizado por Maria H. Barroso:

Ao realizar esta evocação do vivido e do imaginado a partir da criação de imagens literárias narradas, possibilita o encontrar-se dos sujeitos coletivos e a definição dos laços de identidade capazes de derrubar as barreiras responsáveis por separar o presente do passado e, ainda, projetar para o futuro as experiências vividas e ressignificadas no transcurso das reminiscências de sua história de vida, do indivíduo e do coletivo. É preciso reafirmar que o “eu” não existe desconectado das práticas sociais e culturais do grupo e as memórias narradas permitem este entrelaçamento, que de outra forma não seria possível<sup>154</sup>.

As práticas sociais e os dois grupos de moradores estão inseridos num conjunto maior, chamado “Brasília e o Lago Paranoá”, alimentado por vivências e experiências de mais de sessenta anos (ao se considerar a década pré-inauguração), sendo estas, ao mesmo tempo, a macro e a microhistória que tentou-se adentrar e compreender e ao longo deste trabalho. Compreendo que, na medida em que os grupos sociais estabelecem laços e interagem, entre si e entre os espaços que ocupam e transitam, as representações culturais aumentam significativamente, permitindo uma gama maior de constituições do sujeito, sobretudo no que diz respeito à sua definição, sua identidade. São estes diálogos e teias que produzem um sem fim de identidades possíveis e até, porque não dizer, transitórias; característica esta das mudanças intensas e própria das sociedades modernas.

Assim, visualizar de que forma se constitui a relação identitária entre os moradores de Brasília e o Lago Paranoá é essencial sob o ponto de vista da transformação contínua dos elementos constituintes do sujeito e diálogo que estabelece entre o mundo representado espaços apreendidos, ou seja: suas várias formas de se relacionar com a cidade. A concepção em torno da identidade passa necessariamente pela transformação contínua e incessante, sendo fortemente

---

<sup>154</sup> BARROSO, Maria Helenice. Os narradores: andarilhos da viola, em BARROSO, Maria Helenice. **Os cordelistas no DF: dedilhando a viola, contando a história**. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 27.

influenciada pelo conjunto de símbolos e representações das experiências, narrativas e memórias às quais interage e dialoga, trazendo, assim, diversificados estratos e relações culturais. Tais fatores são decisivos para a “descentração” do sujeito, preconizada por Hall. Através da vivência e experiência no local o indivíduo apropria-se do espaço, desenvolvendo afetividade e o sentimento de pertença à cidade, independentemente de quais sejam os elementos trabalhados e internalizados por ele.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasília apresentou, desde a sua concepção, execução e consolidação, características singulares e únicas quando comparadas a diversos outros núcleos urbanos brasileiros. A sua instrumentalização e materialização invocam todo um imaginário em torno de um grandioso destino mítico, símbolo de uma nova civilização para o Brasil, um ponto de partida para um novo começo, de uma nação responsável pela mudança em direção ao futuro e modernidade.

Neste contexto, o pensamento em torno da mudança da capital (e o capital simbólico que tal fato trazia consigo) alinhou-se fortemente com os preceitos e ideais da Arquitetura Modernista do início do século XX, que acreditavam ser possível a restauração do ser humano por meio da alteração dos meios e espaços em que vivia. O debate em torno dos malefícios gerados pela intensa e descontrolada industrialização/urbanização fez com que um grupo de urbanistas direcionasse a sua atenção para o ordenamento das cidades de forma a transformar a sociedade e aperfeiçoá-la, trazendo condições mais igualitárias e qualidade de vida aos seus moradores.<sup>155</sup>

Lúcio Costa bebeu desta fonte e fez destes princípios um norte para a sua concepção de cidade moderna, aprazível e comunitária, sendo Brasília o seu expoente máximo, pois, ao desenhar nas pranchetas a nova capital, traria consigo muito mais que um local para a instalação do centro administrativo da república brasileira: a nova capital possuía em seu âmago a expectativa de uma nova condição social gerada a partir do reordenamento territorial e urbanístico oferecido a seus moradores, ditando, então, as regras de convivência social e organização do espaço.

Para a nova capital, um elemento já estava previsto<sup>156</sup> antes mesmo de qualquer proposta apresentada pelos concorrentes aos arranjos arquitetônicos ou urbanísticos: “A represa (cujo nível corresponderá à cota 997), o hotel e o palácio residencial ficarão situados de acordo com a planta já fixada e à disposição dos concorrentes”<sup>157</sup>. Através dos mapas topográficos disponibilizados já era possível conhecer o formato do futuro Lago que deveria estar à disposição da cidade (inicialmente para abastecimento e energia elétrica). A proposta de Lúcio Costa pensara para este

---

<sup>155</sup> Princípios expressos, sobretudo, pela Carta de Atenas.

<sup>156</sup> Pela Comissão de Transferência da Nova Capital.

<sup>157</sup> EDITAL do concurso nacional do Plano Piloto da nova capital do Brasil. In: COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1991. p. 13. Informações complementares.

corpo d'água um espaço onde os moradores pudessem desenvolver atividades recreativas e de lazer, sem distinção social, com a instalação de restaurantes, clubes e demais estruturas que facilitassem o usufruto do espelho d'água.

Contudo, desde sua formação, o Lago Paranoá se mostrou como um espaço de disputas: pela fixação em suas proximidades, por moradias, pela terra, etc., sendo que os diferentes grupos de moradores da nova cidade não puderam desempenhar, com a mesma liberdade e direitos de cidadania, uma rotina junto às suas margens. Desde as chácaras dos sertanejos que margeavam a barragem, passando pela Vila Amaury e, posteriormente, a Vila do Paranoá (guardadas as proporções e especificidades de cada caso), os habitantes das camadas mais pobres e desfavorecidas que se instalavam próximos ao espelho d'água foram marginalizados quanto ao usufruto e direito de moradia no que fora determinado como áreas residenciais.

Embora o estabelecimento de casas e propriedades em áreas próximas ao Lago estivesse previsto desde a proposta de Lúcio Costa (onde tal quesito de planejamento territorial fora retrabalhado posteriormente pela NOVACAP), este fator viria reforçar ainda mais o caráter exclusivista da orla do Lago. Entretanto, é válido lembrar que o urbanista não imaginava um grande adensamento populacional junto ao Lago justamente para preservar o caráter visual e acesso da orla de maneira desimpedida, pois, conforme afirmaram Leitão e Ficher:

Considerando-se a proeminência do Paranoá na paisagem de Brasília, em momento algum (Costa) menciona lugares ou atributos de cidades reputadas por sua boa integração com um lago, como Genebra ou Chicago. Sem contar o próprio Rio de Janeiro, onde a Lagoa Rodrigo de Freitas é um elemento funcionalmente integrado à cidade, com suas margens proporcionando locais propícios ao lazer e esportes e seu entorno configurando um importante complexo de distribuição viária. Não é implausível que o pouco cuidado sanitário e paisagístico com que são tratados tradicionalmente os corpos hídricos do Brasil – equívoco recorrente em nossa história urbana – tenha influenciado na opção de Costa de não aproximar mais a cidade de seu lago.<sup>158</sup>

O fato é que a cidade cresceu, na quantidade de pessoas e na utilização e transformação do território inicialmente concebido, e trouxe consigo uma série de elementos os quais a população interagiu, trabalhando o território e as relações sociais, constituindo experiências e apropriações dos diversos espaços produzidos por esta atuação. Neste contexto, é imperioso ressaltar que os indivíduos possuem trajetórias de vida que agregam inúmeros elementos e classificações culturais, de classe, gênero, raça, sexualidade, pertença, etc., onde a sociedade moderna, dos

---

<sup>158</sup> LEITÃO, e FICHER, in PAVIANI, 2010, p. 123.

últimos trinta ou quarenta anos, vem enfrentando uma série de transformações nos itens referenciais e definidores das identidades. Segundo Stuart Hall, a desestabilização tanto do mundo social e cultural do sujeito integrado quanto de si mesmo constitui uma espécie de “crise de identidade” do indivíduo<sup>159</sup>, fazendo com que o mesmo agregue cada vez mais elementos à sua identidade, constituindo-se não apenas de uma, mas de várias identidades, trazendo consigo uma fluidez e uma maior gama de apropriações e definições de si enquanto sujeito.

Neste panorama, pude perceber, através das narrativas e histórias de diversos moradores de Brasília (que constituem grupos e subdivisões à parte), que o Lago Paranoá se mostrou como um elemento caracterizador de disputas sobre a terra e o que dela pode ser utilizado como definidor de presença na cidade, legitimando-a. Entretanto, pude encontrar certa dicotomia nos discursos emanados pelos moradores e suas construções memoriais em torno do Lago e sua relação com Brasília.

Enquanto os moradores que residiram (e residem) próximo ao Lago, nas áreas mais centrais (Lago Sul, Lago Norte e Plano Piloto) rebuscaram as suas falas para reforçar as origens da ocupação em torno de áreas selvagens de cerrado e supostamente “não desejadas” pela maioria da população, os moradores que se estabeleceram fora dos círculos centrais (neste trabalho representados por Taguatinga, Ceilândia e Planaltina), puderam articular suas memórias em relação ao Lago com grande estranhamento, resultado de um processo em que foram alijados e silenciados quanto a possíveis demandas em torno do Lago Paranoá como um espaço em que pudessem reafirmar a sua condição de cidadãos e apropriadores dos itens (visuais e simbólicos) disponíveis, em teoria, para todos. Daí o desenvolvimento de trajetórias paralelas e/ou desconexas com o centro geográfico da cidade, onde o trabalhar de elementos referenciais da cidade foram realizados de maneira diferente, sendo um exemplo de tal assertiva, o Lago Paranoá.

Assim, uma consideração a se fazer sobre a relação Lago x moradores é que, no início (anos 60, 70 e 80), o distanciamento diário em relação ao espelho d’água se dava de várias formas, porém, muito mais acentuado para as regiões administrativas (cidades-satélite) do que para o Plano Piloto. Mesmo que para este o contato ocorrido se limitasse majoritariamente aos clubes, estes ainda significavam alguma vivência, permitindo entrelaçamento mínimo à constituição identitária do indivíduo, algo não verificado para as (outras) populações de fora do

---

159 HALL, 2006, p. 34.

centro, restando a estas a negação do Lago, manifestada de várias formas, tais como a poluição e a pressuposta “proibição” de acessá-lo (reflexos das falas de Dona Gilda e da Sra. Ivoneide). Mesmo os moradores da antiga Vila do Paranoá, próximos geograficamente ao Lago, foram privados e excluídos de suas margens, o que reforça ainda mais o caráter do espaço de privilégios criado em torno do espelho d’água (orla e proximidades).

Outra conclusão relevante deste trabalho é a constatação de uma disputa camuflada sobre a memória em torno do Lago, desenvolvida, sobretudo, pelas escolas e por seus representantes e autoridades (leia-se “professores”). Enquanto nos círculos escolares do Plano Piloto as funções do Lago como embelezador paisagístico e propagador da umidade eram reforçadas, em Planaltina as crianças eram instigadas a pensar o Lago Paranoá como um lugar definidor de Brasília, pois deveria ser a “nossa praia”. Esta expressão denota a demanda daqueles moradores em torno de um espaço que enxergavam como pertencente à cidade, independentemente do seu local de moradia ou dos círculos sociais frequentados. Tal como em outras grandes cidades litorâneas brasileiras o espaço produzido pela orla marítima (onde suas praias são trabalhados e anexados às vivências dos moradores), havia a mesma expectativa em relação aos moradores de Brasília quando dos primeiros anos da cidade. Entretanto, mesmo com o esforço para desenvolver um contato com o Lago através de excursões, a apropriação e sentimento de posse (e usufruto) nunca, de fato, ocorreram, revelando que os silenciamentos sobre este espaço não puderam ser, de fato, rompidos, pois vejo que as narrativas dos “ausentes” não conseguem situar o Lago Paranoá numa posição de familiaridade, algo com que pudessem se identificar de fato.

Lembro que tal panorama, exposto e composto pelas narrativas dos moradores, abastecidas e proporcionadas por suas memórias e articulações por meio das experiências, se configurou como o norte deste trabalho, pois, conforme afirmado por Walter Benjamin

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. Entre estes, existem dois grupos, que se interpenetram de múltiplas maneiras. A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. ‘Quem viaja tem muito que contar’, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe.”<sup>160</sup>

As narrativas só podem ser ouvidas e internalizadas devido a um sentimento existente em torno de experiências comuns aos indivíduos e grupos, gerando a empatia necessária para o seu

---

<sup>160</sup> BENJAMIN, 1987, p. 198.

compartilhamento. Busquei neste trabalho histórias de vida e interpretações de mundo que pudessem compor um quadro pintado pelas vozes de narradores outrora anônimos, mas que puderam expressar e visitar, mais uma vez, suas experiências com a cidade em que vivem e, em especial, com o Lago Paranoá, irmão e filho de Brasília.

O manuseio de informações e o mergulho em meio a tantos testemunhos e lembranças diversas me fizeram perceber que os narradores são, também, parte daquilo que suas memórias expressam e articulam frente ao mundo que os rodeia. Neste quesito, conforme lembra Beatriz Sarlo, a memória precisa também ser entendida por meio dos seus aspectos formadores e discursivos, que são ditados por sentimentos, lembranças e experiências que são a todo tempo trabalhados pelo indivíduo, onde a mesma (memória) não pode ser tomada como referencial definitivo-explicativo único em relação ao trabalho de pesquisa. Suas nuances e contextos precisam ser pensados e analisados de forma a indicar um caminho a se percorrer; assim, tais depoimentos, situados em seu lugar e tempo de fala, podem agregar outras narrativas e demandas as quais dialogam, facilitando significativamente a sua análise.

Digo isso tendo em mente a proeminência das narrativas sobre tantas ações no passado que reverberam em explicações com os olhos de hoje, do momento em que a história é contada. Muitas vezes uma explicação somente surge depois de um período transcorrido; ou ainda, a justificativa anteriormente dada se mostra inócua frente à mudança que o sujeito ou o objeto sofrem com o passar do tempo, fazendo com que as memórias sejam articuladas em interpretações “flutuantes”, de acordo com o momento em que são expressas. E é justamente neste ponto que encontro o porquê de tantas falas e lembranças envolvendo as ações de desobstrução da orla do Lago Paranoá (ocorridas nos últimos anos). Essas vozes somente manifestaram uma discussão que era crescente<sup>161</sup> na cidade, nos grupos e nos meios sociais, e que efervesceu, de uma vez, a partir do momento em que ações concretas foram executadas por parte das agências fiscalizadoras e repressoras do Estado. Assim, os dois grupos de narrativas se compunham, basicamente, da seguinte forma: de um lado, a tentativa de legitimar ideias paisagísticas, embelezamento e umidade de modo a justificar a presença do Lago Paranoá para a

---

<sup>161</sup> Pesquisas como a de Apoena Parente, de 2006, já discutiam o direcionamento de ações efetivas por parte da disponibilização da orla ao público geral da cidade: “A existência de um esforço direcionado para a manutenção da qualidade das águas do Lago Paranoá com o intuito de atender as funções para o qual foi criado (lazer, recreação, geração de energia) se confronta com a falta de atenção ao tratamento de suas margens, conforme previstas para o uso público. O ponto crítico, hoje, não é a manutenção da qualidade de suas águas, mas sim, uma ação de disponibilização de áreas de acesso público e da desapropriação das áreas ocupadas pelas residências unifamiliares, resgatando o acesso ao Lago, como previa o plano urbanístico de Lúcio Costa.”



cidade; de outro, a ação constante de silenciamento sobre a apropriação indiscriminada de uma parcela reduzida da população sobre as margens do espelho d'água.

Sem embargo, torna-se mais ainda interessante perceber que o transcurso temporal do Lago Paranoá frente ao território (“pré” e “pós” Brasília) demonstra variados níveis de interação com o meio natural e, sobretudo, com os diversos grupos que compuseram a população de Brasília, em variados recortes temporais; somam-se a isso alternadas ações por parte das autoridades públicas que, ora agiam em torno do Lago Paranoá, ora silenciavam<sup>162</sup>, indicando vários espaços e disputas de poder em torno do corpo d'água ao longo do tempo. A maneira como se desenrolaram (e ainda se mantém constantes) os conflitos de interesse em torno desta área da cidade, que é chave para a solidificação de discursos e legitimação de demandas diversas, influenciaram e forneceram subsídios para a formação dos sujeitos e de suas identidades perante o local em que moram e diante dos grupos que atuam, e que se trata, na verdade, de um movimento contínuo e constante de agregação de elementos identitários e definidores da presença e pertencimento à cidade.

Por fim, entendo que o espectro formado através da correlação e diálogo entre os documentos escritos analisados neste trabalho, juntamente com as oralidades presentificadas nas narrativas dos moradores, puderam compor um quadro significativo das relações, por tantas vezes intrincada, entre os moradores de Brasília e o Lago Paranoá, pois a constituição de espaços tão diferenciados perante a população acabou por resultar em sentimentos diversos perante o mesmo, porém, sem nunca perdê-lo de vista ao longo da trajetória da cidade. Se por um lado o Lago Paranoá não conseguira ser apreendido de forma a ser agregado como um elemento definidor do sentimento de pertença e familiaridade junto à cidade, pelos diversos grupos e indivíduos, por outro vem encontrando cada vez mais protagonismo diante dos cenários construídos e debatidos em torno dos silenciamentos e exclusões ocorridos por tanto tempo ao longo de sua orla e de suas margens sob a sombra da restrição ao “grosso” da população de Brasília. As narrativas dos moradores e moradoras sugerem que as memórias sobre o mesmo, tal como suas articulações e visões perante a cidade, vêm sofrendo inúmeros pontos de questionamento e quebras de silenciamento diante de espaços e lugar de fala outrora proibidos; acredito que tais constatações, mais do que explicar um processo histórico complexo e com tantas nuances, indicam que a relação dos moradores de Brasília com o espelho d'água localiza-se num processo de

---

<sup>162</sup> Refiro-me à várias ações antrópicas em relação ao Lago Paranoá, e não somente à questão de fixação e moradia, tais como às de caráter ambiental e paisagístico.

amadurecimento sobre o papel e relevância que um possui sobre o outro, visão esta majoritariamente embaçada e obscurecida ao longo das quase seis décadas de presenças e ausências dos moradores nas margens do Lago Paranoá.

## FONTES

APRECIACÃO do Júri. In: COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1991. p. 35.

BARATA, Beto. **Brasília submersa**. Brasília: 2010.

BARROSO, Eloisa Pereira. **Brasília**: as controvérsias da utopia modernista na cidade das palavras. 2008. 237 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Brasília, 2008.

BARROSO, Maria Helenice. Os narradores: andarilhos da viola. In: BARROSO, Maria Helenice. **Os cordelistas no DF**: dedilhando a viola, contando a história. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 27.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221. (Obras Escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-234. (Obras Escolhidas, v. 1).

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: Representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: EdUSP, 1994.

BRAYNER, Natália Guerra. **No fluir do Paranoá**: memórias e experiências de mulheres na história de Brasília (1960-1990). 2005. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de História, Brasília, 2005.

CALDAS, Maria Victoria Moreira. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 23 p. (Programa de História Oral, v. 66, 1998).

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: O Globo, 2003. (Biblioteca Folha).

CARTA de Atenas, de novembro de 1933, Assembleia do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Brasil. Ministério da Cultura. IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 10 ago 2016.

CAVALCANTI, Eduardo Brandão. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1992. 68 p. (Programa de História Oral, v. 22, 1998).

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000100010#top10](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010#top10)>. Acesso em: 21 ago 2016.

COMITÊ DA BACIA DO RIO PARANOÁ. **Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá**. 1999. Disponível em: <[http://www.recursoshidricos.df.gov.br/cbh\\_paranoa/bacia\\_paranoa.asp](http://www.recursoshidricos.df.gov.br/cbh_paranoa/bacia_paranoa.asp)>. Acesso em: 21 out 2015.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1991.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

EDITAL do concurso nacional do Plano Piloto da nova capital do Brasil. In: COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1991. p. 13.

ESTEVES, Nauro Jorge. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 40 p. (Programa de História Oral, v. 69, 1998).

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Revista Topoi (online)**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.

FARIAS, Darcy Dornelas de. **Terras no Distrito Federal: experiências com desapropriações em Goiás (1955-1958)**. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, 2006.

GADELHA FILHO, Waldemar. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 30 p. (Programa de História Oral, v. 89, 1998).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. (Edições Vértice).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWN, Eric J. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 43, p. 103-112, nov. 1995.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000. (Brasil 500 Anos).

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.

MARQUES, Elmo de Oliveira. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 27 p. (Programa de História Oral, v. 26, 1998).

MARTINS, Leila Saads P. **Da madeirite ao cimento: memórias de mulheres nas lutas pró-fixação no Paranoá (1981-1993)**. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, 2014.

MENEZES JÚNIOR, Antonio; SINOTI, Marta L.; SARAIVA, Regina C. F. Histórico. In: FONSECA, Fernando Oliveira (Org.). **Olhares sobre o Lago Paranoá**. Brasília: SEMARH, 2001. p. 25-43.

MENDONÇA, Suzana Conceição. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 36 p. (Programa de História Oral, v. 87, 1998).

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília**: o mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005. (Biblioteca Brasília, 1).

PARENTE, Apoena de Alencar. **Lago Paranoá**: lazer e sustentabilidade urbana. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2006.

PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília 50 anos**: da capital a metrópole. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 7-23, jun. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO, Sérgio. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 45 p. (Programa de História Oral, v. 84, 1998).

SANTOS, Márcia Pereira dos. **História e Memória**: desafios de uma relação teórica. *Revista OPSIS*, Goiânia, v. 7, n. 9, p. 81-97, jul./dez. 2007.

SANTOS, Marcos Antonio dos. **Brasília, o lago Paranoá e o tombamento**: natureza e especulação na cidade modernista. 2008. 259 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos - USP, São Carlos, 2008.

SANTOS, Severino Manoel dos. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 18 p. (Programa de História Oral, v. 85, 1998).

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Luís Armínio da. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1988. 21 p. (Programa de História Oral, v. 59, 1998).

STEINBERGER, Marília. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: LGE/Paralelo 15, 2006.

URURAHY, Ney Dutra. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1994. 9 p. (Programa de História Oral, v. 72, 1998).

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Miguel Vale de. Estado-Nação e multiculturalismo. **Manifesto**, 1, p. 63-73, 2002. Disponível em: <<http://miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/estado-nacao-e-multiculturalismo.pdf>>. Acesso em: 02 abr 2015.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: Representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: USP, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995.

COSTA, Cléria Botelho da; BARROSO, Eloísa Pereira. **Brasília** – Diferentes olhares sobre a cidade. Brasília: UnB, 2010.

COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FONSECA, Fernando Oliveira (Org.). **Olhares sobre o Lago Paranoá**. Brasília: SEMARH, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu. **Brasília**: de espaço a lugar, de sertão a capital: (1956-1960). 2008. 351 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, 2008.

HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HUNT, Lynn. Apresentação: História, cultura e texto. In: HUNT, Lynn (Org.). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado** – presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

LE CORBUSIER. **A carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1993. (Estudos Urbanos).

LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1994.

LEITÃO, Francisco; FICHER, Sylvia. A infância do Plano Piloto: Brasília, 1957-1964. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília 50 anos**: da capital a metrópole. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. 490 p. (Coleção Brasília).

MATOS, J. S.; SENNA, Adriana K. História oral como fonte: problemas e métodos. **Revista de história da Universidade Federal do Rio Grande**, v. 2, p. 95-108, 2011.

MATTOS, Sílvia Clímaco. **Memória e cidade**: lembranças de Vila Nova. Goiânia: PUC Goiás, 2012.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília, a construção da nacionalidade**: Um meio para muitos fins. Vitória: Edufes, 1998.

PANTOJA, João Leonel da Rosa. **A batalha por Brasília**: Tribuna da Imprensa x Diário Carioca (1956-1960). 2012. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**, Belo Horizonte: Autentica, 2007.

REIS JÚNIOR, Reinaldo de Lima. **Cidade, trabalho e memória**: os trabalhadores na construção de Brasília (1956-1960). 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, Boaventura Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In: SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora, 1995. p. 135-160.

SANTOS, Michelle dos. **A Construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960)**. 2008. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2008.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **A construção de Brasília**: modernidade e periferia. Goiânia: UFG, 1997.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. **Operários e Política**: estudo sobre os trabalhadores da construção civil em Brasília. 1978. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, Brasília, 1978.

STEINBERGER, Marília (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler, 2013.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília**: a invenção de uma capital (séculos XIX – XX). Brasília: Universidade de Brasília, 2009.



WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.